

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE ARTES E DESIGN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES, CULTURA E LINGUAGENS**

Laise Lutz Condé de Castro

**O vestir é político: Discussões acerca dos ideais de vestuário na imprensa  
alternativa feminista brasileira nos anos 1975-85**

Juiz de Fora  
2018

LAISE LUTZ CONDÉ DE CASTRO

**O vestir é político: Discussões acerca dos ideais de vestuário na imprensa alternativa feminista brasileira nos anos 1975-85**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Artes, Cultura e Linguagens, área de concentração em Teorias e Processos Poéticos Interdisciplinares.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabeth Murilho da Silva

Juiz de Fora  
2018

**aok**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, a Profa. Dra. Elisabeth Murilho da Silva que despendeu seu conhecimento para a realização dessa dissertação aceitando embarcar em um tema proposto após o ingresso no Programa. Sempre generosa e aberta a novas ideias, me orientou não só nos rumos acadêmicos, deixando rastros de saber profissional e pessoal que marcarão minha trajetória pelos caminhos futuros.

À banca examinadora, Profa. Dra. Mara Rúbia Sant'Anna e Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos, que aceitaram avaliar e contribuir com suas perspectivas nesse trabalho. Agradeço também à banca de qualificação composta pela Profa. Dra. Marcella Beraldo e por Raphael Bispo, que, com suas importantes contribuições, delinearam a confecção dessa dissertação.

Aos professores que passaram por toda minha trajetória acadêmica, compartilhando seus conhecimentos e modificando minha forma de enxergar o mundo. Especialmente a Profa. Dra. Maria Claudia Bonadio, que deveras contribuiu e acreditou no meu potencial.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens que me aceitou, acolheu e possibilitou que este trabalho se expandisse para outros locais através dos financiamentos concedidos. Assim como a FAPEMIG, que me concedeu uma bolsa por todo o período em que estive no mestrado. Não me esqueço também das secretárias Lara Veloso e Flaviana Polisseni, que sempre foram tão solícitas durante esse processo e do Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), que disponibilizaram os jornais para a pesquisa com tamanha organização e boa vontade .

Impossível terminar esses agradecimentos sem mencionar alguns amigos e familiares que deram suporte da forma que lhes eram possíveis, tornando a confecção desse trabalho menos árdua e mais tranquila. Ao Wylker Simões pela paciência e prontidão de me acolher nos momentos difíceis, buscando estar sempre presente com palavras e gestos reconfortantes. Ao Pedro Fonseca, Matheus Hotz, Gabriela Cabral, Paulo Rodrigues e todos os outros que cederam seu precioso tempo para ajudarem com conversas e colaborações frutíferas.

E finalmente, à minha mãe, Vera Lucia Lutz, por todo o esforço realizado para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade. Privilegiando sempre meus estudos, se desdobrou para apoiar minhas escolhas e fazer com que meu caminho fosse o menos tortuoso possível. Seus ensinamentos foram e são muito importantes para minha formação humana. E a minha avó, Leda Neves Lutz, pelo apoio financeiro e pelas palavras que abraçam.

## RESUMO

O presente trabalho visa conhecer o que registraram as feministas brasileiras acerca do vestuário e como se davam suas relações com o vestir feminino. Traçando esse processo, procura-se perceber as associações do tema escolhido com os seus ideais e reconhecer as divergências e congruências desses discursos. Considerando o vestuário como engrenagem fundamental na construção de noções de feminilidade hegemônica, é importante ampliar o campo de estudos englobando também as relações das militantes para com a aparência feminina e a categoria feminilidade que ainda hoje é alvo de debates dentro dos movimentos feministas. Para essa dissertação, definiu-se o enfoque na *Década da Mulher* fundada pela ONU – Organização das Nações Unidas - período compreendido entre os anos 1975-85, a fim de reconhecer as ideias das militantes brasileiras nesse momento, visto a importância dessa data para a promoção de debates acerca da categoria feminina no país. Para conhecer os pensamentos que perpassavam o feminismo brasileiro, recorre-se aqui à imprensa alternativa feminista brasileira, mais especificamente aos jornais *Brasil Mulher* (1975-80), *Nós Mulheres* (1976-78) e *Mulherio* (1981-88) buscando dissecar as mensagens e imagens dos veículos entre os anos de 1975-85. A imprensa feminista alternativa foi deveras responsável por propagar os ideais de algumas vertentes do feminismo brasileiro, além de contribuir efetivamente nos debates acerca da condição feminina.

**Palavras-chave:** Feminismo Brasileiro, Imprensa Feminista, Vestuário Feminista, Década da Mulher.

## ABSTRACT

The present work aims to know what Brazilian feminists registered about clothing and how their relationships with women dressing. By tracing this process, one tries to perceive the associations of the chosen theme with its ideals and to recognize the divergences and congruences of these discourses. Considering clothing as a fundamental cog in the construction of notions of hegemonic femininity, it is important to broaden the field of study, encompassing also the relations of the militants towards the feminine appearance and the femininity category that still today is the subject of debates within the feminist movements. For this dissertation, the focus was defined in the *Decade of Women* founded by the United Nations - a period between 1975-85, in order to recognize the ideas of the Brazilian militants at that moment, given the importance of this date for the debate on the female category in the country. In order to know the thoughts that pervaded Brazilian feminism, the Brazilian feminist alternative press is used here, more specifically the *Brasil Mulher* (1975-80), *Nós Mulheres* (1976-78) and *Mulherio* (1981-88), seeking to dissect the messages and images of the vehicles between the years of 1975-85. The alternative feminist press was indeed responsible for propagating the ideals of some strands of Brazilian feminism, as well as contributing effectively to the debates about the feminine condition.

**Keywords:** Brazilian Feminism, Feminist Press, Feminist Clothing, Women's Decade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Portrait of Giovanni(?) Arnolfini and his Wife (1434) - Jan van Eyck .....	68
Figura 2 O casal Sisley (1868) - Pierre-Auguste Renoir.....	69
Figura 3 Operárias de indústrias bélicas no Reino Unido (1918) .....	71
Figura 4 Flappers (1925).....	72
Figura 5 New Look (1947) - Christian Dior .....	76
Figura 6 Giorgio Armani – Primavera/Verão (1980).....	80
Figura 7 Versão caseira do traje <i>bloomer</i> .....	83
Figura 8 Protesto feminista em Nova York (1970) .....	86
Figura 9 John Lennon e Yoko Ono em 1969 .....	89
Figura 10 "O traje de luta" in Brasil Mulher, nº 05. São Paulo, 1976.....	108
Figura 11 Capa Brasil Mulher, nº 0. Londrina, out. 1975 .....	112
Figura 12 Capa Brasil Mulher, nº 8. São Paulo, ago. 1977.....	113
Figura 13 Capa Brasil Mulher, nº 16. São Paulo, set. 1979. ....	114
Figura 14 Capa Brasil Mulher, nº 01. São Paulo, dezembro de 1975 .....	115
Figura 15 "Tá na cara" in Nós Mulheres, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.....	119
Figura 16 Capa Nós Mulheres, nº 02. São Paulo, setembro/outubro de 1976.....	122
Figura 17 Capa Nós Mulheres, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.....	122
Figura 18 Capa Nós Mulheres, nº 01. São Paulo, junho de 1977.....	123
Figura 19 "A beleza produzida" in Mulherio, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982. ....	130
Figura 20 Capa Mulherio, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.....	146
Figura 21 Capa Mulherio, nº8. São Paulo, maio/junho de 1982 .....	147
Figura 22 Capa Mulherio, nº21. São Paulo, abril/maio/junho de 1985.....	149

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS</b>	<b>15</b>
2.1 CONTEXTUALIZANDO O FEMINISMO DE SEGUNDA ONDA NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS.....	15
2.1.1 A situação da mulher contemporânea no contexto ocidental.....	17
2.1.2 As mulheres vão à luta .....	22
2.2 AS DIFICULDADES DE RECONHECER UM MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO.....	26
2.3 A TÍMIDA ONDA FEMINISTA SURGE NO PAÍS .....	28
2.4 A GUINADA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES.....	34
2.4.1 As lutas por melhorias na infraestrutura social e urbana .....	36
2.4.2 As lutas sindicais e trabalhistas.....	40
2.5 A ONDA FEMINISTA ATINGE O PAÍS .....	42
2.6 OS ANOS 1980 E AS QUESTÕES DE GÊNERO CONSOLIDADAS .....	48
<b>3 O VESTIR É POLÍTICO! RELAÇÕES ENTRE VESTUÁRIO, APARÊNCIA E FEMINISMO</b>	<b>54</b>
3.1 “O QUE É SER MULHER?”: A FEMINILIDADE EM DEBATE NOS DISCURSOS FEMINISTAS.....	55
3.2 CONSTITUINDO O SER MULHER: BELEZA E FEMINILIDADE.....	64
3.3 O VESTIR: POTENTE FRONTEIRA SIMBÓLICA.....	67
3.4 O VESTUÁRIO COMO CAMPO DE AFIRMAÇÕES POLÍTICAS.....	82
3.5 HOMENS À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS.....	87
<b>4 A IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM O VESTUÁRIO E A APARÊNCIA</b>	<b>91</b>
4.1 PRIMEIRA GERAÇÃO: BRASIL MULHER (1975-80) E NÓS MULHERES (1976-78) .....	98
4.1.1 <i>Brasil Mulher</i> .....	104
4.1.2 <i>Nós Mulheres</i> .....	115
4.2 SEGUNDA GERAÇÃO: MULHERIO (1981-88) .....	124
4.2.1 Analisando <i>Mulherio</i> .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é investigar os ideais acerca do vestuário defendidos pelas feministas brasileiras, com enfoque nas atuações dos anos 1975-1985. Sendo a roupa uma importante forma de comunicação e de afirmação ou subversão de gênero, pretende-se investigar como, através do vestuário, as feministas daquele momento buscavam se vestir de acordo com suas ideias e quais as divergências ou aproximações entre essas opiniões.

Dentre as diversas lutas ativas, o movimento feminista está presente entre os maiores destaques, contribuindo cada vez mais para as discussões sobre o sujeito mulher, dando maior visibilidade a estas em todos os âmbitos. Desde o seu surgimento, com participação mais contundente, no final do século XIX, as mulheres buscam, através dele, melhorar suas condições de vida. Primeiro, lutavam pelo direito de serem cidadãs reconhecidas, luta essa que se modificou a partir dos anos 1960 em diante com o aumento do individualismo, trazendo as questões do corpo e evidenciando o que antes era visto como privado; atualmente, buscam a ruptura com a sociedade patriarcal, almejando relações mais igualitárias entre os gêneros e resistindo às desigualdades que não desapareceram, só tomaram formas mais sutis.

O interesse pelo tema surgiu da percepção de que a moda, até os dias de hoje, sempre foi colocada como parte fundamental na cadeia de restrições destinadas às mulheres desde o seu nascimento. Sempre que observava, em grupos feministas ou fóruns de internet, era perceptível a rejeição a uma moda vigente em defesa da liberdade das mulheres dos padrões de beleza que há muito vem sendo propagados na nossa sociedade. Entretanto, comecei a perceber também nessas leituras, a proliferação de feministas que consideravam a roupa como um importante instrumento da construção da identidade feminina. Dessa forma, buscavam subverter a moda hegemônica discutindo a criação de estilos próprios através de uma escolha pessoal, sem influências do sistema.

A partir dessas observações comecei a questionar como seriam essas relações entre o movimento feminista e a indústria da moda e da beleza, considerando-se a aproximação entre ambas. Devido a esse renascimento das questões feministas discutidas através da grande mídia e da proliferação de protestos ao redor do mundo, preferimos considerar que a denominada Terceira Onda feminista é muito recente e passível de mudanças.

Sendo assim, buscamos aqui a raiz dessas discussões no país. Devido ao fato de só podermos falar de um movimento mais organizado no território brasileiro a partir da década de 1970, consideramos que as discussões acerca do vestuário e da aparência feminina ganharam forma na Segunda Onda Feminista, período que englobou as décadas de 1970 e 1980 com mais ênfase. Além disso, também consideramos o fato de que, nesse florescimento dos movimentos no país, foi quando surgiram as pautas acerca da esfera privada da vida. As fronteiras entre público e privado começaram a ser rompidas com o recrudescimento do feminismo e, a partir disso, as questões que antes eram consideradas de ordem privada, como é o caso da autoestima feminina, da sexualidade e até mesmo da violência doméstica, se tornaram parte das discussões do movimento, ganhando um caráter político.

Outro fator percebido para a criação deste trabalho foi o interesse da moda em capitalizar as pautas do feminismo. Consideramos que a indústria do vestuário, desde a década de 1960, passou a ter a rua como grande ditadora de tendências, fazendo com que essa fosse considerada um laboratório para os criadores. A partir disso, a moda passou a observar as mudanças sociais ocorridas a fim de ecoar nas passarelas os discursos que já vinham sendo entoados em movimentos sociais e subculturas. Quando Yves Saint-Laurent traz à passarela a calça feminina em sua coleção de 1966, a peça já tinha sido adotada pelas mulheres no cotidiano, o que demonstra a importância da influência das ruas.

Da mesma forma, com a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, a indústria da moda, nos anos 1980, prospera um novo estilo para a mulher trabalhadora. Percebendo a necessidade destas de se impor em seus novos postos, principalmente as que agora conseguiam alçar cargos mais altos, o vestuário feminino buscou peças do guarda-roupa masculino para criar um estilo *power dress*. Com a entrada dos ternos, ombreiras e calças, várias mulheres adotaram o visual que configurava a essas uma forma de se imporem naqueles postos que anteriormente eram ocupados somente por homens.

Emular o guarda-roupa masculino para conferir um poder há muito é uma prática comum entre as mulheres. Percebendo a adoção dessas peças também como forma de subversão principalmente pelas feministas, surgiu a ideia de compreender também como essa ideia de masculino, hegemonia e poder perpassam, inclusive, nas pautas dos movimentos. Afinal, ao utilizarem de tais peças também acabam por reiterar o masculino como local intocável enquanto o feminino segue subordinado.

Entretanto, é notável também que muitos movimentos feministas buscavam uma revalorização da categoria feminina que sempre foi colocada em segundo plano. Com a ascensão dessas ideias, muitas mulheres partiram na luta para que a identidade feminina se revitalizasse, construindo novas possibilidades de vivenciar o vestir e romper com uma moda hegemônica. Porém, é passível de investigação compreender tais discursos com mais profundidade, buscando perceber se esses ideais de fato subvertem uma feminilidade hegemônica ou fazem com que a mulher permaneça na mesma posição.

Apesar da importância que o vestuário possui dentro das construções de feminino reconhecidas e propagadas socialmente, a temática não é tão recorrente nos estudos de gênero, sendo muitas vezes abarcada na categoria feminilidade, sem muita precisão e aprofundamento. Ao realizarmos esta pesquisa, passamos a considerar que não só nos estudos de gênero, mas também dentro dos próprios movimentos feministas a temática é arraigada à feminilidade, necessitando que esmiúcem cada vez mais um terreno pouco explorado.

É importante destacarmos também que só é possível falarmos de movimentos feministas no plural. Ao surgir a ideia de estudar o movimento, logo se percebeu a impossibilidade de se falar de um ideal feminista no singular. De acordo com Michelle Perrot (2007), pode-se dizer que o feminismo, de forma bastante geral, se pauta nas lutas em prol da igualdade dos sexos. Porém, seguindo a ideia de Yasmine Ergas (1991), o feminismo consiste em um conjunto de práticas e teorias em torno da condição e da legitimação das mulheres. Seus ideais e formas de atuação podem diferir, dependendo das condições sociais em que tais mulheres estão inseridas.

Considerando, portanto, que não se pode falar de um feminismo no geral, é necessário compreendermos em que medida tais movimentos possuem particularidades de acordo com seus territórios. As feministas brasileiras tinham agendas que as diferenciavam de outros feminismos como o norte-americano e o europeu. Devido ao contexto político da ditadura militar e das precárias condições sociais da população brasileira no período aqui recortado, se torna interessante compreender, afinal, como as militantes do país enxergavam o vestir e a aparência feminina.

Para demonstrar o que pensavam as militantes brasileiras, explorando uma parte da imprensa alternativa feminista do país, recorreu-se à análise de três importantes jornais que circularam entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse trabalho, considerando a importância da *Década da Mulher*, fundada pela ONU – Organização das Nações Unidas, como promotora

de debates no país, tentou-se dissecar as mensagens e imagens dos veículos entre os anos de 1975-85. De acordo com esse recorte de tempo, analisamos cerca de 50 exemplares, 19 referentes ao *Brasil Mulher*, 8 do *Nós Mulheres* e 23 do *Mulherio*.

Tal meio de comunicação era responsável por propagar os ideais de alguns grupos feministas brasileiros acerca das diversas temáticas que envolvem a condição feminina. Confeccionados pelas próprias militantes, tinham como ideia levar os seus questionamentos para outros ambientes, ecoando seus pensamentos para outras mulheres mais distantes das ações dos movimentos. Havia ainda a possibilidade de debate sobre as questões, através das cartas das leitoras que eram enviadas para alguns periódicos. Outro fato relevante é que, anterior aos jornais, as ideias das feministas só eram veiculadas através dos livros, principalmente os norte-americanos e europeus trazidos pelas militantes que viajaram para tais lugares. Isso não era nada acessível a todas as camadas da população, além ainda de possuírem uma linguagem mais densa e complexa característica do meio acadêmico, onde se desenvolviam esses debates.

O recorte engloba três jornais atuantes no período compreendido entre 1975-88: *Brasil Mulher* (1975-80), *Nós Mulheres* (1976-78) e *Mulherio* (1981-88). A escolha desses veículos foi pensada de acordo com a sequência em que estes estiveram na ativa, não havendo uma lacuna de tempo que pudesse interferir na análise, possibilitando compreender mudanças de acordo com o decorrer do período. Além disso, os três foram desenvolvidos por associações e grupos feministas que utilizavam esses jornais como instrumentos de divulgação de seus ideais.

O primeiro deles a circular foi o *Brasil Mulher*, em 1975, sendo atuante até 1980. Inicialmente, foi dirigido por Joana Lopes e em sua terceira edição ampliou-se com a criação de um órgão responsável pela edição, denominado Sociedade Brasil Mulher. Foi fundado em Londrina, Paraná, mas já em sua segunda edição foi transferido para a cidade de São Paulo. Teve em sua essência um forte teor político de denúncia perante os acontecimentos da ditadura, além de trazer à tona questões acerca da condição precária da mulher de classes populares na sociedade brasileira. Era editado bimestralmente possuindo algumas oscilações de períodos, em formato tabloide, e possuía circulação nacional (CARDOSO, 2004).

O *Nós Mulheres* foi fundado pela Associação de Mulheres, que se constituía por um grupo de mulheres bastante diversificado e mais anárquico, sem hierarquias na equipe, que era composto por acadêmicas e militantes em partidos de esquerda no período. Criado em 1976 e

tendo breve atuação até 1978 na cidade de São Paulo, o jornal se pautava também por lutas políticas e na condição de vida em que a mulher vivia, tendo certa semelhança com o *Brasil Mulher*. Sua periodicidade era variável, tendendo mais a ser bimestral, e também possuía circulação nacional.

Em 1981 entra em cena o jornal *Mulherio*, também na cidade de São Paulo, fruto de um grupo de pesquisadoras da Fundação Ford, tendo ainda o apoio da Fundação Carlos Chagas. Este, já possuía em si discussões de gênero mais exclusivas às condições femininas, ainda que ampliassem também para determinadas questões políticas, mas nada tão recorrente quanto os dois primeiros. Dos três, foi o que ficou ativo por um período maior de tempo, se mantendo até 1988, porém, tendo sua periodicidade também oscilatória, frequentemente bimestral. Devido ao amparo financeiro realizado pelas duas fundações apoiadoras do veículo, *Mulherio* possuía uma circulação mais ampla, chegando a obter cerca de mil assinantes já na sua terceira edição.

Nesses veículos, serão analisados todos os textos produzidos pelas mulheres que neles publicaram, além ainda dos comentários das leitoras que participavam das edições através de cartas, a fim de compreender os discursos presentes nesses jornais. As imagens também serão analisadas, visto sua poderosa carga de informação histórica de um contexto social dado. Ambas as fontes, texto e imagem, se complementam para que a investigação seja a mais frutífera possível.

A metodologia também se apoiará em leituras de bibliografias selecionadas, incluindo aqui autoras acadêmicas e também militantes escritoras que compartilharam suas experiências. São de suma importância para a realização do trabalho, pois a partir delas, relações, contextualizações, material histórico e conhecimento mais amplo de outros autores auxiliarão no embasamento da dissertação pretendida.

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos a fim de elucidar as questões referentes à temática abordada, contendo ainda uma parte destinada às considerações finais. No primeiro capítulo, busca-se contextualizar os movimentos feministas em solo brasileiro entre as décadas de 1970 e 80. Para tal, pretende-se situar também o feminismo internacional norte-americano e europeu, onde as lutas feministas se destacaram mais, a fim de conhecer suas atuações a partir dos anos 1960. Através da percepção dos movimentos internacionais, entender por que o movimento brasileiro trilhou caminhos distintos e quais foram os ideais e atuações que o fizeram particular dentro do campo internacional.

O segundo capítulo busca abordar as relações entre vestuário e feminismo. Observar-se-á, portanto, como as teorias feministas destacavam as questões relativas à feminilidade. A partir disso, será traçado um panorama sobre as mudanças ocorridas na moda e no embelezamento feminino a fim de compreender como eram as práticas vigentes desde a separação absoluta dos gêneros a partir da ascensão da burguesia. Dessa forma, realizamos também uma contextualização dos períodos anteriores ao recorte desse tema que auxiliarão na compreensão do momento escolhido. Logo após, reconhecer as relações entre moda e feminismo internacional para buscar compreender como as feministas agiam a partir de seus ideais. É a partir dessa questão que se dará aporte teórico para analisar com maior aprofundamento as discussões nos jornais selecionados, da mesma forma que tais discussões presentes na imprensa alternativa auxiliarão em um entendimento mais completo.

No último capítulo, será apresentado um panorama sobre cada um dos jornais, a fim de conhecermos suas histórias, ainda que não tão detalhadamente. Em um segundo momento, serão realizadas as análises das notícias acerca do vestuário e da aparência feminina dentro de cada um dos veículos selecionados: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, visando compreender como seus ideais eram propagados, tanto através dos textos, quanto das imagens. É aqui que se perceberá também se há concordância ou divergência de opiniões entre essas militantes e como essas relações se sucediam.

Através dessa dissertação esperamos, portanto, colaborar ainda mais com o vasto campo dos estudos de gênero, trazendo novas visões e materiais que enriqueçam as discussões do tão pluralizado sujeito mulher.

## 2 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS

### 2.1 CONTEXTUALIZANDO O FEMINISMO DE SEGUNDA ONDA NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS

Neste primeiro capítulo, busca-se traçar um panorama histórico dos movimentos feministas no Brasil e seus impactos político-sociais no país. Para chegar nessa discussão, recorre-se ao contexto internacional norte-americano e europeu, a fim de compreender o florescimento de um movimento social em prol das causas femininas, suas motivações e ações. Dessa forma, será possível entender as particularidades em solo brasileiro, visto que muitos ideais vieram importados tanto dos Estados Unidos quanto da Europa, por mulheres brasileiras que viajaram e trouxeram livros sobre o assunto ou tiveram experiências de exílio nesses locais, trazendo na bagagem uma série de práticas e ideias que acabaram sendo adaptados ao contexto nacional.

Ao mencionar as lutas pelos direitos das mulheres é importante, já de início destacar, que ocorreu uma série de mobilizações anteriores ao período aqui estudado. Como o enfoque aborda a situação brasileira, será importante compreender o berço dessas lutas e como elas saíram de uma leve onda, para se tornarem um *tsunami*, que transformaram as condições das mulheres. Mas no contexto internacional, as lutas iniciais serão mencionadas menos aprofundadamente, com uma breve contextualização, não por não serem destacáveis, mas por não ser o objeto específico desse estudo. Embora haja relatos de mobilizações de mulheres no século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, não nos ateremos a eles pois, devido a conjuntura da modernidade, preferimos trabalhar os movimentos a partir do século XIX. . A partir desse período, mesmo que precariamente, muitas mulheres começaram suas mobilizações em lugares incertos, sendo muitas vezes um quarto ou uma casa de uma das participantes. Porém, caminhando para o fim do século XIX e início do XX, as mobilizações se tornaram mais articuladas, criando-se associações pelo direito ao sufrágio, além dos Conselhos da Mulher, em países como os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, que colaboraram para o fomento da luta em prol dos direitos da mulher (PERROT, 2007).

Ao ganharem mais força, tinham como principal bandeira a igualdade entre homens e mulheres, principalmente, no que tange aos direitos políticos e civis. Foi através dos

movimentos sufragistas que diversas mulheres lutaram pelo direito ao voto, até então negado em diversos países. A impossibilidade de participar da vida pública impedia as mulheres de escolherem seus candidatos e também de se candidatarem, anulando sua participação como cidadã.

As mulheres conseguiram reconhecimento como cidadãs através do voto em uma série de países, iniciando pela Nova Zelândia em 1893 e se estendendo até o início do século XX, sendo a França uma das mais tardias aprovações da Europa, em meados dos anos 1940. No Brasil, o direito foi concedido em 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas. A partir da conquista, os movimentos em torno da igualdade dos sexos se estagnaram por um período. Isso não deve ser tratado como uma brusca interrupção, pois algumas mulheres permaneceram em luta, resistindo através de escritas ou de grupos específicos. Porém, as atuações presentes após a luta sufragista não tiveram tanto destaque.

Para compreender melhor como os movimentos feministas se articulam e atuam, destaca-se a ideia de Michelle Perrot (2007), que define as atuações feministas como movimentações que remetem a ondas, possuindo momentos de intervalos, acentuando-se de forma pontual em determinados períodos, além de ser instável e articular problemáticas inconstantes, pois não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-lo nem em partidos políticos, apesar de algumas tentativas frustradas, se apoiando em personalidades, associações mais frágeis e grupos/coletivos efêmeros.

Compreendendo brevemente que os movimentos feministas possuem uma história e que essa têm raízes anteriores ao século XX, pode-se dar início, de forma mais detida, ao tema desta dissertação. Uma menção deve ser feita para maior entendimento da abordagem escolhida, é justamente sobre a complexidade em se falar sobre feminismo. De acordo com Yasmine Ergas (1991), não é possível falar de um feminismo no substantivo, no qual seria possível encontrar uma definição. O termo vai além, e se encontra mais para descrever uma questão histórica, ao invés de uma demarcação de determinada teoria. “O termo feminismo indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas na constituição e na legitimação dos interesses da mulher” (ERGAS, 1991, p.588). No entanto, de maneira geral, designam-se feministas aquelas que lutam em favor da igualdade dos sexos (PERROT, 1972), ou igualdade de gênero.

A partir das considerações feitas, pretende-se a partir daqui iniciar um panorama sobre os movimentos feministas internacionais de “Segunda Onda”, pois a partir de sua

compreensão, será possível um maior entendimento das distinções das mobilizações em território brasileiro. Para o entendimento do início desse florescimento contundente a partir dos anos 1960, serão mencionadas aqui as mudanças sociais e culturais que corroboraram com a guinada de uma nova onda, dessa vez com maior apoio das massas.

### **2.1.1 A situação da mulher contemporânea no contexto ocidental**

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo capitalista viveu uma onda de prosperidade econômica que avançou principalmente nos Estados Unidos da América. Mesmo com a Europa Ocidental em recomposição das perdas com a guerra, o Plano Marshall<sup>1</sup> possibilitou uma injeção de “ânimo” no capitalismo, fazendo com que a Europa pudesse se reerguer e se estabilizar para então poderem gozar de um bem estar social. Isso poderia funcionar como um freio ao avanço do comunismo, que se implantara em países do leste, diminuindo o descontentamento entre os trabalhadores a partir do acesso ao conforto material.

Será justamente a partir da década de 1960 que o ocidente contará com mudanças significativas no âmbito sociocultural. A partir de uma sociedade “estável”, resultado do pleno emprego e do aumento do poder de consumo das massas, na qual agora a maioria vivia uma plenitude acima do estilo de vida de seus pais, ou de um passado de guerras. Foi possível que as pessoas pudessem se ver diante de questionamentos de ordem mais individual que iam além das inquietações mais “básicas” vistas anteriormente, segundo Hobsbawm (1995). O período será marcado por uma série de mudanças nos âmbitos sociais e culturais, como uma maior liberação sexual, visto a comercialização da pílula anticoncepcional a partir do ano de 1960, maior garantia de direitos civis e um relaxamento dos costumes que, acabavam por evidenciar o indivíduo como questão constante nas discussões do período.

Assim como o mundo progredia em diversas áreas a partir do pós Segunda Guerra, alguns personagens buscaram progressão também em sua categoria, a fim de reconhecerem e reescreverem sua própria história. Foi o caso das mulheres que agora finalmente teriam uma

---

<sup>1</sup> O Plano Marshall consistiu em um programa de recuperação econômica da Europa do pós Segunda Guerra Mundial. Desenvolvido pelo governo americano, o plano assistia os países europeus aliados dos Estados Unidos na guerra.

vida social mais ativa, em sua maioria, conseguindo alguma visibilidade para que uma série de mudanças importantes fosse empreendida. Grande parte dos méritos dessas conquistas pode ser dada aos movimentos de mulheres, como alguns grupos preferiam nomear, ou movimentos feministas.

Para uma explicação inicial, é necessário entender quais foram as mudanças sociais que já vinham se tornando efetivas na vida das mulheres ocidentais e como esses movimentos se revitalizaram com esse contexto. Uma das maiores mudanças foi a entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho. É justo falar que essas já estavam presentes em alguns postos desde o período feudal, porém as de classes mais baixas, sempre à margem, em tarefas desvalorizadas, não conseguindo alçar progresso em suas profissões. A baixa escolaridade feminina já era fator que assegurava às mulheres não se integrarem de forma efetiva no mercado de trabalho, além ainda do fato de que quando conseguiam ser contratadas pelos patrões que as acolhiam, ganhavam um salário referente a 50% do valor pago aos homens (CRANE, 2006).

Segundo Hobsbawm (1995), a partir do fim do século XIX, postos de trabalho como escritórios, lojas, centrais telefônicas e áreas assistenciais, já eram áreas com grande presença feminina. Será justamente o aumento desse setor terciário no século XX, principalmente após o segundo pós-guerra, que abrigará a maioria das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a estas chances, precárias em vários casos, de sobrevivência.

Os motivos pelos quais o mercado de trabalho “abraçou” a mão de obra feminina, vão muito além de uma simples “abertura gratuita” para essas. Os interesses em igualdade de gênero eram nulos, se percebido que essas mulheres ocupavam cargos subalternos, recebendo salários menores que os dos homens (mesmo em casos de exercício de uma mesma função) e também pela motivação extra de serem consideradas uma força de trabalho menos “rebelde” pelos patrões (LAGRAVE, 1991; HOBBSAWM, 1995).

Há ainda um aumento do número de mulheres casadas ocupando postos de trabalho. Sabe-se que muitas necessitaram de trabalhar nos períodos de guerra, seja para ajudar no sustento da família ou para ocupar postos deixados pelos homens, porém com o fim da Segunda Guerra, logo se previa que muitas delas voltariam para seus lares a fim de cumprirem seus afazeres domésticos. No entanto, diferente da Primeira Guerra quando as

políticas familialistas<sup>2</sup> dificultavam ainda mais o acesso das mulheres ao trabalho, nesse momento elas resistiram. Segundo os estudos de Lagrave (1991), outros fatores subjetivos possibilitaram às mulheres uma permanência no mundo do trabalho, no caso de seu comentário destacado abaixo, as casadas, mas alguns dos fatores mencionados pela autora seriam também aplicáveis às mulheres solteiras, como o aumento da escolaridade.

(...) 'o afundamento das bases sociais do familialismo', a socialização colectiva [sic] das crianças, a existência ou ausência de creches ou de escolas infantis, a difusão da mecanização do trabalho doméstico, o capital escolar das mães, a profissão dos maridos são alguns dos factores objectivos que explicam as variações de país para país (LAGRAVE, 1991, p. 522).

Para Hobsbawm (1995), outro fator que influenciou diretamente no aumento do número de mulheres casadas trabalhando fora de casa era a demanda por maior autonomia e liberdade para a mulher. Nesse sentido, “a mulher casada ser uma pessoa por si, e não um apêndice do marido e da casa, alguém visto pelo mundo como indivíduo, e não como membro de uma espécie ('apenas esposa e mãe')” (HOBBSAWM, 1995, p.248).

Além disso, foi de extrema relevância nas mudanças sociais e culturais em que as mulheres estiveram envolvidas, o aumento do nível de escolarização das mesmas. De acordo com Lagrave (1991), pode-se falar de uma explosão da escolaridade feminina, visto que o número de mulheres nas escolas aumentou de forma muito rápida, principalmente entre 1970 e 1975 na Europa. Porém, ainda que o número de homens e mulheres nas escolas atinja uma relação de igualdade no nível secundário em 1975, e ambos obtenham o diploma, é nesse momento que a vida escolar era deixada para trás pela maioria das mulheres, enquanto os homens seguem nos estudos superiores.

Vale mencionar, ainda segundo a autora, que as mulheres se escolarizam então para trabalhar, encorajadas pelos múltiplos estímulos e planificações para a tentativa de ajuste dos diplomas aos empregos. O que não é algo garantido se analisada a qualificação dos diplomas no comparativo com seus empregos muitas vezes menos qualificados, isso permite a percepção das diferenças de oportunidades no acesso ao mundo do trabalho.

A crise da família é outro importante agente de mudança social no período estudado aqui. Ela está ligada a uma série de mudanças pontuais nos padrões públicos que governam a

---

<sup>2</sup> Esteve em voga em alguns países europeus e era fortalecida pelo apoio da Igreja e direcionada para o trabalho das mulheres, principalmente das casadas. Segundo a ideia, ter as mulheres em postos de trabalho, atçava todo o “mal estar social”, dando abertura para uma maior taxa de mortalidade infantil, queda da natalidade, desagregação do lar, degeneração dos costumes e abdicação dos pais para com a educação dos filhos (LAGRAVE, 1991).

conduta sexual, a parceria e a procriação. O casamento ocidental já não era mais uma instituição inabalável, tendo diminuído o número de casamentos formais, além da queda também no desejo de ter filhos dentro da relação, principalmente a partir dos anos 1960. Além disso, a homossexualidade começará a ganhar mais destaque no mesmo período, mais em alguns países que em outros<sup>3</sup>. Todas essas mudanças fizeram com que esse momento fosse lembrado como uma fase de extraordinária liberalização tanto para heterossexuais quanto para os homossexuais (HOBSBAWM, 1995).

Com o nível de escolarização mais alto, principalmente o crescimento no ensino superior, ainda que para mulheres de classes mais altas, a entrada no mercado de trabalho e a crise no casamento favoreceram o renascimento de um novo ciclo de movimentos de mulheres que surgiram em diversos países ocidentais. A partir das mudanças nas condições das mulheres que ocorreram no período, surgem também maiores indagações perante essa condição, se está realmente progredindo e o que faltaria para garantir uma relação de igualdade social e cultural perante o homem. Esses movimentos que já lutaram anteriormente por direitos políticos reflorescerão com novas problemáticas.

Seguindo a ideia de “ondas” proposta por Michelle Perrot (2007) apresentada no início desse capítulo, o que acontece então é um reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960, que começará nos Estados Unidos da América, mas logo se espalha pelos países ricos do Ocidente, além das mulheres educadas do mundo dependente (HOBSBAWM, 1995).

Desde que as mulheres em tantas partes da Europa e da América do Norte tinham conseguido o grande objetivo do voto e direitos civis iguais depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, os movimentos feministas haviam trocado a luz do sol pelas sombras, mesmo onde o triunfo de regimes fascistas e reacionários não os destruíram (HOBSBAWM, 1995, p.243).

Agora, esses movimentos tinham como pano de fundo as mudanças já citadas, além das novas questões que surgem como fruto da individualização do sujeito. Segundo Wiewiorka (2006), o desenvolvimento de uma consciência mais individual do que coletiva, modificou todos os novos movimentos sociais surgidos a partir do final dos anos 1960. Alguns aspectos podem ser percebidos nessa mudança de direção, que serão postos aqui estando em diálogo com os movimentos feministas.

---

<sup>3</sup> No Reino Unido, a homossexualidade foi considerada um crime na Inglaterra e no País de Gales até o ano de 1967, na Escócia até 1980 e na Irlanda do Norte até 1982.

Primeiramente, os movimentos sociais passaram a se construir a partir de adversários menos evidentes, mais difíceis de serem identificados de forma clara. Não é possível reconhecer um inimigo específico, como é o caso da luta operária, por exemplo, que define o patrão como a figura a ser combatida. Outra mudança percebida por Wieviorka foi a forte carga cultural agregada aos novos movimentos sociais. Os atores contestavam diretamente as relações culturais pré-estabelecidas socialmente. O autor associa essa questão à mobilização feminista: “O movimento de mulheres encontra-se sob pressão, entre aquelas que falam sobretudo de igualdade e aquelas que apregoam uma diferença, o que remete rapidamente, aí também, a uma afirmação cultural”. (WIEVIORKA, 2006, p. 119).

Dessa forma, esses novos atores também trouxeram à luz as questões que antes eram vistas como privadas, a fim de apagar as fronteiras entre público e privado. Modificaram suas relações com o que consideravam político passando a afirmar que tudo era político, pois em muitos fatos do cotidiano que se reiterava, muitas vezes, algumas formas de dominação, como a violência doméstica, por exemplo. Por fim, se interessavam pelas subjetividades pessoais e coletivas, recusando-se a espera de amanhã radiosa, como muitos movimentos de esquerda prometiam às mulheres como veremos adiante, deixando suas especificidades para mais tarde. Para o autor, esses novos movimentos buscavam vivenciar logo as mudanças propostas nas relações sociais e interpessoais (WIEVIORKA, 2006).

Se a pauta principal dos movimentos de mulheres de Primeira Onda eram os direitos políticos (votar e ser eleita), as novas feministas ou integrantes dos movimentos de mulheres, ressurgem com novos aspectos que realimentaram as discussões feministas do passado. A partir do final dos anos 1960, estas se veem muito mais voltadas para as questões de “liberação feminina” e a afirmação das mulheres na sociedade. As pautas, portanto, iam além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais, acrescentando novas discussões relacionadas ao sujeito mulher, que será bastante presente e que permanecerão até os movimentos contemporâneos: as reivindicações referentes à sexualidade e ao corpo (PEDRO, 2012). Temáticas como o prazer sexual da mulher, o acesso a métodos contraceptivos, violência sexual, legalização do aborto e afins, ganharão destaque e incluirão as experiências subjetivas nas discussões dos movimentos.

### 2.1.2 As mulheres vão à luta

Assim como já foi mencionada a impossibilidade de falar de um só feminismo, como um substantivo, é de extrema complexidade falar das atuações plurais decorrentes do movimento na Europa e nos Estados Unidos. A partir disso, em razão do foco desse trabalho estar presente no Brasil, busca-se aqui, contextualizar as atuações mais expressivas e características do movimento.

As feministas do período buscaram criar uma unidade, um corpo feminino unificado, onde a natureza das características comuns das mulheres deveria compor o sujeito mulher. Sendo assim, apesar de diferentes vertentes de pensamentos mantiveram atuações semelhantes em diversos países.

A práxis da separação e da distinção, cujos elementos reaparecem de modo diferenciado de movimento para movimento, fez nascer um mundo de mulheres, em desacordo com o que as rodeia, concebido para reconstituir a subjectividade feminina e simultaneamente promover o seu poder (ERGAS, 1991, p. 598).

Da primeira convergência, o destaque é para a maioria dos movimentos decidirem por manter os homens excluídos de quase todas as suas atividades a fim de estabelecer e defender a autonomia das mulheres. Claramente não era uma decisão unânime, mas que acabou por ser adotada na ampla maioria dos movimentos.

O simbolismo político também foi importante na afirmação e propagação dos movimentos de mulheres ao redor do mundo. O símbolo convencional utilizado para a determinação do sexo feminino na biologia se tornou uma importante marca que apreendia a solidariedade e o poder feminino. Assim como o símbolo de uma vulva desenhado com as mãos, que foi bastante utilizado nas manifestações europeias (ERGAS, 1991).

Outra forma de afirmação feminina era a reconstrução de uma história das mulheres. A partir da premissa de Simone de Beauvoir (1949) de que a história das mulheres foi feita por homens, as feministas buscaram reconstruir, ou até mesmo construir, uma história onde as mulheres eram protagonistas. Buscavam conhecer textos de experiências femininas, assim

como transcrever suas próprias experiências, a fim de desenvolver uma história sobre as lutas feministas, uma memória específica de gênero até então ignorada.

Atuações também presentes no feminismo ocidental ocorreram nas pautas sobre as políticas do corpo, tendo como foco principal as questões sobre a violência sexual e o direito ao aborto. Para muitas dessas mulheres, se o intuito era a retirada de sua sexualidade do domínio masculino, isso consistia em lutar pela legalização do aborto e por métodos de contracepção. Mesmo encontrando certa resistência, a maioria das feministas seguia adiante em sua campanha em prol do aborto como direito da mulher. A maioria destas lutas aconteceu nos países da Europa Ocidental e na América do Norte e foram responsáveis por uma cooperação ativa sobre o assunto entre essas mulheres. Segundo Yasmine Ergas (1991), o alcance que essas campanhas tiveram fizera com que fossem abertas diversas clínicas ilegais para a realização do aborto, sendo essas organizadas pelo MLAC (Movimento da Liberalização do Aborto e da Contracepção). Em alguns países avançou o movimento de legalização, a exemplo da França, que em 1975 passou a permitir o aborto até a décima semana de gravidez.

As feministas destacaram em suas campanhas outras questões como a violência doméstica, a penalização do estupro e o assédio sexual, trazendo cada vez mais à luz as questões que antes eram vistas como privadas, fazendo jus ao slogan do momento “O privado é público!” (PERROT, 2007). A violência sexual levou as mulheres a agirem e criarem, de forma independente, centros de refúgio para mulheres que sofriam agressão de seus maridos ou “companheiros”. As mulheres britânicas foram as primeiras na criação desses centros em 1972. “Por volta de 1980, 99 grupos tinham implantado 200 refúgios, e tinha-se constituído uma organização nacional – a Federação de Ajuda às Mulheres – à qual pertencia a maior parte desses grupos” (ERGAS, 1991, p. 603).

Porém, a iniciativa logo ecoou para o resto da Europa Ocidental e da América do Norte, e a violência contra a mulher se tornou pauta em 1976, nas celebrações do Dia Internacional da Mulher, mais especificamente no Tribunal Internacional dos Crimes contra as Mulheres que ocorreu em Bruxelas. Em resumo, os organizadores do evento destacavam em seu relatório final que a violência era uma técnica de persuasão do poder do homem sobre a mulher, sendo assim necessário o combate em uma luta por igualdade (ERGAS, 1991).

Outra forma de atuação, característica do feminismo norte-americano, foi a criação de grupos de reflexão voltados para uma tomada de consciência feminina, a fim de uma

transformação pessoal e cultural (PEDRO, 2006). Era através das reuniões denominadas *bitch session* que as mulheres participavam reproduzindo seus testemunhos pessoais. As feministas acreditavam que ao expor seus problemas pessoais poderiam ter maior expansão do seu autoconhecimento e maior consciência de si, sendo uma forma de superação da repressão e a negação sofrida, dando início a um processo de auto-reconstrução. A prática se tornou conhecida e teve sua fórmula repetida em outros países.

De facto (sic), em vários países, a tomada de consciência foi apenas o primeiro de uma série de métodos, frequentemente devedores das práticas e conceitos psicanalíticos, destinados a aprofundar a percepção individual do eu e a orientar o comportamento quotidiano. (...) a tomada de consciência baseava-se na crença de que as mulheres tinham de alguma forma sido privadas do seu 'eu real' (ERGAS, 1991, p.598).

Uma série de atuações importantes e presentes na sociedade, além dos ainda não mencionados protestos e marchas pelos direitos das mulheres, refletiram em mudanças significativas nas legislações do ocidente. As mudanças sucederam na década de 1970 em diante, e seria um trabalho muito minucioso e de demasiado aprofundamento que não cabe aqui mencionar todas as conquistas legislativas do período. Porém, em resumo, destacam-se as leis reformistas perante a “questão da mulher” que diversos países aprovaram, como leis que abordam e protegem: a igualdade salarial, a discriminação sexual, a igualdade de oportunidades, contra a violência doméstica, apuração de crimes sexuais, além ainda das leis de proteção no mercado de trabalho, como a licença maternidade obrigatória e remunerada. A maioria dessas conquistas mencionadas é referente aos Estados Unidos e a Europa Ocidental, mas tiveram ramificações semelhantes em outros lugares, assim como suas aplicações diferem em cada território (ERGAS, 1991).

A criação de determinadas leis só foi possível com o aumento da força feminista como força política. Elas agora compunham uma categoria que votava e estavam presentes em discussões políticas ainda que fossem uma minoria ínfima com voz realmente ativa dentro dos partidos políticos. Esse comportamento político presente na mulher fez com que essas caminhassem em direção contrária ao conservadorismo, tendo suas preferências partidárias à esquerda ou em busca de políticas mais liberais.

Ainda que levantando bandeiras feministas, dificilmente os partidos cumpriam suas promessas para com as mulheres, e acabavam por colocar as questões da mulher em segundo plano, alegando a necessidade de outras medidas mais drásticas (como a implantação de outros regimes políticos) para então avançarem nas pautas consideradas “secundárias”. Isso

fez com que inúmeras mulheres abandonassem os partidos, preferindo a criação de organizações independentes que promoviam os interesses femininos com prioridade. Porém, ainda assim ocorre o aumento no número de mulheres presentes nos diversos partidos políticos a partir da década de 1960, assim como o número de institutos direcionados para estas.

A influência política feminista foi além das fronteiras dos países e alcançou níveis internacionais. Ainda segundo Yasmine Ergas (1991), as organizações internacionais passaram a introduzir nas suas ordens de trabalho o direito das mulheres como questão importante. Um marco da luta sobre essas questões foi a criação da Década da Mulher (1975-1985), celebrada pelas Nações Unidas com conferências na Cidade do México, Copenhague e em Nairóbi, e que foram importantes discussões acerca da mobilização feminista e seu impacto nos países desenvolvidos, assim como naqueles em desenvolvimento.

A Década da Mulher teve grande importância, pois as conferências ocorridas no período demonstraram como as pautas feministas ganharam maior visibilidade pública, além de colocar na agenda das Nações Unidas resoluções mais preocupadas com as questões das mulheres, assim como colaborou para o crescimento de uma rede de mulheres ativistas mais sólida. E foi a partir dessa iniciativa da ONU que muitos países tiveram a oportunidade de discutir com mais ênfase, em espaços próprios, uma série de questões relativas às condições da mulher, sendo o Brasil um deles.

Essa breve contextualização não engloba as peculiaridades de cada país e período, mas é de extrema importância para entender as atuações dos movimentos feministas internacionais antes de compreender as características do feminismo brasileiro. Somente assim, é possível demarcar as possíveis aproximações e distanciamentos que ocorreram e como essas influências foram sentidas no contexto do país que passava, no período de meados de 1960 até 1980, por uma situação política e econômica bastante distinta da Europa e dos Estados Unidos.

## 2.2 AS DIFICULDADES DE RECONHECER UM MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO

Quando o assunto adentra terras brasileiras, os caminhos traçados pelo movimento feminista se tornam mais tortuosos, sendo também mais tardio do que em outros países ocidentais, devido a uma série de particularidades que compõem o cenário.

A sociedade brasileira já era composta em si por suas especificidades devido a grande desigualdade na distribuição de renda, além da cultura patriarcal herdada do período colonial. Claro, isso não é uma exclusividade do país, mas é necessária uma compreensão das condições que essa má distribuição pode engendrar nas pautas dos movimentos sociais. Porém, ao se falar dos movimentos feministas brasileiros, não se pode deixar de mencionar um importante fator que influenciará, e muito, nas mobilizações do período: o regime militar.

Mas para compreender melhor os acontecimentos que levaram ao florescimento de diversos grupos feministas a partir dos anos 1970 no Brasil, é necessário o entendimento do contexto histórico político-social do país a fim de compreender as atuações e demandas femininas na sociedade num passado um pouco mais distante, para só então partir para uma tentativa de definição do surgimento de um movimento feminista mais contundente no país.

Segundo a teoria empregada por Vera Soares (1998), o movimento feminista é uma das faces, das expressões possíveis, dentro de um movimento de mulheres mais amplo. Assim como as feministas compõem uma parte do movimento de mulheres, outras faces estão englobadas, como as mulheres operárias, periféricas, de comunidades rurais, atuantes em sindicatos, que acabam por agregar outras especificidades e bandeiras.

Cada uma das vertentes dos movimentos de mulheres poderia ser analisada como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão, etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que este é uma pluralidade de processos (SOARES, 1998, p. 38-39).

O movimento feminista tratará, então, como uma face dentro dessa gama de vertentes dos movimentos de mulheres, da identificação de uma situação de subordinação e negação de protagonismo, aonde essas partem em busca da construção de uma nova ideologia e prática

social que romperá com sua situação de marginalidade social. Através disso, buscam o reconhecimento de suas capacidades como seres autônomos e igualmente capazes perante aos homens. “As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres” (SOARES, 1998, p. 39).

Para Heleieth Saffioti (1988), as condições dessas lutas devem ser analisadas de forma mais intrínseca. Para ela, embora as pautas feministas não sejam o destaque de alguns movimentos de mulheres, a situação de se ter uma luta de mulheres contestando uma lógica social-hierárquica rompe, portanto, com a lógica patriarcal e capitalista, sendo esta, a responsável por todas as opressões sofridas pelas mulheres. “As mulheres empreendem uma luta em duas frentes: seus movimentos unem-se aos movimentos gerais dos pobres enquanto trabalhadores e consumidores e, ao mesmo tempo, levantam as reivindicações específicas das mulheres” (SAFFIOTI, 1988, p. 157). Isso, mesmo não sendo uma pauta exclusivamente feminista segue a lógica do movimento de rompimento com o patriarcado, se tornando, portanto, parte do feminismo.

É importante perceber a pluralidade de lutas que Soares menciona, assim como a hibridização que Saffioti destaca. Porém, para Soares, ainda que ocorram aproximações entre as denominadas pautas feministas dentro de outros movimentos, como o das operárias, por exemplo, ela crê na possibilidade de analisar esses como questões separadas. Nesse ponto, Saffioti acredita na dificuldade de separação de tais movimentos para análises distintas. Ainda que muitos desses movimentos de mulheres preferissem não ser associados ao movimento feminista, é inegável a semelhança de discursos em diversos momentos, que acabavam por romper com uma lógica patriarcal e capitalista, ainda que sem intenção de serem denominadas dessa forma. Sendo assim, acreditamos que seja necessário falar dos mais variados movimentos de mulheres além dos considerados abertamente feministas, a fim de compreender as lutas travadas por essas, mesmo que não se denominem ou se considerem feministas. Afinal, essas mulheres também lutaram e resistiram em prol dos mais diversos direitos buscando a melhoria de suas condições de vida, indo contra o sistema patriarcal e capitalista.

Sarti (1988) destaca as dificuldades que percebeu ao tratar do que seria um movimento feminista brasileiro. Para ela, o movimento se impôs de forma bastante imbricada dentro desse contexto de múltiplas mobilizações, como as que envolviam diretamente a luta direta

contra o regime militar. Foi criando asas de forma cautelosa, buscando sempre destacar suas particularidades dentro dessas lutas específicas.

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina. Associava-se feminismo a uma oposição homem x mulher, que nunca existiu de forma radical em suas manifestações no Brasil. A imagem feminismo x feminino repercutiu inclusive internacionalmente, no movimento de mulheres, dividindo seus grupos, com autodenominações excludentes (SARTI, 1988, p.41).

Além do debate de nomenclaturas, é destacável que principalmente devido ao contexto político-social de falta de estrutura urbana e questões políticas, é compreensível a necessidade das mulheres de assumirem outras lutas além da ruptura com o patriarcado, considerado seu maior inimigo, por exemplo, em países desenvolvidos (PEDRO, 2012). Além disso, era a partir dessa luta que teriam a possibilidade de organização, e até mesmo de introdução das pautas específicas tão desejadas e sempre adiadas.

Dessa forma, neste trabalho, manteremos a ideia de nomear movimentos de mulheres quando estes abarcarem outras lutas além das questões específicas destas, a fim de exemplificar de forma mais clara como se sucediam as relações das mulheres frente às pautas gerais. Já a expressão movimentos feministas será usada quando essas pautas forem exclusivas de questões especificamente femininas, ainda que estas estejam imbricadas em outras questões, porém se sobressaindo. Tal medida tem o propósito de fornecer maior clareza ao conteúdo, pois acompanhando a ideia de Saffioti, as imbricações possíveis dentro do feminismo brasileiro fazem com que outras lutas também devam ser tratadas em conjunto, mantendo destacadas suas particularidades.

### 2.3 A TÍMIDA ONDA FEMINISTA SURGE NO PAÍS

Não nos aprofundaremos nos primórdios dos movimentos de mulheres ou movimentos feministas na passagem para o século XX no Brasil e seu percurso até 1970, porém, seria bastante precário iniciar o assunto de destaque sem uma devida contextualização, como já

mencionada no início do capítulo, afinal, os movimentos não surgiram abruptamente nos anos 1970 e possuíam sim, raízes.

Pelo menos mundialmente falando, o contexto de ondas, conforme já explicado anteriormente, acaba por ser bastante claro. No Brasil também se pode falar em uma Primeira Onda Feminista, ainda que não tão forte quanto o sufrágio internacional.

Segundo Prado e Franco (2012), graças a estudos recentes, foi possível encontrar atividades intelectuais e políticas de mulheres que participaram efetivamente da vida pública no Brasil do século XIX, antes mesmo do avanço das lutas sufragistas no final do século. É importante destacar, como as próprias autoras enfatizam, que quando se fala em “política” não se restringe somente ao Estado e suas instituições, mas nas relações cotidianas diversas entre indivíduos, inclusive entre homens e mulheres. “Também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas) em que até mesmo os sentimentos têm peso importante” (PRADO; FRANCO, 2012, p. 195). Para as autoras, somente tendo essa compreensão do político se entende que as atitudes do período tiveram essa dimensão, que até então não havia merecido destaque.

Porém, a efetiva participação das mulheres até o final do século XIX, estava longe de ser em quantidade significativa. Foram figuras importantes, mas que não constituíam um número que configura um movimento. Trata-se de mulheres, ou até mesmo grupos, em situações e ações mais isoladas, ainda que mais para o final do século se conseguisse estabelecer uma luta mais efetiva com a proclamação da República em 1889, fato esse que acelerou o engajamento e o interesse das mulheres na luta por direitos políticos. Dentre nomes conhecidos que tiveram grande atuação pode-se mencionar Maria Quitéria de Medeiros, Chiquinha Gonzaga, Nísia Floresta, que é considerada a primeira feminista brasileira, entre outras que tanto lutaram e resistiram em diferentes cenários (PRADO; FRANCO, 2012)<sup>4</sup>.

Para Margareth Rago (1996), mudanças ocorreram nas aspirações de muitas mulheres das capitais brasileiras, tendo o intuito de comunicar à mulher que esta possui uma força

---

<sup>4</sup> Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792- 1853) foi a primeira mulher a entrar em combate no Brasil em 1823, assim como a sentar praça num acampamento militar. Foi condecorada por D. Pedro I com o título de "Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro". Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935), popularmente conhecida como Chiquinha Gonzaga, foi uma mulher pioneira na música brasileira. Dentre suas grandes conquistas no âmbito musical, pode-se destacar o fato dela ser a primeira mulher a reger uma orquestra no país. Também participou ativamente do movimento pela libertação dos escravos. Dionísia Pinto Lisboa (1810-1885), que adotou como pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta foi uma escritora, poetisa e educadora. Devido a seus escritos e atuações em prol da igualdade feminina, Nísia Floresta é considerada pioneira no feminismo brasileiro.

dentro da sociedade e que este é o momento de reivindicação do seu espaço. Desde mulheres da aristocracia cafeeira e das camadas médias até as operárias anarquistas, o Brasil da virada inicial do século XX já possuía um histórico de lutas, onde algumas mulheres buscavam questionar o lugar a elas tradicionalmente designado de nascença, através de reivindicações como o direito ao trabalho remunerado, à educação e a participação mais efetiva na esfera pública (RAGO, 1996).

Diversos foram os motivos que levaram essas mulheres a aspirarem novos papéis sociais e uma participação mais efetiva como cidadã. No mercado de trabalho, por exemplo, realidade mais presente para mulheres mais pobres, a busca por uma profissão começou a acontecer também com mulheres das camadas médias e até mesmo as da elite. Outro fator importante foi as reivindicações de setores médios contra as barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado, e o aumento das possibilidades de capacitação profissional da mulher. Aliado a isso, as precariedades da renda familiar das classes populares apontavam para uma maior necessidade de contribuição financeira por parte das mães e filhas, sendo as mães figuras menos presentes no mundo do trabalho (SOIHET, 2012).

Todas essas mudanças permitiram às mulheres uma entrada no mercado de trabalho, fazendo com que estas começassem, prematuramente, então a ser reconhecidas como tendo um papel social mais efetivo na sociedade brasileira. Porém, se não a maior, mas a mais conhecida reivindicação do período, parte do direito ao voto e o direito de elegibilidade. As mulheres do início do século XX acreditavam que só conseguiriam modificar sua situação de viver à margem se tivessem uma participação na vida pública, sendo necessária a possibilidade de se ter uma educação, um trabalho, mas principalmente, o direito do cidadão de poder interferir nas escolhas políticas, pois assim conseguiriam eleger pessoas que lutariam pelos direitos da mulher e por um reconhecimento maior desta como parte integrante e ativa naquela sociedade.

As reivindicações das mulheres não foram acatadas, pelo contrário, sofreram uma forte oposição entre políticos e autoridades. Filhos do coronelismo e do patriarcalismo, tinham como desculpa o fato de que, segundo eles, as mulheres eram seres mais frágeis e menos inteligentes biologicamente, sendo portanto, inadequadas para atividades públicas, devendo ficar restritas ao lar e aos cuidados da família, tarefa essa que ela conduziria de forma excepcional devido à sua capacidade materna. Soihet (2012) ainda destaca que críticas às demandas femininas eram presentes na imprensa do período, em peças teatrais, crônicas,

onde sempre que possível, ridicularizavam as manifestantes, contribuindo para o desenvolvimento de uma imagem negativa da militante feminista<sup>5</sup>.

Figura ilustre do período, o sufrágio brasileiro contava com a participação ativa da feminista Bertha Lutz, que ao retornar de seus estudos na Sorbonne, em 1918, deu início a uma campanha pela emancipação feminina que logo teve a adesão de um grupo de mulheres com ideais semelhantes. Lideradas por Bertha, essas mulheres atuavam em associações, escreviam artigos sobre assuntos de interesse e visibilidade social da mulher, iam às ruas para se afirmarem através de pronunciamentos públicos, além ainda de concederem entrevistas para a imprensa, buscarem apoio de lideranças políticas e do povo, lutar por direitos pressionando autoridades políticas, educacionais e a imprensa (SOIHET, 2012).

Da série de atuações dessas mulheres, dando aqui ênfase maior ao nome de Bertha, está incluso o trabalho ativo como integrante em associações como a Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino, dedicada à luta pela conquista do direito ao voto e a elegibilidade; a União Universitária Feminina, que propunha a união de mulheres acadêmicas, visando a defesa dos interesses femininos nas profissões liberais e um maior desenvolvimento da intelectualidade entre as mulheres e como estas poderiam colaborar com a solução de problemas sociais no país.

Rachel Soihet (2012) ainda destaca que, mesmo com tais pretensões, as mulheres deste grupo de classe mais elevada das primeiras décadas do século XX, mantinham, em sua maioria, um discurso mais moderado, buscando não chocar demais uma ala conservadora, acreditando que ao utilizar desta tática, conseguiriam um apoio maior de pessoas estratégicas. Mas, essa forma de atuação não era unânime, e outros movimentos de mulheres coexistiam com ideias mais radicais, na defesa, por exemplo, do amor livre, do controle de natalidade, ou até mesmo ideais anarquistas ou comunistas, tendo nesses últimos, maior participação das classes populares.

Para abordar o assunto dos diversos ideais do período apresentado, recorre-se à Margareth Rago (1996) que através da análise da imprensa feminina alternativa do período, divide os movimentos de mulheres surgidos no início do século XX, em dois grupos com ideias bastante diversos. O primeiro a ser destacado é o que ela considera como *feminismo*

---

<sup>5</sup>O sistema patriarcal acaba por colocar uma série de adjetivos socialmente negativos às militantes feministas a fim de afastar qualquer apoio da sociedade e até mesmo das mulheres. Essa imagem construiu-se com tanta força que muitos movimentos se recusavam a utilizar a nomenclatura “feminismo”, podendo encontrar resistência ainda atualmente.

*liberal*. Para essas mulheres advindas de camadas sociais alta e média alta, o “regeneramento<sup>6</sup>” moral e intelectual da mulher era algo essencial para que essa compreendesse seu novo papel na sociedade moderna. Se incomodavam com o fato de que mesmo com a modernização da vida social, o crescimento urbano e a transformação da vida privada sedentária da grande propriedade rural, as mulheres não valorizavam a educação. Para elas, sem o conhecimento as mulheres não descobririam suas potencialidades e ficariam confinadas apenas aos saberes da casa e da beleza – aspectos considerados por elas supérfluos como a aparência física, o gosto pelo luxo e a capacidade de sedução. “Na verdade, criticavam o fato de que a sinhá-moça do passado fora substituída pela mulher fútil, envolvida com o mundo do consumo e das mercadorias, a exemplo da ‘melindrosa’” (RAGO, 1996, p.20).

Só seria possível que a mulher se regenerasse moralmente e intelectualmente se fosse educada a partir de um trabalho modernizador, alcançando a compreensão de seu novo papel na sociedade, suas possibilidades de emancipação e os instrumentos cabíveis para a luta. Dessa forma, buscavam sempre conscientizar as mulheres, tentando demonstrar caminhos para a superação da desigualdade entre os sexos.

Algo importante a ser destacado é que a luta dessas mulheres tinha direcionamento, e esse não compreendia as mulheres brasileiras como um todo. Todos os debates sobre o lugar destinado às mulheres se referiam às mulheres da elite, pois para elas, as condições da mulher pobre já eram predestinadas, afinal, elas não possuíam acesso à educação devido à condição financeira desfavorável.

Enfim, definindo a mulher como símbolo da regeneração moral, como lugar do Bem e do futuro promissor, as feministas liberais trabalhavam num alto nível de generalização, fazendo das mulheres da elite e das camadas médias, que podiam ter acesso à cultura e à política, as responsáveis exclusivas pelo reerguimento moral da sociedade (RAGO, 1996, p.21).

Assim como o feminismo liberal possuía seus discursos e ideais, do outro lado, nas classes populares, surgia outro movimento feminista: o que Rago (1996) categoriza como *anarquista*. A composição social desse era de mulheres operárias anarquistas que se negavam a apoiar qualquer negociação com as instituições burguesas. Paralelamente com o feminismo liberal, as anarquistas também debatiam a educação, porém para estas, o tema era mais agudo, através da denúncia das condições precárias de trabalho, a baixa remuneração, a falta de

---

<sup>6</sup> Termo utilizado pelas próprias feministas.

assistência pública, além ainda, de demonstrar a importância da união e do conhecimento para a criação de sindicatos e outros locais de resistência (RAGO, 1996).

Rago ainda destaca que mesmo com as divergências claras em seus ideais, as liberais e libertárias acabavam por convergir em alguns discursos, principalmente quando o assunto era a elevação da mulher, seja enquanto símbolo de regeneração moral ou enquanto agente em busca de um futuro mais igualitário.

Valorizando o ideal de mãe civilizadora, procuravam dignificar e politizar a maternidade, considerando que o que estava em jogo era a formação do cidadão da pátria, para as primeiras, e do novo homem da sociedade libertária para as segundas. Daí a importância da educação para umas e para outras (RAGO, 1996, p. 22).

De outra parte, é preciso lembrar que mesmo pertencendo a uma classe social elevada, aproximando-se muito mais do feminismo liberal do período, Bertha Lutz não se manteve completamente distante das questões destinadas às mulheres pobres. Militou em prol do auxílio às melhores condições de trabalho, sugerindo a criação de associações de classe para as diversas categorias profissionais. Intercedeu também, junto ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro, pelos direitos das empregadas do comércio, tendo êxito.

Sua participação efetiva, em 1922, fez-se sentir em favor das empregadas no comércio, intercedendo junto ao Conselho Municipal para a redução do horário de trabalho dessa categoria, de 13 a 14 horas diárias para 8 horas. Essa era uma reivindicação que o movimento de trabalhadores – influenciados pela repercussão da Revolução Russa -, vinha fazendo desde 1917 (SOIHET, 2012, pg. 220).

Continuou ainda reivindicando a regulamentação de direitos referentes ao trabalho da mulher na indústria. Sua atuação política influente fez com que essas questões trabalhistas de mulheres operárias viessem à luz e conseguissem maior visibilidade.

A partir das constatações acima, é possível compreender a existência de um movimento de mulheres em prol dos direitos referentes ao papel político da mulher, englobando aqui educação, trabalho e a participação política. Outras questões de cunho sexual e mais ligadas ao cotidiano das mulheres em si, como a violência doméstica, só conseguiram destaque nos anos 1970 no Brasil.

Alguns autores utilizam a teoria de que o movimento feminista brasileiro iniciou de fato a partir dos anos 1970, principalmente em 1975 com a criação do ano da Mulher da ONU. Porém, neste trabalho, acreditamos que a importância das lutas femininas começou no início do século XX, trazendo à tona as lutas pelos direitos públicos da mulher já

mencionados acima. Seria um pouco injusto ignorar uma participação ainda que não tão contundente e solidificada quanto nos anos 1970, criando uma lacuna em uma história que foi escrita. Mas também se deve considerar que a aderência ao movimento, e aqui já se poderá mencionar mulheres que usavam a nomenclatura feminista para se auto-designar, realmente terá seu destaque, além de um apelo maior, com questões consideradas especificamente feministas, a partir dos anos 1970, quando os ideais feministas de Segunda Onda internacionais chegarão ao conhecimento das mulheres brasileiras, que se envolverão de forma mais específica, como será desenvolvido adiante.

#### 2.4 A GUINADA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES

Ao se falar de movimento feminista brasileiro de Segunda Onda que acompanha as pautas internacionais, deve-se atentar para determinados fatores que desenvolvem, no Brasil, características próprias, fazendo com que esse ganhasse força tardiamente, através da ligação a outros movimentos políticos, tendo dificuldades de assumir um protagonismo. De outra parte, havia a pluralidade interna do país, além também da conjuntura política de repressão à livre associação e reunião em razão do regime militar a partir de 1964.

Dentro de uma sociedade onde a desigualdade social ainda era extremamente presente, as realidades da população são heterogêneas, de forma que as demandas são as mais diversas. Enquanto no meio urbano houve o desenvolvimento de estruturas modernas, coexistiam uma população mais abastada e outra totalmente carente de necessidades básicas, o que configurava maior complexidade nas pautas solicitadas pela população.

Para Sarti (1988), o que marca a diferença do feminismo brasileiro perante o europeu, por exemplo, é a diferença de contextos e situações. No caso europeu, os movimentos que surgem a partir dos anos 1960 possuem uma forte conotação cultural, fruto da revolução cultural já destacada aqui, que tinha como intuito questionar os valores daquela sociedade cercada por uma ideia de bem-estar social, a fim de demonstrar que a garantia de direitos básicos não eram demandas suficientes, e assim, contrapor o Estado a essa noção.

Os movimentos sociais urbanos brasileiros provêm de situações diferentes. Enquanto saneamento básico, luz e questões de mobilidade urbana soam como direitos básicos já assistidos em outros países, ainda utilizando aqui o mesmo exemplo, no Brasil, fizeram parte de uma série de reivindicações de melhorias de infraestrutura urbana. E serão essas e outras reivindicações que terão destaque nas pautas dos movimentos de mulheres.

Mariza Corrêa (2001) destaca que os grupos feministas brasileiros se construíram a partir de lealdades diversificadas, tendo a Igreja Católica, o Partido Comunista ou a Universidade como locais de fecundação das ideias. Embora houvesse, no caso da Igreja e da esquerda brasileira, pontos discordantes: com o primeiro, a liberação do aborto, enquanto o segundo, a preocupação em priorizar a luta geral. Quanto às acadêmicas, ela prossegue: “nas nossas discussões era a clivagem entre militantes e pesquisadoras, clivagem que se tornou importante à medida que a pesquisa sobre a situação da mulher no país ganhou preeminência sobre os movimentos de mulheres” (CORRÊA, 2001, p. 17).

Dessa forma, as questões femininas específicas encontraram barreiras para se engendram. Nesse momento, se considerava prioritária a solução de problemas mais gerais da nação ou da comunidade inserida, ocultando as causas direcionadas às mulheres, sendo deixadas como discussões posteriores. A atitude era bastante frequente principalmente dentro de movimentos de esquerda, que alegavam na maioria, que as problemáticas destinadas às mulheres conseguiriam êxito caso fosse possível a implementação de outro regime de governo, pois acreditavam que os problemas femininos eram oriundos da exploração capitalista.

As junções de problemas de infraestrutura, econômicos e políticos irão, portanto, colaborar para a inserção de algumas mulheres em movimentos sociais, mas não serão ainda suficientes para o aparecimento de questões especificamente femininas, relacionadas ao corpo e à sexualidade da mulher, assunto já discutido, por exemplo, nos movimentos feministas norte-americano e europeu.

É justamente nessa situação que algumas autoras preferem designar que o movimento feminista brasileiro só começou de fato, a partir dos anos 1970, particularmente nos anos 1972-75. Segundo essa visão, foi devido ao início dessas pautas específicas das mulheres atreladas às preocupações de classe que começaram a criar raízes mais fortes (PEDRO, 2006; SARTI, 1988).

Porém, a participação feminina no contexto de lutas já era presente e ganhou ainda mais força com a chegada das discussões feministas. Essas se somarão aos movimentos de mulheres e os tornarão cada vez mais autônomos em suas questões específicas. Mesmo que não sejam as pautas feministas discutidas internacionalmente como as relacionadas à sexualidade e ao corpo feminino no início do movimento, o feminismo brasileiro acabará por incorporar muitas das questões acerca da desigualdade e da melhor condição de vida, norteadoras dentro dos movimentos de mulheres. Dessa forma, o próprio feminismo, nos anos 1980, receberá novos ideais e debates, fruto das pautas colocadas pelos movimentos de mulheres, assim como esses assimilarão discussões feministas, mesmo que muitas vezes resistam à nomenclatura.

#### **2.4.1 As lutas por melhorias na infraestrutura social e urbana**

Os movimentos sociais brasileiros se modificam a partir dos anos 1970 com a emergência de uma nova configuração das classes sociais no cenário público e suas diversas formas singulares de expressão que as diferenciam de atuações anteriores. “(...) Embora tenham inclusive desenvolvidos mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma superior ou sintetizadora” (SADER, 2004, p. 198).

É nesse cenário que um novo contingente de mulheres militantes emerge advindas da periferia da zona sul de São Paulo, principalmente, e tendo a Igreja Católica como aliada. Podemos falar que esse novo movimento lutava por maior infraestrutura urbana e bens de consumo coletivos nos bairros. As participações femininas aconteciam por meio de movimentos específicos de determinados bairros ou regiões, que possibilitavam ali um maior alinhamento das mulheres nas questões de saúde pública de identificação feminina – nesse caso, as condições de vida referentes à reprodução e manutenção da família (SARTI, 1988).

Heleieth Saffioti (1988) definirá as lutas de mulheres em dois momentos. O primeiro deles tem enfoque no que ela chama de “movimentos sociais nucleados na reprodução”. Esses, mesmo que sem uma homogeneidade completa, estavam conectados às relações de

classes sociais. As demandas desses movimentos estão centralizadas nos problemas enfrentados cotidianamente, fazendo com que essas mulheres participassem ativamente das lutas diárias por melhores condições de vida, englobando segmentos das periferias e favelas das grandes cidades, dos bairros e das fábricas. Da série de questionamentos podia-se encontrar: “coleta de lixo, ausência de água tratada, falta de creches e escolas para os filhos, necessidade de pavimentação de ruas, da legalização de loteamentos originariamente clandestinos, precariedade das moradias, etc.” (SAFFIOTI, 1988, p. 159).

Quando se fala dessas questões, talvez os movimentos de maior visibilidade, a partir das leituras, sejam os Clubes de Mães ou Associações de Donas de casa, devido à notoriedade de suas batalhas nesse segmento. Esses grupos eram compostos por mulheres que não exerciam atividade remunerada fora de casa, em sua maioria de classe popular. Existia uma aproximação desses movimentos com a Igreja Católica, tendo como ponte as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base)<sup>7</sup>. Estavam presentes nessas comunidades no início da década de 1960, através de grupos de convivência onde as mulheres poderiam aprender e realizar tarefas consideradas tipicamente femininas como trabalhos manuais de bordados, tricô, etc, tendo aulas fornecidas pelas esposas de empresários do *Lions Club*, ou participando de atividades religiosas (SARTI, 1988).

Porém, segundo Odete Marques, uma das líderes do movimento, os grupos assumiram um caráter mais reivindicativo a partir de 1971, com a saída do *Lions*, assumindo as lutas por melhores condições de vida juntamente com as pastorais que atuavam em defesa dos mais pobres.

Em entrevistas realizadas por Heleieth Saffioti (1988), destacam-se alguns pontos interessantes para entender brevemente a constituição desses movimentos. Os grupos eram compostos, em sua maioria, por mulheres de operários, pois segundo uma das participantes, as esposas dos operários eram as que estavam em situações mais vulneráveis, diferente de outras mulheres com melhores condições de vida, que, portanto, não teriam motivo para aderirem ao movimento, pois não vivenciavam aquelas demandas. Outro fator interessante apontado pela autora é o fato de muitas mulheres encontrarem resistência dos maridos para a participação dessas nesses Clubes, e ainda, muitos operários afirmavam que essas lutas

---

<sup>7</sup> As Comunidades Eclesiais de Base eram grupos organizados para as mais diversas finalidades, no período da Teologia da Libertação. Essa teologia tinha como ideal auxiliar as pessoas socialmente mais vulneráveis, vinculando o cristianismo “à ideia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva (SADER, 2004, p. 203).

femininas não tinham ligação nenhuma com suas lutas por melhores salários, na tentativa de se distanciarem e deslegitimarem o movimento feminino. Para as mulheres participantes, essas lutas eram interligadas, pois as conquistas de ambas as movimentações eram benéficas para todos os familiares.

Em suas ações, alguns Clubes de Mães conseguiram obter sucesso em suas reivindicações. Nas demandas escolares, obtiveram grande êxito, mobilizando milhares de pessoas nas lutas por mais escolas, e conseguindo que essas fossem construídas. Uma menção importante nessa questão é que mesmo que alguns políticos tivessem interesse em se apropriar dessas conquistas, as mulheres permaneceram sem alianças e mantiveram-se emancipadas de qualquer oportunismo (SAFFIOTI, 1988).

A visibilidade que esses grupos alcançaram em suas reivindicações foi ainda maior quando, em um desses grupos na Zona Sul de São Paulo, surgiu em 1973, um desdobramento natural dos Clubes de Mães, o *Movimento do Custo de Vida*. Essa mobilização ganhou destaque nacional, fazendo com que as atuações dos Clubes se unificassem e se politizassem (SADER, 2001). O movimento buscava denunciar a carestia sentida pela população enquanto o governo ainda insistia em falar de milagre econômico brasileiro<sup>8</sup>.

O Clube de Mães começou, então, a organizar assembleias. Coordenada por Odete, uma delas, com cerca de cinco mil pessoas, ocorreu em 1976 no colégio Santa Maria, em São Paulo. Na crise de abastecimento de 1978, o Movimento do Custo de Vida juntou outras cinco mil pessoas no Colégio Arquidiocesano para a divulgação de um abaixo-assinado reivindicando congelamento dos preços e aumento salarial. Enquanto coletavam assinaturas em feiras, supermercados, igrejas e praças, as mulheres preparavam uma grande assembleia para a entrega simbólica do texto, na Praça da Sé (CHAGAS, 2010).

E foi justamente essa manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, que no dia 27 de agosto de 1978, as mulheres conseguiram o apoio de cerca de 20 mil pessoas. A manifestação aconteceu com a presença de religiosos, jornalistas e até mesmo políticos, além da repressão usual da tropa de choque do período.

A movimentação do Clube de Mães foi tão grande, que o movimento angariou reconhecimento público e político ainda maior, e em 1979, passou a chamar-se *Movimento Contra a Carestia*. Porém, a articulação com novos membros políticos resultou numa disputa

---

<sup>8</sup> Período compreendido entre 1969 e 1973 onde o governo militar, tendo o General Médici em seu cargo mais alto, denominava o rápido crescimento econômico ocorrido no país. Apesar do aumento do emprego, as desigualdades sociais se alargaram devido a distribuição desigual de renda e, a inflação dificultou ainda mais a vida das pessoas das camadas mais baixas da população.

de poder entre determinadas tendências, que fez com que o movimento se desarticulasse da forma inicial.

Outra contestação bastante articulada pelas mulheres era a Luta por Creches. Efetivamente, só a partir da possibilidade de deixar seus filhos em locais seguros, que muitas dessas poderiam sair de casa para trabalhar fora e alcançar maior independência financeira. O problema era ainda mais grave para as mulheres de baixa renda, pois não possuíam recursos financeiros disponíveis para a contratação de pessoas específicas para cuidar de seus trabalhos domésticos e maternais, tarefa esta considerada obrigatoriamente feminina. Porém, nesse quesito, não conseguiram um grande êxito em suas demandas, pois até a década em que os estudos de Saffioti e Sarti foram publicados, o número de creches na cidade e no estado de São Paulo é aquém do necessário (SAFFIOTI, 1988; SARTI, 1988).

A luta pela ampliação do número de creches era majoritariamente de mulheres provenientes das classes populares. Dessa forma, podemos considerar que tal reivindicação não era vista como uma pauta de cidadania e sim de classe, pois não foi inserida como pauta principal para mulheres de classe média que não eram atingidas por tal problema, pois dispunham de condições de pagar uma creche particular ou contratar empregadas. As feministas de esquerda, mesmo provenientes da classe média, até procuraram elucidar a questão através da imprensa alternativa feminista, porém toda a organização dos atos era articulada nas comunidades.

Como já mencionado mais no início, a Igreja Católica era parte importante dos movimentos de mulheres em suas comunidades. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) foram o caminho que muitas encontraram para ter seus encontros e dar forma às reivindicações, além de ser o canal que a Igreja Católica encontrou para expressar sua ajuda aos mais necessitados e sua oposição ao regime militar.

A vida concreta dessas mulheres se modificou parcialmente por meio de sua inserção nas comunidades, o uso de seu tempo, a ampliação de seu espaço de circulação geográfico e social, suas trocas com outras mulheres, seu ativismo religioso e sua militância política transformaram seu cotidiano (SOARES, 2012, p.40 apud ROSADO, 1991, p.247).

Através da contestação desses direitos básicos, essas mulheres articuladas nos Clubes de Mães ou Donas de Casa, acabam por buscar seu direito à igualdade. A partir do momento que elas saíram às ruas, conseguiram contestar o governo e ver uma parte de suas demandas

transformarem-se em direitos, resultando em ameaçar o rompimento da instituição da cidadania tutelada (SAFFIOTI, 1988).

Quando se unem lutas especificamente femininas, como o direito às creches para maior autonomia feminina, consegue-se perceber as pautas feministas intrínsecas dentro dos movimentos, mesmo que não se mencione ou considere essas pautas de cunho feminista. Além disso, a participação dessas mulheres nas mobilizações acaba por movê-las para um novo espaço, o espaço público, retirando-as do seu confinamento doméstico e ampliando sua autonomia política, seu papel social e, em certa medida, sua consciência de si.

#### **2.4.2 As lutas sindicais e trabalhistas**

Em um segundo momento, Heleieth Saffioti destaca o que ela nomeia como “movimentos sociais centrados na produção”. São consideradas aqui as atuações de mulheres na luta por direitos trabalhistas, em movimentos grevistas de operárias, sindicatos e na relação patrão/Estado na zona rural de São Paulo. Porém, neste trabalho, dado o enfoque nas (consideradas) pautas femininas específicas, não serão aprofundadas tantas questões e estudos de caso, e sim um panorama mais geral, assim como foi feito com as questões urbanas.

A presença da mulher já era mais frequente no mercado de trabalho na década de 1970 e, assim como os homens, participaram de lutas por melhores salários e condições de trabalho mais dignas. Ainda que não tivessem uma força tão grande quanto a masculina, em questão de números, é possível destacar que, a partir dos anos 1970, o número de mulheres sindicalizadas cresceu 176%, enquanto a PEA<sup>9</sup> feminina urbana teve um crescimento de 123%, segundo Gitahy apud Sarti (1988). Os números podem ser comparados, por exemplo, aos do setor masculino, que teve um aumento de 87% em trabalhadores sindicalizados e 67% na PEA masculina. Com esses números apresentados, consegue-se perceber que o número de trabalhadoras mulheres com participação efetiva nas lutas por direitos trabalhistas aumentou em ritmo mais acelerado do que o próprio público masculino no período. Porém, é necessário

---

<sup>9</sup> População economicamente ativa

observar que esses números contemplam determinados setores mais que outros, e somente com um estudo mais aprofundado pode se concluir em quais áreas o alcance feminino chegou de forma mais contundente (SAFFIOTI, 1988).

A partir do ingresso no sindicalismo, a condição operária feminina ganha uma visibilidade ainda maior com a realização de encontros de mulheres e até mesmo Congressos, a fim de discutir as condições de trabalho enfrentadas pelas diversas categorias profissionais em que essas estavam inseridas.

Dentro desses encontros em prol das melhorias, surgiu o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema em janeiro de 1978. Segundo a página da web *Memória dos Metalúrgicos do ABC*, o evento contou com trabalhadoras de 39 empresas, sendo 800 mulheres inscritas para os debates. Porém, o número de participantes no evento teve uma queda para 350 devido aos diversos obstáculos impostos pelos patrões, incluindo até ameaças de demissões. Pioneiro no gênero, o evento buscou discutir os descasos sofridos pelas trabalhadoras, com a colaboração de sociólogos, professores, jornalistas e trabalhadores de outras categorias, visando contribuir para a melhoria das condições de trabalho das mulheres.

Dentre as pautas constavam a diferença salarial entre os sexos (aonde a mulher chegava a receber metade do salário destinado aos homens), discriminação por parte dos patrões, inadequação de vestiários e sanitários e a inexistência de locais para a refeição, além das reivindicações de creches. A mulher era englobada como mão de obra lucrativa, porém, não tinha suas especificidades devidamente consideradas. Seu comportamento deveria ser igual ao do homem trabalhador, devendo, por exemplo, abrir mão do seu direito de maternidade que era passível de demissão.

Ao utilizar como fonte a página da web *Memória dos Metalúrgicos do ABC*, percebeu-se a ênfase ao mencionar que os movimentos operários constituídos pelas mulheres eram distintos dos movimentos feministas. Ainda que todas essas pautas acabassem por recair sobre as desigualdades sofridas pelas mulheres e buscarem uma condição mais igualitária, a associação com a nomenclatura não existia e mesmo que houvesse mulheres declaradamente feministas, o terreno não era abertamente favorável para se destacar isso.

Além dos Congressos e encontros, Saffioti (1988) ainda destaca que a presença das mulheres nas greves de massa era bastante contundente. As trabalhadoras também sofreram

forte pressão por parte dos patrões para não aderirem aos movimentos grevistas. Mas tinham que lutar contra outra força repressora que impedia, ou pelo menos procurava impedir sua participação: os companheiros.

Se enaltecia a figura da mulher que apoiava o marido nos movimentos grevistas, que conhecia as dificuldades enfrentadas e que o encorajava a lutar por seus direitos. Já a figura da mulher atuante em si, que fugia da condição de “companheira” de luta para agente protagonista, ou pelo menos agente necessária, enfrentava resistência. No entanto, muitas conseguiram contornar a situação e participarem de forma efetiva, se tornando elementos necessários aos movimentos.

É interessante perceber que nos pontos apresentados, os movimentos femininos que Saffioti define como frutos das questões de reprodução biológica e produção laboral ganharam impulso e destaque à medida que o feminismo foi ganhando força. O *Movimento da Carestia* e os congressos e greves onde as mulheres tiveram mais voz ativa aconteceram no período 1975-78, sendo o ano de 1978 marcado por dois momentos históricos dessa luta, O *I Congresso da Mulher Metalúrgica* e a manifestação do *Movimento Custo de Vida* na Praça da Sé, onde as questões feministas alcançaram o auge de discussão.

## 2.5 A ONDA FEMINISTA ATINGE O PAÍS

Ao narrar uma “origem” do movimento feminista, sendo este pautado nas demandas específicas da mulher, encontra-se uma séria dificuldade ao se demarcar datas de origem específicas. Necessitaria de um trabalho bem mais amplo sobre a questão do surgimento do feminismo brasileiro, o que não é o caso dessa dissertação. É importante compreender que já existiam mulheres feministas no país, atuantes em outras lutas ou acadêmicas, seguidoras dos ideais, além também da Primeira Onda Feminista que, timidamente, deixou marcas no país. Mas nenhum desses acontecimentos foi algo massificado e, principalmente, tão organizado quanto foi a partir dos anos 1970.

Portanto, para essa contextualização do movimento feminista brasileiro, mencionou-se os acontecimentos específicos, nos quais a questão feminina se apresentou de forma bastante

pontual e organizada, e que acarretou em movimentações mais coletivas e ordenadas, ecoando em diversos cantos do país, mobilizando mulheres a lutarem pelos ideais de igualdade de gênero.

É importante destacar que os movimentos feministas podiam ser encontrados em grande parte do país, mas aqui, devido à diversidade, terão destaques as movimentações no sudeste brasileiro, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo<sup>10</sup>.

Como início das teorias acerca do surgimento do feminismo brasileiro, Heleieth Saffioti (1988) acredita que as manifestações ocorreram no ano de 1972. O *I Conselho Nacional de Mulheres*, entre 23 e 27 de outubro, criado pelo *Conselho Nacional de Mulheres do Brasil*, teve o intuito de reunir mulheres feministas pioneiras e estudiosas sobre o assunto, visando guiar o movimento feminista. Devido ao alto teor repressivo do regime militar, o encontro deparou-se com uma série de obstáculos pelo SNI<sup>11</sup>, e até espiões foram enviados nas datas. A presidente, Dra. Romy Medeiros da Fonseca, foi posteriormente chamada pelo DOPS<sup>12</sup>, para ser questionada sobre as discussões acerca do encontro.

Depois desse encontro específico, as feministas voltaram a se reunir em 1975, devido à criação do *Ano Internacional da Mulher*, que deu início à *Década da Mulher*, definido pela ONU – Organização das Nações Unidas. A data teve uma grande importância no mundo, pois movimentou muitas mulheres em torno das discussões das condições do ser mulher tanto em países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. No Brasil, serviu para a mobilização de mulheres feministas visando construir um movimento feminista mais sólido e “organizado”.

Este [o movimento feminista organizado] teria sido inaugurado com uma reunião, ocorrida em julho de 1975, na ABI – Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, e com a constituição do Centro da Mulher Brasileira, também naquela cidade. A partir de então, teria ocorrido o aparecimento de outros espaços de união e movimentos feministas em outros lugares do Brasil (PEDRO, 2006, p. 2).

O *Ano Internacional da Mulher* teve uma importância ainda maior no cenário brasileiro se lembrarmos de que este passava por um período ditatorial, se tornando uma

---

<sup>10</sup>Ressalta-se que esse mesmo cenário, juntamente com Londrina, será abordado quando se sucede a análise dos periódicos, num segundo momento desse trabalho.

<sup>11</sup> Serviço Nacional de Informação, criado em 1964, no início do governo militar. O órgão auxiliou a repressão a qualquer oposição, sendo agente eficaz do sistema repressivo do período.

<sup>12</sup> Departamento de Ordem Política e Social cujo objetivo era a censura e a repressão de movimentos políticos e até mesmo sociais que fizessem oposição ao regime militar. Foi bastante utilizado nos períodos do Estado Novo e da ditadura militar.

grande possibilidade de elucidar as questões relativas à mulher e inaugurar diversos eventos e debates sobre o tema. Qualquer reunião ocorrida no período era extremamente conturbada devido à vigilância, sendo um risco constante para as próprias participantes. Porém, sendo este um evento apoiado pela ONU, as barreiras foram se tornando um pouco mais maleáveis e tendo maior abertura para as discussões, e até mesmo as ações. “E ali se generalizou a febre por fazer algo de mais concreto, para fora” (MORENO, 1988, p. 48). E foi justamente nesse abrandamento da vigilância que muitos partidos políticos e até mesmo grupos de esquerda viram uma brecha para se reorganizarem, ainda que clandestinamente, a fim de buscar formas de resistência ao regime militar, fortalecendo a luta contra a ditadura. Viram ali, terreno fértil para encontros em função da proteção que a ONU acabava por trazer ao ter seu nome associado às reuniões.

Mas, ao mesmo tempo em que era de interesse desses movimentos políticos de esquerda o crescimento, e principalmente, o fortalecimento das pautas feministas dentro dos encontros, isso também foi visto como uma ameaça à tão comentada “luta prioritária”. Tendo como projeto político o fim da ditadura e uma guinada política rumo à esquerda, discutir pautas especificamente femininas era considerado “dispersar” da luta prioritária (PEDRO, 2006). Chegavam a considerar o movimento feminista como uma espécie de “chá das cinco” de mulheres endinheiradas e ociosas, como uma total perda de tempo, já que a sociedade possuía problemas “maiores”. Quando essas mulheres se reuniam para frequentar grupos de reflexão ou discutir seus problemas específicos eram consideradas como um “desvio pequeno-burguês”. “Acusavam as feministas de divisionismo, pois, ao invés de somar esforços, estariam promovendo a discórdia nas famílias e no campo da esquerda” (PEDRO, 2012, p.252).

A autora ainda destaca que a prática de enviar mulheres militantes de partidos políticos de esquerda para dentro dos grupos de mulheres era comum. Tinham como tarefa atrair pessoas para as causas que eles consideravam de real importância. A intenção era atrair para a sua causa não só mulheres do movimento feminista, mas de qualquer movimento de mulheres que fosse autônomo. Porém, muitas das “enviadas” acabavam por se tornar feministas, e permaneciam dentro do movimento, muitas vezes acumulando militâncias.

Deve-se destacar também que o surgimento de um movimento pela anistia mais concreto partiu de uma mulher. Therezinha Zerbini, esposa de um militar que entrou em defesa do governo João Goulart, foi a fundadora dos primeiros núcleos do *Movimento*

*Feminino pela Anistia* em 1975. O arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns também atuou juntamente com Therezinha, coletando denúncias sobre os abusos que ocorreram com os presos políticos, que eram informados pelos familiares das vítimas na Cúria Metropolitana de São Paulo (MELITO, 2014)<sup>13</sup>. Embora o MFPA<sup>14</sup> tivesse muitas mulheres declaradamente feministas, a presidenta, Therezinha Zerbini, não se declarava assim e, segundo Maria Amélia Teles, era anti-feminista (PEDRO, 2006).

Recuperando a ideia de Pedro (2006; 2012), a participação dessas mulheres tanto em movimentos feministas quanto nos de esquerda, fez com que muitas delas acabassem por participar de duas militâncias, o que também hibridou os ideais dos movimentos, agregando dessa forma, a questão de classe social dentro das pautas feministas, tornando a mulher trabalhadora um agente extremamente presente nas discussões do movimento feminista brasileiro.

As mulheres feministas que permaneciam nos movimentos de esquerda buscavam enfaticamente impedir que o discurso pró-Revolução como pauta principal se tornasse tão difundido a ponto do machismo travestido de revolução, inserido de forma sutil, brecasse as discussões feministas.

A referência ideológica por elas adotada era o marxismo. E é nesse ponto que a mulher trabalhadora ganhará destaque nos ideais, pois era considerada a principal portadora da Revolução Social. A partir da figura da mulher trabalhadora como alvo central, essas mulheres destinarão seus discursos visando à conscientização das proletárias de baixa renda, abordando primeiramente a luta de classes, seguindo após as pautas especificamente femininas. Criaram dois periódicos destinados à comunicação com esse público: o *Brasil Mulher* (1975-80) e o *Nós Mulheres* (1976-78) (RAGO, 1996). Ambos seguiam a linha de pensamento mencionada, mas em função da análise mais aprofundada, só serão comentados mais a frente nesse trabalho.

É claro que essa postura obedecia a algumas estratégias políticas: de um lado, obter o reconhecimento social de um movimento que colocava a mulher como algo principal; de outro, conseguir a aliança dos demais setores de esquerda envolvidos na luta pela redemocratização, onde os homens davam as cartas e enunciavam um discurso político bastante característico (RAGO, 1996, p.34).

---

<sup>13</sup> Dom Evaristo Arns, juntamente com Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright e outros apoiadores, como Zerbini mencionada acima, realizou clandestinamente entre os anos de 1979-85 a obra *Brasil Nunca Mais*, uma importante documentação sobre os abusos sofridos pelos presos políticos no período ditatorial brasileiro.

<sup>14</sup>Sigla referente à *Movimento Feminino pela Anistia*.

Dessa forma, Rago (1996) destaca que o feminismo, ainda que com dificuldades, conseguiu certa legitimidade dentro da esquerda brasileira associando as questões revolucionárias às especificidades femininas.

As feministas colocavam-se, assim, segundo a perspectiva marxista-leninista, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua missão histórica, parafraseando o que a esquerda repetia em relação às suas tarefas para com o proletariado. (RAGO, 1996, p. 35)

Foi a partir de meados da década de 1970 e início dos anos 1980 que uma série de grupos feministas marxistas que tinham como integrantes mulheres “ex-militantes partidárias, marxistas e ex-marxistas, assim como feministas das novas gerações” (RAGO, 1996, p.36) buscaram autonomia perante os partidos políticos e iniciaram as discussões acerca das denominadas políticas do corpo feminino.

Apesar de muitas dessas mulheres ainda estarem conectadas à militância partidária, declarar autonomia do movimento feminista aos partidos fez com que os grupos criassem suas próprias associações feministas onde puderam desenvolver ainda mais as discussões direcionadas à mulher e planejar ações mais concretas, sem esperar o auxílio de partidos, ou até mesmo, a chegada de uma Revolução Social ao país, demonstrando que era possível aliar a luta de classes ao feminismo.

A força do feminismo está muitas vezes associada aos grupos direcionados à esquerda, porém, nem todas as atuações estavam ligadas às questões claramente políticas. Pelo contrário, no Brasil, as primeiras manifestações feministas, assim como em outros países, surgiram a partir das questões subjetivas das mulheres. Os grupos de consciência ou grupos de reflexão foram uma forma, popularmente conhecida nos Estados Unidos que foi adotada depois em outros países, de propagar os ideais feministas a partir dos anos 1960.

As pioneiras na prática em solo brasileiro, inclusive, iniciaram seus trabalhos após regressarem dos Estados Unidos, principalmente, a partir dos anos 1970. Tratava-se de mulheres de classe média e alta, intelectualizadas, que conheceram a prática e que até mesmo participaram de alguns movimentos. Muitas eram ativas ou militavam em partidos políticos, tendo ligação com as lutas contra a ditadura (PEDRO, 2012).

Segundo Rachel Moreno (1988), que ao escrever o texto “De Feminismos, de Feministas, de Mulheres” narra um pouco da sua trajetória como militante feminista, os grupos de reflexão possuíam, geralmente, de quatro a doze participantes. Nos encontros,

utilizavam algum livro para embasar suas discussões, juntamente com suas próprias experiências pessoais, que elas compartilhavam entre si a fim de discutir suas questões mais cotidianas, incluindo em seus temas o corpo, suas relações afetivas com homens, as questões familiares ou qualquer coisa que viesse a surgir em seus pensamentos e que tivesse relação com a sua condição feminina.

Branca Moreira Alves, uma das participantes desses grupos, explica as motivações e a importância dos mesmos na vida das mulheres. “A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se” (PEDRO, 2006, p, 261).

A ideia transmitida no grupo era a de que a vida privada era um produto da sociedade, logo, seguiram o discurso feminista internacional de que “o pessoal é político!”. Também buscavam renegar as condições sociais impostas às mulheres dentro da sociedade patriarcal e qualquer tipo de relação de competição entre essas, abolindo a ideia de “liderança” e hierarquias dentro desses grupos. As reuniões, portanto, procuravam ser as mais democráticas possíveis, tendo cada participante seu momento de fala e não eram dirigidas por alguma líder em específico.

Os resultados para cada mulher eram sentidos de forma subjetiva, não necessariamente em conjunto. Moreno (1988) conta que algumas mulheres gostavam de compartilhar a sua vivência e tinham aquela experiência do grupo como algo “terapêutico”. Porém, outras buscavam conhecer mais profundamente o processo, esperavam observar resultados mais rápidos, como se aquilo fosse rapidamente realizável. A partir desses embates, acabava por terminar ali um grupo, enquanto outro surgia.

A autora ainda ressalta que mesmo com as diferenças, era perceptível a necessidade de realização de alguma ação concreta para a sociedade a partir dessas discussões. Foi nesse contexto que o *Ano Internacional da Mulher*, realizado pela ONU, auxiliou na concretização de muitas dessas ideias e organizou várias mulheres para a realização de um movimento mais ativo e organizado, retirando-as das discussões apenas no campo psicológico e as movendo para uma maior integração com a vida política.

Outra questão interessante é que a partir desses grupos de reflexão, muitas críticas surgiram acerca do feminismo discutido nessas reuniões. Além dos julgamentos já

premeditados, ainda tinham que lidar com as críticas por parte de homens e mulheres esquerdistas, como já mencionado, que consideravam aquilo uma alienação pequeno-burguesa que só tinha o intuito de enfraquecer a luta prioritária com questões secundárias.

## 2.6 OS ANOS 1980 E AS QUESTÕES DE GÊNERO CONSOLIDADAS

A partir de 1978, os movimentos de mulheres e movimentos feministas estavam mais bem articulados e consolidados como força política emergente. Isso acontecerá devido a afirmação do feminismo como um movimento social, e também político, mais consolidado, que lutava pelas questões femininas, mas não permaneciam alheios ao processo de redemocratização do país. Tendo isso legitimado, conseguiram ampliar suas discussões com temas especificamente femininos até então deixados em segundo plano.

Assim, questões antes secundarizadas como essencialmente femininas e relativas à esfera privada, isto é, não pertencentes ao campo (masculino) da política – a exemplo das relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade – foram politizadas e levadas à esfera pública (...) (RAGO, 1996, p.36).

Essas possibilidades se ampliaram a partir do processo de abertura democrática que o país estava começando a passar mais efetivamente no final dos anos 1970. O regime militar ditatorial perde sua força gradualmente e, ainda que o país só tenha de fato uma democracia em 1985, tem-se um abrandamento maior da vigilância e da censura.

A anistia foi aprovada em 1979, o que fez com que diversas mulheres exiladas pudessem retornar ao país, assim como outros ativistas e políticos anteriormente perseguidos. Com esse retorno e uma “abertura” gradual, as questões de gênero conseguiram finalmente ganhar força e se destacar perante as outras pautas consideradas prioritárias. Não é que essas lutas tenham deixado de existir, porém acabaram perdendo um pouco sua força, sucedendo um avanço feminino em suas pautas específicas.

A quantidade de grupos feministas cresce abundantemente no início dos anos 1980. Podia-se falar em quase uma centena presentes nos centros urbanos do país (SOARES, 1998). “Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais,

partidos e sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (SARTI, 1988, p.43).

O aumento desses grupos e das discussões acerca da condição feminina se sucedeu devido a uma sociedade brasileira que estava se modernizando e que agora era mais receptiva a essas questões, e do apoio, ainda que indireto, dos meios de comunicação<sup>15</sup>. Graças ao avanço dos movimentos feministas, a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, maior frequência dessas nos espaços públicos, além das questões referentes à sexualidade terem contribuído para uma mudança nos padrões socioculturais, os meios de comunicação logo perceberam a emergência das questões femininas e abriram espaços para esses questionamentos, angariando maior visibilidade e credibilidade aos movimentos de mulheres/feministas, ainda que essa não fosse a intenção (SARTI, 1988; LUCA, 2012).

O momento se tornará propício também para a entrada da mulher como temática nos estudos acadêmicos. Os estudos se ampliam, principalmente, nas áreas de Ciências Humanas. Mesmo encontrando um terreno nem sempre acolhedor, os estudos relacionados às mulheres resistem e passam por uma fase de expansão nas universidades. Assim como no mercado editorial, onde surgirá uma série de livros e revistas destinados à condição feminina<sup>16</sup> (SARTI, 1988). Além ainda do periódico feminista que irá falar diretamente das problemáticas relacionadas ao gênero, o *Mulherio* (1981), será analisado mais a frente nesse trabalho.

Mas sem dúvida, o aumento das discussões também levou a algo bastante relevante para as mulheres: a criação dos centros de apoio à mulher. Começaram a surgir com efervescência no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sendo que diversas eram as abordagens que esses locais propunham. Desde os variados S.O.S. Mulher espalhados pelo país que surgiram oferecendo apoio jurídico e psicológico às vítimas de violência doméstica, passando pelo Centro de Informação da Mulher em São Paulo, buscando constituir um acervo de documentos relativos a temáticas femininas diversas, até o Coletivo de Sexualidade e Saúde que oferecia atendimento no campo da sexualidade (MORENO, 1988).

---

<sup>15</sup> Em 1979, na Rede Globo, estrearam dois programas que discutiam as questões de gênero de forma mais enfática: a série *Malu Mulher* e o especial musical *Mulher 80*. Em 1980, a mesma emissora trouxe ao ar o *TV Mulher*, um programa matinal que buscou debater as questões femininas em um novo formato. Esses programas serão trabalhados mais à frente no terceiro capítulo dessa dissertação.

<sup>16</sup> A obra “Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil” de Rose Marie Muraro, lançada no ano de 1983, foi um livro bastante celebrado para os estudos de gênero no período, chegando a ser recomendado pelo jornal *Mulherio*. Anteriormente, Heleieth Saffioti, em 1976, elucidou as questões femininas através da obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” se tornando uma das referências nos estudos de gênero brasileiro.

Margareth Rago (1996) ainda destaca que as ações feministas decidiram ir além de seus próprios nichos e buscaram encontrar os outros movimentos de mulheres que ocorriam na sociedade naquele momento. Começaram então, uma aproximação com os movimentos de mulheres das periferias de São Paulo. O já mencionado acima como Clubes de Mães e que nesse período do início dos anos 1980 já se denominava *Movimento Contra a Carestia*, foi onde as mulheres feministas buscaram estabelecer mais contato. Determinada aproximação foi bastante proveitosa para os dois movimentos, pois para as mulheres feministas, o alcance dos ideais do movimento chegava a um número muito maior de mulheres. Já para o movimento de participantes pobres e periféricas, o contato com mulheres intelectualizadas fez com que essas passassem a discutir questões referentes à sexualidade, ao corpo e a saúde feminina, que até então não eram tão presentes.

Com atuações se destacando fora do movimento em si se mesclando com outros movimentos e ações sociais fez com que outra pauta viesse à tona: as aproximações do movimento para com o Estado. Com a abertura democrática pós-1982 finalmente consolidada, seria possível dialogar com o governo no nível das políticas públicas destinadas à mulher, coisa até então inviável no período de abertura democrática e, improvável no período ditatorial.

Em São Paulo, a partir de 1985, foram desenvolvidas as *Delegacias de Defesa da Mulher*, que começaram com cinco postos de atendimento na cidade. Esses locais eram destinados à mulher vítima de violência doméstica ou de qualquer outro tipo, como estupros, por exemplo. Eram órgãos compostos por mulheres, possibilitando que estas não se sentissem inibidas ou constrangidas ao fazerem suas denúncias. Até o ano de 1988, era possível falar em 33 delegacias de suporte a mulher no país, distribuídas em 18 estados e que possuíam grande apoio da população (SARTI, 1988).

A criação dos *Conselhos Estaduais da Condição Feminina* a partir de 1983, também foram essenciais para solidificar um maior diálogo entre o Estado e as feministas. Porém, para muitas militantes, isso não era de todo benéfico. Temiam que o movimento pudesse ser absorvido pelo Estado, que mesmo com a abertura democrática, ainda seguia sendo bastante patriarcal. De outro lado, muitas feministas consideravam esse um momento vitorioso para o movimento (RAGO, 1996).

Apesar das críticas às atuações desses conselhos e delegacias, o que se pode perceber dessa aproximação entre o movimento feminista e o Estado é que mesmo que de forma lenta,

e até mesmo tortuosa, foi possível trazer cada vez mais visibilidade e efetividade para as políticas públicas destinadas às mulheres, além ainda de caminharem para uma tentativa de mudança de pensamento social em torno das desigualdades sofridas pelas opressões de gênero. Sendo todos esses ganhos da causa feminina, possibilitados pelos movimentos feministas que denunciaram e agiram em prol das mulheres brasileiras.

Há ainda uma fragmentação do feminismo, que se evidencia a partir dos anos 1980. Um bom número de mulheres não se sentiam contempladas com somente as questões referentes ao gênero. Através de um feminismo que tem como intuito o reconhecimento da diferença, muitas militantes negras e lésbicas partiram em busca de um movimento feminista que trouxesse à tona suas vivências que as diferenciavam das feministas brancas e heterossexuais. Eis que surgiu uma noção de intersecção nas pautas feministas, incluindo recortes de raça e orientação sexual a fim de complementar um feminismo que até então não abarcava outras vivências além do elo da categoria mulher.

Através da afirmação de grupos socialmente minoritários, o feminismo começou a se modificar a partir da compreensão de intersecções entre a categoria gênero, ora com raça, ora com orientação sexual, ora com classe social, que passaram a debater as problemáticas da mulher a partir de tais perspectivas (AUAD; LAHNI, 2013).

Colocando o problema de outra forma: a ideia de que todos os indivíduos poderiam ser tratados igualmente inspirou aqueles que se encontraram excluídos do acesso a algo que eles e suas sociedades consideravam um direito (educação, trabalho, salários de subsistência, propriedade, cidadania) a reivindicarem a inclusão através de um desafio aos modelos que garantiam a igualdade para uns e a negavam para outros. (SCOTT, 2005, p. 17)

Dentre os recortes que perpassam o feminismo, destacamos aqui o movimento de mulheres negras que floresceu no Brasil e no mundo a fim de reivindicar direitos e visibilizar a situação da mulher negra. Segundo Jarid Arraes (2014), foi a partir do final da década de 1970 que as negras brasileiras começaram a se articular, pois não se sentiam representadas pelos movimentos sociais hegemônicos.

(...) o Movimento Negro tinha sua face sexista, as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros; por outro lado, o Movimento Feminista tinha sua face racista, preterindo as

discussões de recorte racial e privilegiando as pautas que contemplavam somente as mulheres brancas (ARRAES, 2014)<sup>17</sup>.

Dessa forma, as militantes passaram a se dedicar às discussões de raça e classe, a fim de romper com a confortável posição em que as feministas brancas, em sua grande maioria advinda de classe média ou abastada, cultivavam, preferindo suas problemáticas. Porém, apesar das pautas que se distanciavam, a cisão entre os movimentos não foi de todo amigável. Muitas feministas brancas que se recusavam a abrir espaço para as especificidades da mulher negra acusavam essas de causarem tumulto, discórdia dentro dos movimentos e de não serem compreensivas (ARRAES, 2014).

A ideia do feminismo hegemônico era manter as mulheres unidas pela categoria gênero, sem discutir suas particularidades. Tal omissão acabou fazendo com que as militantes negras fundassem seus próprios movimentos e partissem em busca de discutir suas próprias questões.

A luta das feministas negras é uma batalha contínua para nivelar seu lugar ao lugar das mulheres brancas. Isso, por si, levanta a importante reflexão sobre a representação feminina na mídia, seu espaço no mercado de trabalho, o lugar de vítima da violência sexual, o protagonismo da maternidade, entre outros temas, pois se há tanto por que as mulheres brancas precisam lutar, é bastante preocupante o fato de que as mulheres negras nem sequer conquistaram igualdade quando em comparação com outros indivíduos do seu próprio gênero (ARRAES, 2014)<sup>18</sup>.

Tais fragmentações de lutas fizeram com que muitas feministas considerassem que o feminismo perderia sua força de atuação, sendo a opressão referente ao gênero enfraquecida. Reiteravam o discurso que a esquerda brasileira do período utilizou alegando que as especificidades femininas iriam desvirtuar a atenção da luta primordial, a de classe.

Apesar de o feminismo ter de fato se enfraquecido a partir dos anos 1990, acreditamos que a razão vá além da sua fragmentação. Assim como Perrot (2007) define que sua atuação acontece como ondas, tendo períodos de atuação mais efetivos que outros, o movimento ressurgiu novamente como potente mobilização social na segunda década do século XXI, trazendo novos agentes e discussões.

Ao pesquisar sobre uma narrativa feminista, logo percebemos que unanimidade não era a palavra exata para se usar. Como já foi mencionado no início do capítulo, não se

---

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>>. Acesso em: 02 de mar. 2018.

<sup>18</sup> Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>>. Acesso em: 02 de mar. 2018.

consegue falar em feminismo como um substantivo, mas como um conjunto de teorias e práticas. Seguindo essa ideia, se encontra então, características de atuação e ideais distintos dentro dos próprios movimentos. Esses tons dissonantes estarão presentes nos ideais de vestuário e também da aparência feminina presentes no próximo capítulo, onde poderão ser aprofundados.

### **3 O VESTIR É POLÍTICO! RELAÇÕES ENTRE VESTUÁRIO, APARÊNCIA E FEMINISMO**

O primeiro capítulo dessa dissertação buscou destacar uma história do feminismo de Segunda Onda brasileiro, revisitando os movimentos internacionais a fim de perceber as particularidades do cenário local. A constituição do gênero feminino, do sujeito mulher, esteve nos debates de vários movimentos de mulheres, inclusive entre as brasileiras.

Dentre os símbolos utilizados para a construção do “ser mulher”, o vestuário possui um enorme destaque. Ele é, quiçá, um dos maiores responsáveis pelo delineamento das fronteiras de gênero e um possível indicador de papéis sociais. Sendo o vestuário fundamental na construção das noções de feminilidade as quais as mulheres estão familiarizadas, é necessário examinar mais profundamente como o elemento contribui na constituição de identidades femininas pré-fabricadas, que são instituídas para as mulheres como modelos vigentes a serem consumidos. Porém, o simples ato de vestir-se pode carregar consigo, também, múltiplas possibilidades de subversão e comunicação não-verbal (CRANE,2006) ampliando seu repertório deveras associado a opressão feminina.

A partir dessa dualidade, o segundo capítulo dessa dissertação busca compreender as discussões acerca do vestuário na segunda onda feminista e como este foi utilizado como instrumento subversivo por algumas mulheres. Para alcançar tais objetivos, será necessária uma contextualização dos primórdios do movimento da segunda metade do século XX a fim de compreender como a crítica aos ideais de feminilidade hegemônicos foi engendrada.

É importante considerar que o feminismo de Primeira Onda, muito provavelmente já caminhava para uma discussão acerca do tema. Porém, manteremos o foco na segunda metade do século XX em diante, pois foi quando a temática permeou os debates com mais ênfase, possuindo, também, aporte bibliográfico de diversas feministas. Além disso, na segunda metade do século XX o vestuário passa a ter outro papel, diferente dos cem anos precedentes. A partir das transformações culturais, econômicas e sociais pelas quais as sociedades ocidentais passaram a partir de 1950 e, principalmente, da “revolução juvenil” da década de 1960, as roupas passaram a funcionar mais como expressão de estilos e gostos pessoais do que como signos de distinção social, como era no período anterior (LIPOVETSKY, 1999).

### 3.1. “O QUE É SER MULHER?”: A FEMINILIDADE EM DEBATE NOS DISCURSOS FEMINISTAS

A indagação acerca do gênero como construção social, apesar de ser um tema frequentemente esmiuçado ainda hoje, alcançou destaque em 1949 quando a filósofa, escritora e feminista, Simone de Beauvoir, escreveu sua obra “O Segundo Sexo”. O livro se tornou leitura presente em diversos grupos feministas franceses que surgiram na segunda metade do século XX, sendo suas teorias uma base para a eclosão do feminismo de Segunda Onda. A obra, inclusive, foi muito além, se tornando referência nos estudos de gênero ao redor do mundo.

Em breve resumo, Beauvoir busca compreender o que ela denomina como “o eterno feminino” através de dois volumes. No primeiro, mergulha nos pontos de vista biológicos, psicanalíticos e do materialismo histórico a fim de demonstrar como a “realidade feminina” foi se constituindo e porque a mulher foi se tornando sempre o “Outro”. No segundo volume, a autora procura retratar o mundo proposto para as mulheres, a fim de elucidar as dificuldades e limitações impostas à condição feminina, principalmente ao se crescer em uma esfera patriarcal (BEAUVOIR, 1949).

Apesar de Beauvoir abordar diversos temas relevantes que poderiam ser minuciosamente trabalhados, para este momento, nos ateremos à elucidação de como o “ser mulher” não é um dado natural do indivíduo do sexo feminino. Sua teoria é de que todas as associações que costumam ser pontuadas como “naturalmente femininas” são uma construção social imposta através da história da civilização, em conjunto com a história pessoal de cada mulher em particular, que cria nas mulheres o que ela denomina como “o eterno feminino”. Para ela, em sua conhecida frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p.11), o bebê do sexo feminino é ensinado desde a infância para vir a se tornar uma mulher, ou o que cada sociedade entende como sendo um papel feminino. Sendo assim, a mulher é educada a se adequar ao seu gênero socialmente construído e destinado, reproduzindo comportamentos e ações que a inserem numa feminilidade vigente.

O livro trouxe à tona discussões acerca da construção do gênero e de identidades, da maternidade e da sexualidade, temas que dificilmente eram mencionados, principalmente em conversas públicas. Porém, esses assuntos enclausurados nos pensamentos femininos

ganhariam força e se destacariam, ditando o tom dos movimentos feministas que viriam a se consolidar mais à frente, na década de 60.

Assim como Simone de Beauvoir contribui para reacender com vigor um movimento feminista que já estava na penumbra, outra escritora teve sua importância para efervescer as lutas das mulheres, dessa vez nos Estados Unidos. Em 1963, Betty Friedan, uma dona de casa infeliz com a situação na qual se encontrava, começou a se questionar o porquê de, não só ela, como outras tantas mulheres norte-americanas se sentirem frustradas com suas vidas de mães e donas de casa.

Curiosa, Betty resolveu gerar um questionário minucioso, em 1957, para que suas ex-colegas de classe respondessem quinze anos após suas formaturas. Cerca de 200 mulheres, ao responderem as perguntas íntimas feitas por ela, levaram a autora a perceber que a mulher americana, principalmente a casada, não se reconhecia na imagem amplamente divulgada pelas revistas femininas da americana moderna.

Havia uma estranha discrepância de nossa vida de mulher e a imagem à qual nos procurávamos amoldar, imagem que apelidei de mística feminina, perguntando a mim mesma se outras mulheres, num círculo mais amplo, se defrontavam também com esta cisão esquizofrênica e qual seria o seu significado (FRIEDAN, 1971, p. 11).

Dessa forma, Friedan resolveu iniciar suas pesquisas em torno da “mística feminina” e o efeito destas sobre as mulheres que a vivenciavam e foram criadas dentro destes moldes. O que ela define como a imagem da americana perfeita que era propagada pelos veículos de comunicação é a da mulher livre das tarefas domésticas, de doenças que atordoaram suas antepassadas, das dores do parto. Mulheres educadas, lindas, sadias e que mantinham sua dedicação exclusiva ao marido, aos filhos e à casa, sendo essa a sua grande realização como mulher. Ainda contavam com a autonomia de fazer as compras da casa e de serem sempre amparadas por utensílios domésticos, diferente de suas mães e avós (FRIEDAN, 1971). Toda essa construção da imagem da mulher americana foi distribuída e catalogada exaustivamente através da imprensa feminina e percebida por Friedan, considerando seu trabalho como repórter de uma dessas publicações.

A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade. (...) a nova imagem de que essa mística reveste a mulher é também uma velha imagem: ‘ocupação – dona de casa’. Transforma a esposa-mãe, que jamais teve oportunidade de ser outra coisa, em modelo para todas as mulheres (FRIEDAN, 1971, p. 40).

Analisando a mística feminina na sociedade norte-americana, a obra em questão reacendeu com fervor uma luta feminista que estava deveras adormecida nos Estados Unidos. Betty Friedan se tornou um importante nome entre o ativismo feminista no país e “A Mística Feminina” se tornou um livro sagrado para o feminismo norte-americano (DUARTE, 2006).

Pode-se dizer que os dois livros em muito contribuíram para elucidar as questões que envolvem a intocada feminilidade, tão bem delineada socialmente como um dado *natural* do sujeito mulher. Isso se tornou pauta recorrente na Segunda Onda feminista, momento no qual as inquietações, como vimos anteriormente, se voltaram para o indivíduo e as relações culturais pré-estabelecidas. Nada mais coerente, portanto, do que o *slogan* dos movimentos ser "O privado é político!".

Segundo Yasmine Ergas (1991), a feminilidade passou a ser categoria de identificação política para as feministas de segunda onda. Sua discussão se tornou tão crucial a ponto de indicar uma tensão diante dos diferentes pontos de vista sobre o assunto, se tornando questão determinante para a separação de vertentes.

Palavras como construção e desconstrução se tornaram recorrentes nas pautas de diversos movimentos feministas em todo o ocidente. De um lado, a necessidade de construção de identidade da mulher, aprofundando o significado político desta. De outro, a destruição da própria categoria “mulher”, a fim de ruir com a sua categoria histórica que é demasiado sólida (ERGAS, 1991).

Nesta perspectiva, os feminismos contemporâneos parecem ter simultaneamente andado em volta da afirmação da diferença sexual como princípio existencial básico – e portanto político – e a própria negação da importância da diferença sexual como causa legítima (e explicação) da desigualdade (ERGAS, 1991, p. 591).

A autora ainda destaca que esse pensamento levou a divisão de correntes feministas em defesa da “igualdade” ou da “diferença”. Havia uma corrente forte de mulheres nos anos 1960-70, sustentadas por ideias igualitárias e liberais, que acreditavam que somente com a instauração de um mundo neutro, livre dos padrões de gênero, seria possível afirmar a igualdade de direitos. Para elas, as mulheres eram expostas às restrições de gênero, que as destinavam já para postos inferiores na sociedade em que estavam inseridas.

Podemos considerar que Simone de Beauvoir alavancou muitas as partidárias rumo aos ideais de igualdade entre homens e mulheres. Ao questionar as relações de gênero pré-estabelecidas em sua obra, a autora pontua o sujeito mulher como sendo sempre em destaque

como um “outro”, inferior e incapaz perante a figura masculina que de fato é a protagonista. A partir de suas teorias, busca demonstrar que tudo isso é parte de uma construção social, como já mencionado acima, e que sem essa construção o destino da mulher seria de convivência em igualdade com o homem.

Sendo assim, essa vertente acreditava que não haveria razão para que as mulheres não fossem consideradas competentes e aptas para qualquer situação tal qual o homem. Deveriam, por exemplo, receber uma remuneração de mesmo valor na folha de pagamento ao final do mês, sendo essa a pauta principal. Isso acabou gerando uma falta de unanimidade, pois para outras mulheres, o caminho não era tão simples assim, onde os dois gêneros pudessem ser colocados em pé de igualdade sem suas diferenças reconhecidas. De que adiantava as mulheres ganharem o mesmo que os homens, mas não terem sua licença maternidade assegurada? Ou até mesmo deixarem de engravidar, indo contra sua natureza humana, em prol de manterem seus empregos, pois a demissão era recorrente em muitos casos.

Esse pensamento levará a outra corrente feminista, que Yasmine Ergas (1991) nomeia como as partidárias da “diferença”, que acreditam nas especificidades da mulher como sujeito único. Buscavam afirmar a feminilidade através de uma renovação da categoria. Não consideravam que a “masculinização”, se é que é possível nomear dessa forma, seria uma solução para a situação da mulher, mas sim uma forma de “alienação”. No entanto, também não defendiam a permanência da feminilidade como estava, pois isso também era visto como um retrocesso para o movimento. Para elas, somente a partir da revalorização do gênero feminino seria possível reverter toda a negação de identidade sofrida pelas mulheres.

Um importante nome que elucidou as questões da “diferença” foi o da filósofa e feminista belga que teve grande destaque nos movimentos feministas franceses, Luce Irigaray. Em 1974, Irigaray escreveu sua obra “*Speculum: De l’autre femme*”, onde seguiu questionando a visão do “Outro” apontada por Simone de Beauvoir no “Segundo Sexo”. Em um texto onde revisita suas próprias colocações do passado, a autora, em 2002, explica suas reticências com o ponto de vista de Beauvoir.

Para ela, ao escolher pela recusa de ser o Outro, um sujeito distinto, Beauvoir pretendia alcançar um status de paridade em relação ao homem. Porém, em seu plano filosófico, isso reduz o sujeito feminino a um sujeito único, que é historicamente masculino, o que anula a perspectiva de outra subjetividade que não fosse a masculina (IRIGARAY, 2002).

O ponto de vista de meu trabalho sobre a subjetividade feminina, é, de certa forma, o inverso do de Simone de Beauvoir, no que diz respeito à questão do outro. Em vez de dizer: não quero ser o outro do sujeito masculino e, para tanto, pretendo ser igual a ele, eu digo: a questão do outro está mal colocada na tradição ocidental, o outro é sempre o outro do mesmo, o outro do próprio sujeito e não um outro sujeito a ele irredutível e de dignidade equivalente. Isto significa que ainda não existiu realmente o outro para o sujeito filosófico, e mais geralmente o sujeito cultural e político, nesta tradição (IRIGARAY, 2002, p.2).

A autora menciona que no período em que lançou seu livro, enviou uma cópia a Beauvoir a fim de obter seu apoio e aprofundar discussões, porém nunca recebeu uma resposta, deixando-a sem compreender de fato o que ela pensara. Porém, acredita que deve tê-la ofendido mesmo sem querer, pois a problemática do outro era algo central na obra de Beauvoir. “Não deve ter entendido, por sua vez, que para mim não era aceitável que meu sexo ou meu gênero seja ‘segundo’, mas que os sexos ou os gêneros sejam dois, sem primeiro ou segundo” (IRIGARAY, 2002, p.3).

As especificidades femininas ganham destaque para Irigaray (2002) porque necessitam de serem respeitadas. Não se trata de um ou outro, mas de dois sujeitos diferentes. Acredita que as etapas corporais da vida de uma mulher são distintas, sendo muito mais marcadas que para os homens: puberdade, defloração, maternidade e menopausa, o que lhes restitui relações mais complexas. No caso do mercado de trabalho, por exemplo, a contabilidade de salários iguais não seria suficiente sem o respeito e a valorização das tarefas, das relações, das suas especificidades corporais, etc.

O que Irigaray menciona em suas teorias são os pilares do denominado “feminismo da diferença” que se tornará amplamente debatido mais adiante, nas décadas de 1980 e 1990. A corrente que abordava, inicialmente, as particularidades femininas, acabou por abranger as discussões para a valorização de outros sujeitos e demandas à margem, como as questões de raça e orientação sexual, por exemplo.

Realizar esta revolução, da passagem da afirmação de si como outro ao reconhecimento do homem como outro, representa também o gesto capaz de sustentar o conhecimento de todas as outras formas de outros, sem hierarquia, privilégio nem autoridade sobre eles: que se trate de raças, idades, culturas, religiões (IRIGARAY, 2002, p.12).

Ainda sobre a problemática da feminilidade para esta vertente, abordaremos agora as autoras e ativistas brasileiras. Rosiska Darcy de Oliveira, escritora e ensaísta, foi uma jornalista que acabou por ser exilada em Genebra, na Suíça, por causa dos militares que a acusaram de denunciar a prática sistemática de tortura contra os opositores ao governo. Nos

anos 1970 se tornou uma ativista feminista ainda no exílio, colaborando com as escritas feministas na língua francesa. Em 1980, com a abertura democrática, Rosiska retorna ao Brasil e se mantém firme em suas reflexões ensaísticas sobre o feminismo.

Em 1991, escreveu sua primeira obra em português, “O Elogio da Diferença”. O livro, relançado com introdução editada em 2012, aborda um viés parecido com os ideais da belga Luce Irigaray e com a vertente feminista da “diferença”. A proposta da autora é a de um feminismo que desvincule suas raízes com um mundo masculinizado e crie suas próprias a partir de algo concretamente feminino, revalorizando a categoria. “Como todo movimento social, ele chega como desafio e exigência de transgressão de uma ordem que, confundida com o senso comum, vigorou ao longo dos tempos, atribuindo ao masculino o direito de definir o feminino como seu avesso” (OLIVEIRA, 2012, posição 67 de 2208. E-book).

Para Oliveira, o feminismo da diferença não seria um rompimento com o feminismo da igualdade, mas um prolongamento, como se fosse um avanço dos ideais feministas no final do século XX. Segundo ela, quando menciona a ideia de revisitar o feminino, não se trata de um retrocesso aos ideais do passado que tanto discriminaram as mulheres, mas de uma busca de identidade que se encontra perdida com a ideia de igualdade entre homens e mulheres.

Que essa cultura tenha medrado à margem do mundo dos homens, que tenha servido como pretexto a toda uma história de exclusão e como álibi ao confinamento, tudo isso, sendo verdade, não elimina sua existência ou invalida o que de melhor se gerou dentro dela: a intimidade com o sensual, o percebido tão válido quanto o provado, o sentido do que é próximo mais do que o que é próprio (OLIVEIRA, 2012, posição 77 de 2208. E-book).

Ela prossegue dizendo que as mulheres sempre foram colocadas como mais próximas à natureza, o que, de certa maneira, as diminuía perante as relações sociais. Essa aproximação com a natureza, com a ideia de seres mais frágeis do que o sexo oposto, auxiliou na justificativa da suposta necessidade de tutela e controle por parte dos homens. O ideal, para ela, seria desconstruir essas convicções que reforçaram a hierarquia entre os sexos, não um mimetismo em torno da masculinidade.

Para Oliveira (1991), a ruptura com a antiga identidade feminina acontece com a entrada maciça de mulheres instruídas no mercado de trabalho e com a perda de estima da vida de dona de casa que contribuíram para a dissipação das fronteiras entre masculino e feminino. A partir disso, as mulheres passaram a investir na vida pública, e será exatamente nesse momento, a partir dos anos 1960, que elas, ao se adequarem ao mundo dos homens, colocarão sua "identidade psicossocial" em crise. As mulheres, a partir dali, deveriam ser

homem e mulher ao mesmo tempo, na medida em que, ao desbravar o mercado de trabalho, não abandonavam seu papel tradicional de dona de casa e mãe, mantendo uma jornada dupla e exaustiva a qual os homens não foram socializados. Elas se adequavam a um novo mundo patriarcal, enquanto eles se mantinham em uma zona de conforto. A autora destaca que o início da percepção do mal-estar das mulheres ao terem ingressado no mundo dos homens, de um sentimento de inadaptação a essa jornada dupla, surgiu nos grupos de reflexão. Para ela, o mal-estar que a dona de casa possuía, esse sentimento sem nome, sendo uma clara referência à obra de Betty Friedan, foi substituído por um sentimento de inadaptação àquele mundo masculino. A reação a essa situação foi a busca por um projeto de “feminizar o mundo”, construir uma nova identidade feminina.

O movimento de mulheres será, também, fator de cultura, na medida em que é dessa interação conflituosa entre uma identidade irreparavelmente perdida e uma identidade recusada que vai nascer a reivindicação de uma identidade original, a ser construída (OLIVEIRA, 2012, posição 821/826 de 2208. E-book).

A ideia se pautava na ruptura de uma relação hierárquica, onde o masculino era o ápice a ser alcançado e o feminino algo inferior. A proposta seria, portanto, fazer com que os homens também tivessem acesso aos papéis femininos, para que de fato as relações se equilibrassem, não pendulando para uma mudança onde só a mulher deveria se encaixar em um mundo que não foi socialmente construído para ela. Assim, se reconheceria que as mulheres não são seres inferiores, mas diferentes, e que essa diferença não significa inferioridade e sim uma potência a ser explorada. “Redefinir o feminino é não ter mais um passado nostálgico, já repudiado, ao qual se referir, nem tampouco um modelo masculino ao qual aderir. Reconstruir o feminino é o destino do movimento das mulheres” (OLIVEIRA, 2012, posição 1068 de 2208. E-book).

Pontuando as ideologias por trás das vertentes da igualdade e da diferença, é importante ressaltar que apesar das distintas opiniões e da forma como o caminho deveria ser traçado, ao apresentarem esses questionamentos acerca da constituição do sujeito mulher, ao distinguirem gênero de sexo e politizar esse campo, as feministas acabaram por munir a tão mencionada feminilidade de profundidade e possibilidades históricas (ERGAS, 1991).

São diversas as teorias acerca do que seria a feminilidade. Para esse trabalho, preferimos a pesquisa de Samantha Holland de 2004. Ela menciona o quanto esta é uma categoria extremamente difícil de se definir. Em seu trabalho *Alternative Femininities* (2004), a autora busca delimitar o que seria a feminilidade e acaba por se deparar com uma série de

respostas. De maneira básica, começa definindo-a como um conjunto de práticas e comportamentos relacionados ao gênero feminino que não são fixos, mas fluidos, compreendendo uma gama de significados.

Recorrendo a autores como Furman (1997) e Goffman (1989), a autora categoriza a feminilidade como "práticas tradicionais de feminilidade e embelezamento", onde se compreende que as formas com que as mulheres devem se vestir e se comportar são colocadas a estas, em grande parte, através de imagens visuais dos meios de comunicação de massa, que implementam suas regras através de imagens visuais padronizadas. Demonstra-se assim, que não é necessário que apontem diretamente o que constitui ou não uma mulher, o que é ser feminina, afinal tudo está codificado, através da mídia, para que estas aprendam a partir de uma série de imagens que relacionam as roupas, o comportamento, a forma do corpo e até mesmo os movimentos corporais considerados femininos. Ao ligar a televisão, observar qualquer publicidade nas ruas e nos veículos de comunicação, a mulher logo compreende o tipo de feminilidade que ela deve seguir, o padrão normativo.

Paralelo a essa ideia, podemos recorrer ao trabalho de Judith Butler que se tornou uma referência nos estudos feministas e de gênero contemporâneos. Em *Problemas de Gênero* (2016), Butler traça suas considerações acerca da identidade feminina e critica a relação estruturalista de oposição binária entre sexo e gênero. Entre outras críticas a autora destaca a ideia de construção de gênero, que privilegiaremos aqui a fim de complementar as teorias apresentadas acima.

Butler considera que a construção do gênero se dá pela e na *performance*. A ação do gênero se sucede em uma *performance* repetida de atos, onde essa repetição é, ao mesmo tempo, uma reencenação e nova experiência de uma série de significados determinados socialmente. É através da ritualização desse ato, também, que ocorre sua legitimação. "(...) na verdade, a *performance* é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito" (BUTLER, 2016, p. 242).

Maria do Carmo Rainho, em *Moda e Revolução nos anos 1960* (2014), faz uma interessante aproximação entre Butler e o trabalho de Erving Goffman (1977). Para ela, o autor também segue a ideia de ritualização nas discussões acerca do gênero. Essa repetição dos atos se sucederá justamente na padronização das imagens visuais midiáticas, que para Rainho é seu principal objeto de pesquisa, e para nós, a complementação das ideias colocadas

na obra de Samantha Holland, que também utiliza as ideias de Goffman, acerca da reprodução da ideia de feminilidade ocorrer justamente através das imagens veiculadas pela grande mídia.

(...) a fotografia publicitária monta uma cena com personagens capazes de condensar comportamentos para que possamos mais facilmente reconhecê-los, o que explicaria o seu caráter estereotipado, uma espécie de ‘idioma ritual único’ com uma infinidade de diferenças superficiais (RAINHO, 2014, p. 126).

Através desse universo imagético criado pela publicidade, as representações de feminilidade, e também masculinidade, são naturalizadas, destinando à mulher sempre um lugar de subordinação, enquanto para o homem um local de dominação. O que acaba por reiterar as desigualdades de gênero, pontua Rainho.

Em suas análises das fotografias de algumas colunas de moda do jornal *Correio da Manhã*, a autora destaca que as regras aplicadas às mulheres se pautavam na ideia da elegância e do bom gosto. Porém, tais atributos se afirmavam a partir das condições financeiras das mulheres. A mulher considerada elegante será a com um alto poder de compra, que poderá arcar com todas as exigências que a própria coluna fazia, fazendo com que só seja atingível por um público específico. Sendo assim, o modelo de gênero aplicado pelo veículo era “(...) reiterativo, hegemônico, excludente” (RAINHO, 2014, p. 131).

Apesar do foco em um determinado jornal, a teoria pode ser ampliada, alcançando a imprensa feminina em si. Através da reiteração de performances de gênero bem delineadas nos moldes de uma feminilidade “adequada”, pautando o controle do corpo e do que se veste nele, mulheres são controladas de acordo com o interesse da indústria da moda e da beleza que constroem modelos inatingíveis pra grande parcela da população, além de alimentarem seus discursos restritivos através da mídia.

Baseando-se nessas definições, podemos compreender porque a crítica feminista à mídia sempre foi tão severa. Se avançarmos brevemente na linha do tempo deste trabalho, poderemos perceber também o quão ferrenha ela se manteve e ainda se mantém, Em 1991, Naomi Wolf escreve a obra “O Mito da Beleza” a fim de denunciar um sistema patriarcal que visa o controle feminino através das práticas de embelezamento. Para ela, tal sistema reage contra o feminismo empregando imagens da beleza feminina “como uma arma política contra a evolução da mulher” (WOLF, 1992, p. 12). Ela define essa prática como “o mito da beleza”. Para Wolf, as mulheres conseguiram se libertar da mística feminina de Betty Friedan com a

eclosão do movimento feminista, porém, era necessária uma nova arma de controle social que foi desenvolvida pelo poder institucional masculino: a mística em torno da beleza feminina.

A reação contemporânea é tão violenta, porque a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente (WOLF, 1992, p. 13).

Apesar de a autora datar esse ideal acerca da beleza como última instância de dominação masculina em torno de um pós-feminismo, já nos anos 90, pensamos que a mística da beleza também foi empregada como arma de controle social em outros períodos. Ela se tornou uma potência que confinou mulheres ao mundo das aparências desde que as fronteiras do gênero se delinearão com mais força no século XIX. Seguindo a ideia de Holland (2014), as imagens visuais padronizadas que compõe a feminilidade nada mais são do que uma forma de imposição de um ideal de beleza articulado por instituições de poder que restringem mulheres há décadas.

### 3.2. CONSTITUINDO O SER MULHER: BELEZA E FEMINILIDADE

A ideia de que a feminilidade é associada à beleza não é recente. Assim como a força está ligada ao âmbito masculino, a beleza é vista como intrínseca ao feminino durante séculos e em várias culturas. Os discursos que permeiam o embelezamento da mulher perpassam pelos interesses econômicos, patriarcais e argumentos científicos de cada período (SANT'ANNA, 1995).

Pode-se dizer que as concepções acerca da beleza feminina e de um ideal de feminilidade se modificaram com a Idade Moderna. A Idade Média relacionava a beleza feminina com o “pecado”, devido à cultura religiosa, fazendo com que ela fosse algo a ser temido. Com a chegada do neoplatonismo renascentista, a beleza ganha novo significado: o corpo exterioriza a “bondade” presente no interior, logo, um corpo belo é fruto de uma alma bela.

Nesse sentido, a beleza não é mais considerada como um elemento perigoso, e torna-se um atributo indispensável da posição social e do rigor moral. Daí vem a obrigação de ser belo, já que a feiura se torna sinal de inferioridade e de depravação moral (CALANCA, 2011, p. 88).

Através de uma série de codificações, desde os manuais de boas maneiras até as poesias de amor, as mulheres começarão a compreender o ideal de beleza feminino. Daniela Calanca (2011) analisa como esse padrão era acionado através de códigos na Itália, França, Alemanha, Espanha e Inglaterra: “pele branca, cabelos loiros, lábios e faces vermelhos ou rosados, sobranceiras escuras, pescoço longo e mãos longas e finas, pés pequenos, cintura sinuosa, seio firme redondo e branco, com os mamilos róseos” (CALANCA, 2011, p. 89).

Com o avanço dos ideais iluministas, as reflexões acerca das relações entre homens e mulheres foram asseguradas pela *natureza*. A mulher foi legitimada como do homem devido a propagação de um discurso que reitera a inferioridade feminina como fruto da natureza humana. Não nos estenderemos em citar os discursos que explicam a “fraqueza” feminina segundo as ideias iluministas, mas os analisaremos brevemente devido a sua importância para as crenças em torno das mulheres com sua aparência.

Daniela Calanca (2011) destaca que, para os ideais iluministas, desde pequenas as mulheres já necessitariam do ornamento, já nasceriam “vaidosas”, pois através dele é possível cativar os olhares dos homens, em particular. A beleza se torna um privilégio feminino, enquanto o raciocínio privilégio masculino. Privada de acessar o mundo do conhecimento, a mulher era considerada um objeto destinado aos prazeres do homem. Ela não tinha grandes expectativas, portanto seu destino era alcançar um bom marido e boa posição social. Na verdade, sem possibilidade de inserção na vida econômica, o casamento é também uma garantia de sustento. Para que esse projeto obtivesse sucesso, era extremamente necessário se apoiarem na aparências. A indústria percebeu então um campo fértil de comércio destinado à aparência feminina.

Para Denise Sant’anna (1995), em seu trabalho sobre a história dos processos de embelezamento no Brasil, durante grande parte da primeira metade do século XX os discursos acerca da beleza feminina eram associados à austeridade médica e a um moralismo católico. Os conselheiros de beleza que escreviam nos veículos de comunicação de massa do país eram, na maioria, homens médicos e moralistas que consideravam que a aparência feminina deveria indicar a beleza de uma alma purificada, premissa para se manter um corpo belo, limpo e, claramente ligada à moral religiosa, fecundo. Tal ideal tradicional era presente no Brasil devido ao país ser majoritariamente católico, configurando um conservadorismo religioso. A

beleza dificilmente era vista como fruto de um ritual trabalhoso e individual que as mulheres faziam frequentemente, portanto a mulher não deveria modificar grandemente seu corpo, mas sim realçar e conservar o que a Natureza havia lhe dado.

Entretanto, apesar do pudor em torno da beleza feminina, alguns truques e dissimulações eram permitidos às mulheres. A ideia de “fingir” ter uma cintura fina, ou uma voz aveludada, esse tipo de estratégia, era vista como algo positivo. Isso dava às mulheres, ainda, certa liberdade: “(...) de construir uma beleza provisória, de se contentar com a dissimulação, mantendo, assim, uma distância entre aparência e essência, entre aquilo que ela é e aquilo que ela demonstra ser. Distância que será cada vez menos tolerada” (SANT’ANNA, 1995, p. 127).

A partir dos anos 1960, com a ascensão dos movimentos de contracultura e liberação do corpo, como o próprio feminismo, o discurso acerca da beleza sofreu uma reviravolta. O discurso das campanhas de beleza trazia a temática, completamente em voga, do cuidado com o próprio corpo. O ideal em torno do prazer de se cuidar toma o lugar da ideia de sacrifícios para se embelezar. O prazer individual, os cuidados com o pessoal, o deleite com as sensações proporcionadas por novos produtos davam o tom da nova publicidade destinada às mulheres (SANT’ANNA, 1995).

Outro fator importante desse período é o fortalecimento da publicidade que se deu devido à popularização dos aparelhos de televisão e das antenas de retransmissão no Brasil. A indústria da beleza e dos cosméticos também acelerou seu desenvolvimento. Isso é devesas destacável pelo fato de demonstrar que com o crescimento desses setores, as preocupações das mulheres em torno da beleza também aumentaram. A partir do desenvolvimento de um novo produto destinado ao público feminino, a publicidade é encarregada de incorporar novas preocupações para as mulheres, fazendo com que o mercado de beleza feminina sempre seja atualizado com novas exigências até então desconhecidas.

Por exemplo, se no passado, a beleza do rosto dependia de alguns produtos de maquiagem e da limpeza da pele com água e sabonete, doravante é preciso, também, se preocupar com a ‘agressividade’ da água e com o ‘ressecamento’ da pele provocado pelo sabonete. Se faz necessário, assim, o uso de cremes de limpeza, outrora um luxo raro, mas, desde então, recomendado com insistência pela maior parte dos conselheiros de beleza (SANT’ANNA, 1995, p. 134).

Sant’Anna segue destacando que a ideia hedonista em torno dos cuidados de si fez com que a indústria da beleza agisse de forma mais sutil incorporando o próprio discurso do

movimento feminista de liberdade em busca do prazer feminino. A partir dessa ideia, o embelezamento vai além, deixa de ser somente uma luta contra uma suposta feiura, e passa ao status de intimidade da mulher para com ela mesma. Sendo assim, ao abdicar de produtos que prometem um maior cuidado consigo, as mulheres, que antes estariam fazendo um mal a seus parceiros ao se privarem desses novos cuidados, agora atacam a si mesmas ao renegarem um prazer hedonista.

### 3.3. O VESTIR: POTENTE FRONTEIRA SIMBÓLICA

Tendo o vestuário um espaço considerável na construção das identidades binárias, traçaremos nesse momento um panorama das relações estabelecidas entre o vestir e a reiteração do gênero. A partir da metade do século XIV, pode-se considerar que ocorreu o nascimento oficial da moda, pois foi o momento em que surge um novo tipo de vestimenta que distinguia com clareza os sexos, delineando as bases para a indumentária moderna. Anteriormente, os dois sexos se vestiam de forma bastante uniforme, com uma espécie de "camisolão" para ambos. O abandono desse modo de vestir constituiu uma nova era para os costumes do Ocidente, pois o que até aquele momento não era munido de caráter geográfico e social, passou a obter tais características. A indumentária feminina, ao receber suas modificações, passa a acentuar mais as formas, evidenciando o colo, a cintura e os quadris (CALANCA, 2011).

Figura 1 Portrait of Giovanni(?) Arnolfini and his Wife (1434) - Jan van Eyck



Fonte: Site do museu The National Gallery. Disponível em: <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/jan-van-eyck-the-arnolfini-portrait>> Acesso em: 16 dez. 2017.

Do século XIV ao XVIII, os artifícios e o capricho no vestuário eram hábitos cotidianos da nobreza dos dois sexos. Tanto homens quanto mulheres aderiram ao luxo e às sofisticadas teatralizações que permearam seus cotidianos e suas vestes. Chega-se a considerar que a moda masculina tivesse uma superioridade de novidades referentes a ornamentações e extravagâncias, chegando a ser considerada mais ostensiva do que a moda feminina (LIPOVETSKY, 1999).

Porém, com a ascensão da burguesia a partir da Revolução Francesa, o vestuário passará por uma ruptura com os valores do vestir aristocrático e terá um papel distinto na nova sociedade que se instaurou. Agora, seu novo papel ia além de definir as posições sociais e o pertencimento, estabelecia também a divisão bem delineada dos gêneros. No Antigo Regime, o homem de nascimento nobre não era destinado ao trabalho, mas sim ao desfrute de sua nobreza, o que fazia com que suas vestes fossem compostas por adereços e silhuetas mais fantasiosas e menos dinâmicas. Com a chegada do ideal burguês, o homem do trabalho deveria transparecer seu novo papel, abdicando do vestuário mais ornamentado.

Inserido nesse novo âmbito, o homem necessitaria de ter mais mobilidade no ir e vir da cidade, mais conforto para exercer suas funções, além de transmitir uma imagem mais austera. Com isso, o guarda-roupa masculino do homem burguês mudará completamente, desaparecendo os tons coloridos para dar lugar às cores neutras e escuras, além de ser composto por menos peças e acessórios, sendo o terno inglês o maior expoente de elegância do homem burguês. “O vestuário precioso da aristocracia, signo da festa e do fausto, foi substituído por um traje que exprime as novas legitimidades sociais: a igualdade, a economia e o esforço” (LIPOVETSKY, 1999, p. 105).

Figura 2 O casal Sisley (1868) - Pierre-Auguste Renoir



Fonte: Site do museu Wallraf-Richartz. Disponível em: <<http://www.wallraf.museum/en/collections/19th-century/floorplan/gallery-6/>> Acesso em: 16 dez. 2017.

Por outro lado, as vestes destinadas ao público feminino permaneceram constituídas por uma série de adereços e frivolidades, algumas, inclusive, que restringiam o conforto e os movimentos das usuárias. Com a ascensão do ideal da sociedade trabalhadora, diferente da nova dinâmica masculina, a vida das mulheres seguiu sem grandes novidades: destinadas aos cuidados da família e do lar. Se as mudanças no vestuário masculino ocorreram devido a necessidade de maior dinamismo e conforto necessários para o burguês, não fazia sentido, portanto, modificar o guarda-roupa feminino se sua função continuava fixa no âmbito privado.

No entanto, seu papel no privado era bem delineado e pontual. Em uma sociedade de aparências como a do século XIX, as mulheres tinham em mãos a possibilidade de consumir para proveito do seu senhor, fosse seu marido ou seu pai. Como faziam parte de uma classe ociosa por *natureza* (referimo-nos aqui estritamente à mulher burguesa), tinham condições de externalizar a riqueza da família através de um vestuário bastante adornado, como um belo objeto de decoração. Suas roupas, distantes da noção de conforto, não davam a ela grande mobilidade e não facilitavam seu cotidiano, fazendo, inclusive, com que esta não conseguisse se vestir sozinha, devido à complexidade dos trajes, fazendo com que a mulher burguesa continuasse necessitando de auxílio de empregadas até para suas trocas cotidianas. Porém, tais questões não tinham qualquer relevância nesse contexto, pois para quem habitava por grande parte do dia somente o recinto doméstico, essas funções não eram primordiais.

O calçado feminino se acrescenta do assim chamado salto francês para provar o ócio obrigatório a que o obriga o seu polimento; porque o salto alto – é óbvio – torna extremamente difícil até mesmo o mais simples e o mais indispensável trabalho manual. O mesmo é verdade no tocante à saia e demais roupas que caracterizam o traje feminino. (...) O mesmo também é verdadeiro no que tange ao costume feminino de trazer os cabelos excessivamente compridos (VEBLEN, 1983, p. 79).

O vestuário masculino seguirá sem grandes mudanças na sua forma estrutural, mantendo-se mais voltado para o mundo do trabalho até os anos 1950, pois a partir da segunda metade do século XX, ganhará um novo frescor vindo da ascensão da juventude como um grupo consumidor.

O guarda-roupa feminino, por outro lado, segue metamórfico. A partir do momento da eclosão da Primeira Guerra Mundial, as vestes femininas necessitaram de passar por uma revisão de acordo com a situação dos países europeus. Mesmo a camada mais rica teve sua vestimenta afetada pelas mazelas da guerra. Os tempos árdios fizeram com que o número de empregados tivesse que ser reduzido, o que se tornou um problema visto a operação que era necessária para lavar, passar e até mesmo vestir as peças.

O vestuário precisaria, portanto, ser algo mais coerente com o período de escassez. Foram modificados de acordo com as necessidades de um estilo de vida mais modesto. E é justamente nesse momento que uma jovem estilista começará a se destacar devido suas habilidades com a criação de peças mais simples, que caíram como uma luva para o período. Propondo roupas mais despojadas e esportivas, Gabrielle Chanel construiu sua marca que conseguiria alçar voo ainda mais longe com o fim da guerra. Seus conjuntos de duas peças,

capas e paletós de jérsei eram visivelmente mais simples que as peças anteriormente utilizadas pelas mulheres, o que refrescou o guarda-roupa feminino com roupas mais versáteis e utilitárias (MENDES; HAYE, 2009).

Para as mulheres que entraram para a força de trabalho as mudanças foram ainda maiores. Devido aos empregos destas serem, muitas vezes, reservados para áreas consideradas primordiais como a indústria de munição e produtos químicos, era necessária uma nova forma de vestir-se.

Tabus há muito vigentes contra roupas bifurcadas vieram por terra à medida que as mulheres, especialmente as jovens, adotavam culotes para o trabalho agrícola e calças, macacões e jardineiras folgadas para o trabalho nas fábricas e nas minas. Uma trabalhadora típica da indústria de munição vestia uma jaqueta três quartos de pano grosso, folgada, presa por cinto, calças até os tornozelos, meias pretas e sapatos de couro, com salto baixo, amarrados em cima (MENDES; HAYE, 2009, p. 47).

Figura 3 Operárias de indústrias bélicas no Reino Unido (1918)



Fonte: BLACKMAN, 2011, p. 76

Essas mudanças presentes no modo de vestir de mulheres de todas as camadas sociais foram pano de fundo para um abrandamento do gênero que há um século estava consolidado.

Segundo Gilda de Mello e Souza (1987), épocas de crise social, como foi o caso das guerras mundiais, tendem a propiciar mudanças comportamentais que podem tanto afrouxar como retrair as liberdades daquela sociedade. Com o fim da Primeira Guerra, o que ocorreu foi um abrandamento da moralidade e do pudor correlato que refletiu na moda. Já a Segunda Guerra acabou direcionando para um conservadorismo que retraiu maiores liberdades às mulheres.

Com o anúncio do final da guerra, as casas de Alta-Costura seguiram com suas criações sem tantas limitações econômicas. Dessa forma, a primeira metade da década de 1920 foi dividida em duas fases da produção de moda destinada à mulher: a convencional feminilidade que foi brevemente interrompida pela guerra e a moderna, constituída pelo que ficou popularmente conhecido como estilo *garçonne* (MENDES; HAYE, 2009).

Era um estilo jovial, meio moleque, que, por exigir uma figura pré-adolescente, trouxe uma mudança drástica no físico desejável para a moda e inundou as páginas de moda com adjetivos como 'esbelta', 'esguia' e 'delgada'. Os penteados também seguiram a voga jovial e andrógina (MENDES; HAYE, 2009, p. 53).

Figura 4 Flappers (1925)



Fonte: BLACKMAN, 2011, p. 80

Podemos considerar que Chanel, e também Patou, foram os grandes nomes por trás do estilo *garçonne* que virou uma febre entre as mulheres. Com os cabelos bem mais curtos, vestidos retos sem auxílio de espartilhos e sem evidenciar as formas do corpo e comprimento na altura do joelho, as mulheres começaram a estremecer as tão delineadas fronteiras de gênero, a partir do momento em que se colocaram de forma não conformista perante os ideais de feminilidade em voga.

É interessante perceber que a primeira mudança na moda vigente, no caso a parisiense, surgiu em um momento onde o feminismo de primeira onda obteve algumas conquistas pontuais. Apesar da Nova Zelândia ser o primeiro país a liberar o voto feminino em 1893, o movimento das sufragistas, principalmente as inglesas e as norte-americanas<sup>19</sup>, possibilitou que, tanto na Inglaterra, em 1918, como nos Estados Unidos, em 1919, e no Brasil, em 1932, fossem decretadas leis que legalizassem o voto feminino.

O início do século XX foi um importante momento para novas conquistas femininas e, principalmente, a fase onde o movimento feminista teve grande destaque nas ruas e em suas ações. É deveras audacioso considerar de onde vieram as inspirações para as criações, mas como a moda é, de fato, um indicador social, não é absurdo associar, ainda que em proporções muito menores do que ocorreria no futuro, que o movimento feminista influenciou nas criações do período.

O intuito aqui não é de discutir se criadores como Chanel era feminista ou não, mas de fazer uma breve analogia com a situação social do período e a moda que emergiu. Claramente, a grande guerra influenciou bastante na simplicidade do guarda-roupa feminino, mas, após o seu fim, o embaçamento das fronteiras de gênero ocorreu com maior ênfase com a popularização do estilo *garçonne*. Importante destacar que esse estilo não era o único em voga no período. Existia uma série de outros estilistas que não se opuseram a peças tradicionais, pelo contrário, seguiram utilizando-as como carro chefe de suas criações. Mas é inegável que o visual *garçonne* se consolidou como um ícone da moda dos anos 1920.

Entretanto, apesar da ideia de emancipação feminina nos anos 1920 ser bastante frequente devido aos avanços sociais e suas rupturas de barreira no vestuário, os padrões comportamentais ainda se voltam para a realização pessoal da mulher dentro de um casamento sólido. Segundo Fernanda Ferrari (2016), ao mesmo tempo que a moda libertou as

---

<sup>19</sup> O movimento pelo sufrágio feminino ocorreu em diversos países, mas teve sua atuação mais reconhecida na Inglaterra e nos EUA. O propósito desse movimento feminino era conquistar o direito ao voto, o que até então era negado às mulheres.

mulheres das embaraçosas e apertadas roupas, essas deveriam manter seu papel de docilidade em busca de satisfazer as expectativas masculinas. Era permitido atrair, na verdade era quase que necessário, mas sem perder o recato, mantendo sua reputação intacta. É justamente esse jogo que a moda segue, aguçando a sensualidade, porém procurando manter-se distante da vulgaridade. A liberdade total não deixou de ser um privilégio masculino e as mulheres que buscaram romper com esses limites ainda eram exceções no âmbito feminino.

Após a leve confusão entre as fronteiras de gênero delineadas nos anos 1920, a moda feminina voltou gradativamente a um visual mais “feminino”. A partir dos anos 1930, o estilo andrógono é esquecido, sendo o formato curvilíneo a silhueta mais valorizada para a moda. A nova década resgatou o ideal de feminilidade que a afastava da estética masculina trazendo à tona a associação com a fragilidade, além da ideia de elegância dentro dos moldes tradicionais (FERRARI, 2016). Outro fato carente de destaque é que o brilho do feminismo já não estava tão aceso quanto na década de 1920, com os movimentos de Primeira Onda.

Um novo aliado surgirá na propagação de ideais estéticos femininos: o cinema Hollywoodiano. A indústria cinematográfica e o papel importante que as roupas desempenham nas narrativas dos filmes são cruciais para a propagação das imagens de gênero. Hollywood foi o responsável por criar e manipular as ideias acerca do “ser mulher”, que foram consumidos ferozmente pelas mulheres da época (FERRARI, 2016). Através de arquétipos pré-fabricados que se apoiavam nos ideais eróticos e glamourizados, o cinema apresentava suas personagens criadas para o olhar masculino.

Seus modelos femininos exaltavam uma sensualidade sofisticada, no qual a ousadia até certo limite fazia parte da sedução. Vendiam, nesse sentido, uma mulher sexualmente libertária, mas que deveria ficar presa no imaginário e nas telas, pois fora do contexto do filme não era moralmente bem vista.

Limitadas, as liberdades iam até o extremo do estigma da ‘moça perdida’ em um contexto aonde o casamento permanecia como meta e o ideal da esposa fiel, o lema a ser seguido por grande parte das mulheres. Aquilo que se via nas telas do cinema deveria ser filtrado, adaptado à realidade da grande massa que mantinha a sensualidade a serviço do homem. O ideal de beleza e sedução ainda indicavam uma postura de comedida liberdade sexual, atendendo aos padrões de elegância e recato que diferenciavam as damas de família das ‘demais’, tidas como vulgares (FERRARI, 2016, p. 38).

Com a chegada da Segunda Guerra, o guarda-roupa feminino voltou a se caracterizar pelo mínimo necessário. O poder de compra da população europeia decaiu gravemente devido

ao racionamento de tecidos e dos cupons emitidos para a população, o que fez com que cada artigo de vestuário tivesse certo valor em cupons que deveriam ser entregues na compra junto com o dinheiro. “Durante o primeiro ano de racionamento, sessenta e seis cupons eram emitidos para cada homem, mulher e criança – uma cota estimada para fornecer metade das roupas compradas em tempo de paz” (MENDES; HAYE, 2009, p.105). A quantidade de cupons foi diminuindo com o passar do tempo, acentuando ainda mais a precariedade do consumo de vestuário.

O luxo parisiense perdeu seu posto entrando em cena o costume do “necessário”. A palavra de ordem era permanecer simples, longe de ostentações. A moda feminina, que até então sempre buscava a aparência de riqueza, passava a seguir à risca a sobriedade dos tempos. Além dessas limitações, passaram a ter que lidar com uma onda de moralismo, trazendo decretos que proibiam peças que exibiam o corpo como maiôs e até mesmo os *shorts* de banho fora de zonas balneárias. Os discursos moralistas se estendiam para além da moda, influenciando também no comportamento feminino que deveria ser revisto. As “frivolidades” que antes eram vistas como artifícios do âmbito feminino foram deixadas para trás, dando lugar à naturalidade e a seriedade e, principalmente, a maternidade, que fora grandemente cultuada como o grande dever social feminino (VEILLON, 2004). Isso foi uma realidade na França ocupada pela Alemanha nazista, através do governo colaboracionista de Vichy, mas também na Itália, através dos ideais fascistas.

Devido ao grande racionamento que a população francesa sofreu, assim como outros países em guerra, o encerramento do combate trouxe à tona uma mudança drástica para o consumo de vestuário, principalmente o feminino. Em princípio, os países europeus que participaram avidamente do conflito tiveram suas economias e seus territórios devastados.

As mulheres, após ocuparem postos de trabalho auxiliando suas nações, retornaram à suas antigas vidas de dona de casa, esposa e mãe em tempo integral. Apesar de já destacado no primeiro capítulo, conforme Lagrave (1991), esse retorno não foi em massa. Mas, digamos que a dona de casa pertencente às camadas médias retornou com mais ênfase ao seu lar.

Depois de um longo período de escassez e destruição<sup>20</sup>, os estilistas logo compreenderam a necessidade de criar novas coleções que relembassem o mínimo possível

---

<sup>20</sup> Devido ao grande interesse dos alemães que ocuparam Paris e instauraram a República de Vichy, a Alta Costura parisiense foi fortemente ameaçada. Lucien Lelong, o então presidente da Câmara Sindical da Alta Costura, conseguiu fazer com que essa se mantenha na França, porém muitas *maisons* acabaram fechando suas

os tempos de guerra. Com isso, toda a simplicidade do vestuário feminino, típica dos anos de guerra se perdeu, abrindo espaço para uma nova era de roupas que revisitavam uma feminilidade bastante tradicional.

Os dois nomes do período foram Christian Dior e Cristóbal Balenciaga. Dior se tornou um grande símbolo desse novo período da moda feminina devido a sua icônica coleção de fevereiro de 1947 que foi apelidada de “New Look”. Acinturando novamente as mulheres em formas bastante estreitas, o estilista ainda propunha que a mulher que utilizasse aquelas peças tivesse um perfil “delicado”, de ombros estreitos e inclinados e de uma magreza que nem sempre era possível sem a utilização de cintas ou novos tipos de espartilhos. Além disso, possuía saias cheias e rodadas construídas sem armação, somente com tecido, afinal, com o fim do período de racionamento desses, era o momento de utilizá-los em abundância (MENDES; HAYE, 2009). O visual caiu no gosto do público devido a sua rejeição total a qualquer lembrança do racionamento e da guerra.

Figura 5 New Look (1947) - Christian Dior



Fonte: Disponível em: [https://www.dior.com/couture/pt\\_br/a-maison-dior/historias-da-dior/a-revoluc%C3%A3o-do-new-look](https://www.dior.com/couture/pt_br/a-maison-dior/historias-da-dior/a-revoluc%C3%A3o-do-new-look). Acesso em: 02 dez. 2017.

---

portas, se recusando a trabalhar sob a tutela alemã. Além ainda de outras que acabaram encerrando suas atividades devido às dificuldades do período (VEILLON, 2004).

A nomenclatura destinada à coleção, na verdade, não é coerente. Dior construiu seus trajes revivendo um estilo romântico bastante marcado pelo século XIX, onde as cinturas femininas eram delineadas bruscamente pelo uso de espartilhos e os quadris evidenciados pelas amplas saias (RAINHO, 2014). Ao revisitar de forma visual a mulher burguesa do século XIX, é possível associar também uma aproximação cultural do papel social dessas mulheres dos dois períodos. O pós-guerra marcou o retorno da mulher aos lares, as suas responsabilidades para com a casa, o marido e os filhos.

Não que em outros momentos a mulher tivesse sido emancipada dessas obrigações, mas era perceptível sua ascensão pós-feminismo de primeira onda que permaneceu, ainda que forçosamente, no período entre guerras com a saída destas para o espaço público e a necessidade de um vestuário que acompanhasse essa nova rotina.

O retorno ao lar retoma a ideia de mulher ornamento utilizada por Veblen. O papel da dona de casa do pós-guerra era o de exibir sua prospera casa e família e demonstrar as posses do marido. É importante destacar que nesse momento ocorreu uma ampliação da classe média na Europa e nos EUA, até mesmo no Brasil, que fez com que esses recém-chegados quisessem exibir seu novo estilo de vida, que até então era algo distante para eles. As mulheres, portanto, retomaram seus postos de ornamento e a moda auxiliará ainda mais no cumprimento desse papel conservador.

Eis aqui, afinal, a tão discutida mística feminina que discutiu Betty Friedan. A década de 1950 será marcada por propagandas que reforçarão a ideia de positividade acerca da dona de casa perfeita, corroborando com a idealização de que, para ser bem-sucedida, a mulher deveria possuir uma família feliz e próspera. “Neste contexto a mulher era encorajada pelas publicações dirigidas ao público feminino a apresentar-se linda, impecável, formosa para seu marido e desempenhar com perfeição seu papel de mãe e esposa” (FERRARI, 2016, p. 39).

Nada mais cabível do que conciliar o vestuário feminino, portanto, a seu papel social. A mulher, que havia se livrado dos apertos dos espartilhos, retorna a uma espécie de cinta de poliuretano sustentando metros de tecido, mantendo-se como ornamento, sem necessidade de mobilidade, conforto e dinamismo. Poderia se dizer que ela se veste para exibir, exclusivamente. Por essa razão, inclusive, o “New Look” acabará alcançando tanto sucesso nos Estados Unidos, país onde a mística feminina foi muito bem empregada.

É importante destacar que esse era um visual dispendioso, destinado somente às classes mais abastadas. Porém, com a chegada do *prêt-à-porter*<sup>21</sup>, os modelos criados pela alta-costura conseguiam ser copiados, de forma mais simples e barata, fazendo com que as classes populares conseguissem ter modelos similares aos das classes mais altas.

O *prêt-à-porter*, inclusive, será o responsável por uma mudança drástica no sistema da moda que também abalará o modo de vestir, principalmente o feminino. O termo se refere a expressão *ready to wear*, devido ao nome dado pelos norte-americanos para as peças que já eram compradas prontas para vestir. A introdução dessa nova forma de se vestir foi uma ampla mudança na produção e venda, pois antes as roupas geralmente eram compradas de costureiros e feitas sob medida. Até o final dos anos 1950, o *prêt-à-porter* se resumia em uma mimese das grandes casas de Alta-Costura parisienses, mas a partir dos anos 1960 uma série de novos criadores passam a conceber roupas prontas com um espírito mais juvenil e audacioso, abandonando a ideia luxuosa dos grandes costureiros (LIPOVETSKY, 1999).

Para contextualizar as mudanças que ocorreram no mundo da moda, é necessário compreender a ascensão de um novo agente que surgiu nos anos 1950 e que engrossou os movimentos sociais e culturais, inclusive o movimento feminista: a juventude.

Com uma maior possibilidade de consumo proporcionada pela prosperidade econômica americana e europeia no momento, a juventude se destacava da geração precedente. O que até então era um segmento desvalorizado, ganha seu espaço na moda, em músicas, no desfrute do lazer, e principalmente, em um consumo hedonista, gerando o aparecimento de um mercado de bens voltado para essa categoria, alimentado pela possibilidade de que agora possuíam algum dinheiro por intermédio dos pais ou de empregos.

O impacto da ascensão da juventude e a consolidação de uma cultura juvenil demasiado forte modificaram as relações entre as gerações e fez com que a juventude se tornasse uma categoria social autônoma. Através de uma indústria cultural voltada a atender esse novo público, a cultura jovem se consolidou e se internacionalizou, importando seu estilo de vida e seus signos como o *jeans* e o *rock*, propagados em grande parte do mundo. A moda, que agora havia chegado às massas com a ascensão do *prêt-à-porter*, auxiliou na difusão dos grupos juvenis e na existência de uma cultura jovem global (HOBSBAWM, 1995).

---

<sup>21</sup> Expressão que significa “pronto para vestir”.

O impacto da ascensão juvenil também alavancou o individualismo, que seria sentido ainda mais intensamente na década de 60 em diante.

O impulso de uma cultura jovem no decorrer dos anos 1950 e 1960 acelerou a difusão dos valores hedonistas, contribuiu para dar uma nova fisionomia à reivindicação individualista. Instalou-se uma cultura que exhibe o não conformismo, que exalta valores de expressão individual, de descontração, de humor e de espontaneidade livre (LIPOVETSKY, 1999, p.139).

Com o impacto da juventude e do *prêt-à-porter*, os novos criadores de moda que surgiram a partir dos anos 1960, logo perceberam as inversões que ocorreram no sistema. Segundo Lipovetsky (1999), nesse momento, tanto o *prêt-à-porter* quanto as ruas se tornaram centros “autônomos”, dando o tom em matéria de moda com maior ênfase do que a Alta-Costura, antiga responsável por proferir as tendências por quase cem anos.

Se as ruas agora ditavam moda com maior liberdade, principalmente para as mulheres devido ao reflorescimento do movimento feminista ao redor do mundo, nada mais coerente do que passarmos a ver nas passarelas apropriações do que já estava sendo usado nas ruas.

Novas peças advindas do vestuário masculino passaram a habitar o guarda-roupa feminino, resultando numa mudança no modo de vestir e se comportar das mulheres e dos homens, o que embaralhou as fronteiras de gênero anteriormente bem delineadas. As imagens da contracultura auxiliaram na aproximação das características masculinas e femininas. Se por um lado, na década de 1920 vimos as mulheres no estilo *à la garçonne*, dessa vez veremos também mudanças nos homens, mais precisamente nos mais jovens, como a utilização dos cabelos longos e de roupas muito mais coloridas, adornadas e chamativas.

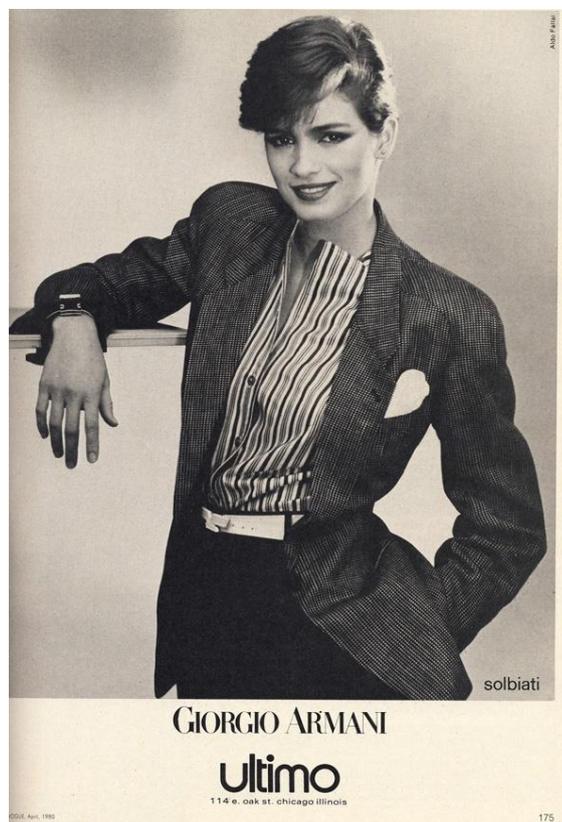
Uma peça central que compunha o guarda-roupa masculino passou a fazer parte do vestir feminino. Em 1960, Balenciaga criou trajes de noite femininos com calças brancas e, em 1966, Yves Saint-Laurent utilizará calças em suas coleções, lançando o *smoking* feminino. Porém, as calças já eram peças usadas por mulheres maciçamente, inclusive, no ano de 1965, sua produção já ultrapassara a de saias (LIPOVETSKY, 1999).

A Alta-Costura se tornou, portanto, uma instituição de consagração do que já era comum nas ruas, perdendo seu posto de pioneira em moda. Deixou-se para trás o luxo, identificador de uma classe social, para dar lugar a uma estética mais individualista, com o intuito de auto-valorização, expressão de inquietude e subversão. Seguindo essa ideia, a moda agora passa a contar com uma proliferação de estilos. “Já não há uma moda, há modas.” (LIPOVESTSKY, 1999, p.27).

Nesse sentido, os padrões femininos de comportamento acabaram por se multiplicar da mesma forma. Se antes conseguíamos pontuar com mais facilidade um estilo predominante de um período, a partir dos anos 1970, traçar uma história da aparência feminina seria deveras complexo. Entretanto, selecionamos aqui um momento que merece destaque quando evocamos o assunto.

Com o surgimento dos *yuppies* nos anos 1980, abreviação para *Young Urban Professional*, a moda se voltou para a ascensão de jovens profissionais urbanos que se importavam com a imagem pessoal no mercado de trabalho. Vão recorrer a roupas que indiquem sua alta condição financeira, aderindo a ternos tanto para homens quanto mulheres. Essas, que nesse momento se inseriam em massa no mercado de trabalho, passaram também a assumir cargos mais elevados dentro de organizações importantes. Com isso, a indústria da moda logo compreendeu que a nova mulher necessitaria de um traje adequado para o seu novo ambiente profissional. Entra em cena, portanto, o famoso *power suit*, uma espécie de terno com ombreiras que se tornaram um símbolo de autoridade e afirmação para as trabalhadoras (MENDES; HAYE, 2009).

Figura 6 Giorgio Armani – Primavera/Verão (1980)



Fonte: Disponível em: <<https://theredlist.com/wiki-2-23-1185-1192-view-stars-1-profile-giorgio-armani.html?offset=80%3Fsharing%3D335990?sharing=335944>> Acesso em: 05 jan. 2018.

A partir disso, o guarda-roupa feminino se assemelhou bastante com o masculino, pois a ideia em torno do *power dressing* era que a mulher se impusesse nesse novo âmbito, e pra isso, claro, necessitaria se vestir como o gênero dominante. Porém, mesmo com a aparente igualdade visual conferida pelas ombreiras e as calças começando a se tornar, gradualmente, mais aceitáveis, o *power dressing* ainda sugeria as saias como forma de opção mais segura, além de demarcar bastante a cintura feminina. Assim, o visual da mulher ainda manteria seus traços “femininos”, colocando-a em seu lugar, distante do masculino, que continuava confortável em suas vestes enquanto o outro gênero se encaixava nesse novo mundo.

A figura da mulher moderna também se transformou. As revistas femininas começavam a propagar um novo modelo para a mulher: o da sexualidade feroz. Essas, dentro desses veículos, passaram a ter que seguir um novo esquema, além da esposa que cuidava da casa e dos filhos e agora ainda saía para o trabalho, a nova mulher deveria ser também uma grande parceira sexual, deixando para trás a velha ideia de que o homem fazia sexo nas mulheres. “A sexualidade ingressava no campo de uma *performance* com grandes exigências para ambos os lados, o preço não era módico” (SANT’ANNA, 2014, p. 154).

Juntamente com essa nova tarefa, a mulher deveria se manter em uma imagem sedutora, que, claramente, despendia tempo e dinheiro. A tão propagada elegância do passado cede espaço para o erotismo. Os conselhos de moda e beleza induziam a mulher a enfatizar seu lado *sexy* por todo o tempo, e para que tal papel se concretizasse com sucesso, ela sempre poderia contar com os últimos lançamentos do mercado (SANT’ANNA, 2014).

Dessa forma, percebemos que a indústria da moda e da beleza sempre reconfigurou a feminilidade de acordo com seus interesses. Parte importante da identidade feminina, o vestir e o embelezar-se servem a um sistema que visa o lucro, mudando de tempos em tempos, se adaptando a novas demandas. Porém, a única coisa que não se modifica é que, através da mídia, são sempre propagados novos modelos e referências para as mulheres seguirem e buscarem se enquadrar.

### 3.4. O VESTUÁRIO COMO CAMPO DE AFIRMAÇÕES POLÍTICAS

A partir das novas possibilidades de moda que surgiram junto com a efervescência de uma cultura individualista, como reagem, portanto, os movimentos feministas que viam a moda como fruto do patriarcado opressor? Interessa-nos aqui, conhecer como sucederam as relações entre as feministas e suas críticas e formas de vestir nesse período que engloba o feminismo de Segunda Onda, tão emblemático devido às diversas mudanças culturais ocorridas.

Para Elizabeth Wilson (1989), as relações dos movimentos feministas para com a moda são antagônicas, além de não ser um terreno muito explícito no que diz respeito às ideologias em torno do vestuário. A autora pontua algumas teorias que auxiliarão na compreensão das relações entre ideais, vestuário e as impossibilidades de “fuga” do sistema.

A primeira delas é a teoria utilitária, que, muito influenciada pela crítica de Veblen em torno de um vestuário ostensivo da classe burguesa, surgiu com o feminismo do final do século XIX e perdura até hoje. A ideia empregada é a de que o vestuário deve ser algo utilitário, que ele só existe para cumprir sua função de utilidade. Para as feministas, abdicar da moda e dos produtos de beleza seria uma forma de se manter autêntica à sua natureza. Porém, para Wilson (1989), esta é uma visão conservadora, pois está associada à crença de falsidade, de dissimulação da própria imagem que era bastante usada até meados do século XX. Trata-se do mesmo moralismo cristão acerca da beleza citado por Denise Sant’Anna (1995) anteriormente nesse capítulo.

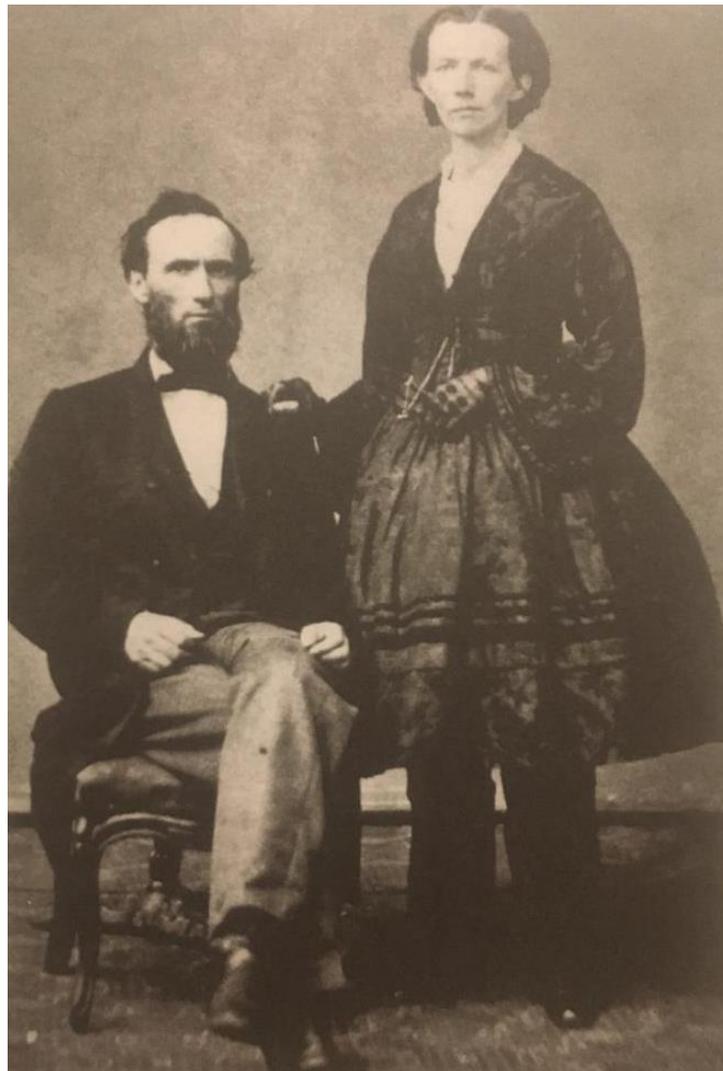
A autora acrescenta que essa ideia do belo natural como algo superior ao artificial é algo influenciado pelos ideais puritanos e conformistas do Cristianismo, que associavam o natural à simplicidade e a algo incorruptível. Essas teorias influenciaram o socialismo não-marxista inglês e americano<sup>22</sup>, e conseqüentemente os movimentos feministas, que foram inspirados por ideais socialistas, fazendo com que o debate acerca do vestuário acabasse sendo pontuado por uma ideologia anti-libertária. Ela prossegue afirmando que, além disso, o andar na moda, ou vestir-se de maneira conforme acaba sendo criticado também pelo fato de essa ser uma forma de aproximação com as normas burguesas.

---

<sup>22</sup> A autora não menciona quais teorias socialistas ela está se referindo. Dessa forma, não foram encontrados mais detalhes a respeito.

A autora não exemplifica o que vestiam as mulheres que pensavam de acordo com essa teoria. Seguindo o termo “utilitário” usado por Wilson, pensamos que o vestuário subversivo dessas mulheres era composto por roupas masculinas, devido ao fato dessas serem consideradas mais utilitárias desde a ascensão da burguesia. Segundo Diana Crane (2006), um notório exemplo de tentativa de reforma do vestuário feminino foi o traje criado pela norte-americana Amelia Bloomer. Em plena década de 1850, Bloomer propunha que as mulheres utilizassem uma saia curta sobre uma calça turca volumosa, alegando que esta era uma roupa prática, segura, confortável e bem-arrumada. Sem qualquer intenção de que esta se tornasse moda, o visual foi adotado por ela e por suas companheiras feministas. Claramente, o traje causou alvoroço por onde passou, levando as feministas a sofrerem assédios de todos os tipos, fazendo com que muitas deixassem de utilizá-lo.

Figura 7 Versão caseira do traje *bloomer*



Um aspecto interessante dessa história se constitui do fato de que Bloomer resolveu descrever seu novo traje em um artigo, em 1851, para uma revista. Tal folheto tinha ligação com o movimento de temperança<sup>23</sup> americano que se caracterizava como puritano, buscando elevar o nível moral da sociedade. Percebemos, portanto, através desse fato, que a reforma utilitária proposta por Bloomer possui um caráter religioso, que Wilson aponta como uma visão mais conservadora.

Crane (2006) também evoca que Simone de Beauvoir desempenhou um papel importante nas visões das feministas perante a moda. Com um discurso sobre as opressões causadas pelo ato de se vestir de acordo com a moda, algumas feministas usavam roupas distintas da moda feminina, se alinhando mais a um vestuário masculino composto de calças, camisetas mais informais e sapatos baixos. Descartavam semelhanças com os estereótipos vigentes de feminilidade como forma de resistência à imagem de inferioridade, pois o tipicamente feminino ainda era associado, por homens e também pelas feministas, a algo fútil, supérfluo e sem importância, que aumentava ainda mais a superioridade masculina no âmbito social e profissional.

Percebe-se, portanto, que o vestuário utilitário consiste na utilização de peças de roupa que, em primeira instância, foram criadas para o público masculino. A apropriação das calças, por exemplo, que anteriormente era uma peça destinada exclusivamente aos homens, passa a ganhar força a partir dos anos 1960. Se pensarmos na questão da praticidade para o trabalho, se torna uma peça mais útil para a mulher que estava cada vez mais presente no mercado de trabalho do que as saias anteriormente utilizadas. Assim como os sapatos baixos que claramente são mais confortáveis do que os saltos.

Porém, é discutível como as roupas utilitárias estejam associadas ao campo masculino, e tudo que é destinado às mulheres foi considerado fútil ou supérfluo por tanto tempo. Seguindo no exemplo da calça, dependendo do material, como o próprio *jeans*, pode ser algo bastante desconfortável no verão, assim como as saias podem ser alternativas mais frescas e confortáveis, dependendo do seu comprimento. O que queremos questionar é o porquê de só os elementos do guarda-roupa masculino serem considerados mais práticos e úteis, enquanto algumas peças que são vistas como parte integrante do vestuário feminino não. As peças masculinas acabam sendo consagradas como confortáveis e dinâmicas pelas próprias

---

<sup>23</sup> O movimento de Temperança, nascido no início do século XIX nos Estados Unidos, consistia na luta de puritanos contra o consumo de bebidas alcoólicas, além de pregar a elevação do nível moral na da sociedade americana. Teve impacto não só nos Estados Unidos como na Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália.

feministas, inclusive, sendo que há muitas possibilidades de encontrar conforto e dinamismo em saias e vestidos, dependendo de sua forma, comprimento e tecido. Salientamos também que as calças não foram peças sempre presentes no guarda-roupa masculino. As saias, quando passaram a ser exclusivamente femininas, ganharam uma nova conotação, passando a indicar fragilidade e apelo sensual.

Mas por que, então, as mulheres da época escolhiam essa apropriação do guarda-roupa masculino? Acreditamos que, ao abdicarem de tudo que é considerado feminino – ligado ao supérfluo, a ideia dessas mulheres era a afirmação social através da imagem, reforçando o mito de que a mulher séria não se preocupa com a aparência. Além, é claro, de se colocar no mesmo nível intelectual do homem que se abstém de tais frivolidades. Esse pensamento pode se associar às ideias acerca do feminismo da igualdade que já mencionamos acima.

Em contrapartida e coexistindo, Wilson aponta outra ideologia que partilhava da ideia de livre escolha e individualismo. Segundo essa teoria, as feministas deveriam se vestir da forma que desejassem, a partir da sua livre escolha. A questão se encontra no momento em que escolhas “livres” podem ser consideradas como um mito, visto que são feitas dentro de sociedades culturalmente construídas.

Inclusive, é uma crença incongruente se pensarmos nas palavras de Simone de Beauvoir, que muitas feministas consideravam como grande referência acerca da construção social dos gêneros.<sup>24</sup> Ao nascer, um bebê carrega muitas possibilidades de desenvolvimento, porém, além de sua herança genética, outro fator que afeta ou molda suas experiências é o meio em que vive. Ao crescer, a capacidade de escolha do indivíduo vai se limitando devido aos fatores exteriores, como classe social, gênero, local, etc.

Chega a ser ingênuo tratar o vestuário como algo que possa ser passível de liberdade total de escolha. A autora mostra exemplos que destacam que, na verdade, o vestuário feminista acompanha as roupas que estavam em voga no período.

O 'estilo' inicial das mulheres do movimento de libertação era o estilo contracultural do movimento estudantil dos finais dos anos 60, quando as mini-saias e as cabeleiras egípcias (nessa altura já ligeiramente fora de moda) coexistiam com os vestidos e os caracóis dos hippies. As feministas vestiam vestidos até o chão em tons 'sujos' e usavam cabelos compridos no estilo pré-rafaelista. Logo a seguir, cortar essas cortinas de cabelos passou a ser um

---

<sup>24</sup> Por mais que estas fossem partidárias da diferença, a ideia de gêneros serem socialmente construídos permanecia intacta.

símbolo de libertação, e a maquilhagem [sic] era rara - mas, nessa época, a naturalidade estava em voga (WILSON, 1989, p. 135-138).

A teoria pode ser comprovada pelas imagens dos protestos do período. Na figura abaixo, vemos que as roupas utilizadas pelas feministas não se destacam muito do que a grande maioria das mulheres vestia. No caso das calças, apesar de serem peças adquiridas do âmbito masculino, nos anos 1960 já estavam em voga nas ruas.

Figura 8 Protesto feminista em Nova York (1970)



Fonte: Disponível em: <<http://time.com/4008060/women-strike-equality-1970/>> Acesso em: 05 jan. 2018.

Mas é importante frisar que alguns dos estilos em voga tiveram grande contribuição do feminismo. Na verdade, podemos considerar, portanto, que esse trouxe inovações para o mundo da moda, mas não rompia com o sistema desta. “Algumas feministas desdenhavam das saias e dos saltos altos, e o estereótipo público, em voga, da feminista era o de uma mulher decidida, de calças de ganga ou fato-macaco<sup>25</sup> e botas do Dr. Marten” (WILSON, 1989, p. 318). O feminismo pode ser considerado como um subtema da moda em geral, afinal, as roupas que são utilizadas pelas militantes não são parte de um traje específico, um uniforme, mas são peças da moda trazidas para um novo contexto.

<sup>25</sup> Calças *jeans* e macacões.

Destacamos que muitas mulheres que não se declaravam pró-feminismo ou não eram militantes, acabaram por utilizar dessas roupas com novas significações. Devido ao papel da mulher ter sofrido transformações e estas agora exercerem novas funções, muitas aderiram para se colocarem em igualdade com os homens nos novos ambientes que agora ocupavam mais frequentemente.

Entretanto, Wilson destaca a importância de contrariar as normas do vestuário feminino. A análise minuciosa que ela faz dos dois tipos de pensamento está mais ligada à ideia de criticar algo que é colocado como fuga completa do sistema de moda, demonstrando que, na verdade, romper completamente com este é inviável, devido a inserção capitalista em que vivemos.

Apesar da impossibilidade de fugir da moda, afinal mesmo abdicando da feminina tende-se para a moda masculina, na medida em que é possível se esquivar, é de grande importância para embaralhar as fronteiras entre os gêneros e criar novas possibilidades de expressão e ousadia. Essas novas e potentes perspectivas vão além, criando novas formas de experimentar o vestuário, independente se dissimulam limitações pessoais ou se beneficiam um hedonismo.

### 3.5. HOMENS À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS

A partir dos anos 1970, não só as mulheres passaram por mudanças comportamentais e culturais em suas vivências. Com a efervescência do feminismo, grande parte das mulheres, mesmo as que não se declaravam feministas, passaram a contestar a identidade masculina e sua hegemonia. A partir do momento em que as mulheres redefiniram suas identidades sexuais, se assemelhando aos comportamentos e valores masculinos, a masculinidade foi retirada de seu pedestal (MARSON, 1996).

Segundo Melina Marson (1996), os homens passam a uma série de questionamentos, dando abertura para aflorar características que até então eram colocadas somente como componentes do universo feminino, como a sensibilidade e a emoção. As fronteiras simbólicas entre os sexos se mesclaram não só nas aparências, mas também nos

comportamentos dos gêneros. Enquanto as mulheres tendiam a uma masculinização, o efeito contrário também foi sentido, com a busca pela feminilização dos homens.

Não foi só o feminismo responsável por essa mudança, mas também uma certa popularização da psicanálise, fazendo com que o homem aceitasse melhor uma masculinidade aliada à emoção. A revolução sexual também deu margem para uma maior abertura para sexualidades alternativas, assim como a homossexualidade que se tornou mais expressiva (MARSON, 1996; SANT'ANNA, 2014).

Nesse período, o homem pôde experimentar, pela primeira vez, ser o homem-objeto dos anúncios publicitários. No Brasil, Sant'Anna (2014) destaca que um dos primeiros sinais dessa mudança foi o deslocamento de alguns jogadores de futebol para também se tornarem modelos publicitários, o que os colocava como objeto de contemplação masculina e, também, feminina.

Mas de fato, o campo mais visível dessas mudanças é a moda. É a partir dos anos 1960 que a indústria da moda passa a investir em roupas masculinas quase na mesma proporção que em femininas, além das ideias em torno de uma moda “unissex”.

(...) no campo das aparências, no espaço público, o masculino e o feminino já não são mais facilmente identificáveis: a mulher passa a usar roupas até então consideradas masculinas (calça, blazer, etc.) e o homem, por sua vez, abandona a ditadura das cores neutras ou escuras, e passa a utilizar roupas mais coloridas, ainda que seja no vestuário esportivo ou de lazer. A mulher, ainda, passa a utilizar cabelos curtos e masculinos (vide o famoso corte ‘Joãozinho’ de Elis Regina) e os homens podem utilizar, se assim o desejarem, cabelos compridos (acredito que John Lennon e Yoko Ono são um bom exemplo desse tipo de unificação das aparências) (MARSON, 1996, p. 106).

Figura 9 John Lennon e Yoko Ono em 1969



Fonte: Disponível em: <<https://www.ok-magazin.de/people/news/entwarnung-nach-schlaganfall-verdacht-yoko-ono-noch-im-krankenhaus-39582-id-297108.html>> Acesso em: 06 jan. 2018.

É interessante notar que essas relações entre feminino e masculino não foram homogeneizantes. Assim como se aceitava na publicidade e até mesmo nas ruas a imagem de mulheres com roupas masculinas, seus outros atributos que referenciavam a feminilidade estavam presentes, como maquiagem e acessórios, reforçando que esta ainda tinha sua feminilidade inerente. Além disso, as roupas utilizadas pelas mulheres deveriam ser adaptadas a elas. Não eram roupas do guarda-roupa masculino que agora habitavam seus corpos, mas releituras próprias para elas.

De outra parte, os homens, por mais coloridos e alegres que fossem suas roupas naquele momento, tiveram também uma profusão de novos signos de virilidade como a exibição de pelos nos corpos, principalmente nas barbas sem fazer que até então não faziam parte do universo masculino<sup>26</sup>. Além disso, não passaram a utilizar uma peça sequer do vestuário feminino, como saias ou vestidos (MARSON, 1996).

(...) não há mais um padrão rígido de aparência feminina ou masculina, há uma maior troca de signos da moda entre os sexos, mas não se pode dizer que as mulheres se masculinizaram e os homens se ‘afeminaram’ por isso. No entanto, também já não são mais facilmente distinguíveis (MARSON, 1996, p. 107).

Apesar das questões acerca da moda e as relações entre os gêneros ainda continuarem se modificando após os anos 1980, não iremos adiante na linha cronológica aqui apresentada,

<sup>26</sup> Tal mudança tem grande influência da difusão da cultura *hippie* que trouxe novos modos como a naturalidade dos corpos.

devido ao recorte do período escolhido. Passemos então para a percepção de como as feministas brasileiras enxergavam a aparência feminina e de que forma pretendiam desconstruir ou reconstruí-la.

#### **4 A IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM O VESTUÁRIO E A APARÊNCIA**

O terceiro capítulo desta dissertação surge a fim de esmiuçar as relações das feministas brasileiras com o vestuário e a aparência. Historicamente, consideramos que a identidade feminina é construída, tradicionalmente, a partir do embelezamento e dos cuidados de si, partes fundamentais do que nomeamos, devido ao aporte de Butler, de *performance* do gênero feminino, que acabam por normalizar tais atos como parte do “ser mulher”. De acordo com a importância de tais elementos, busca-se aqui compreender como o feminismo brasileiro discutiu a temática dentro de seus movimentos e quais as questões apontadas pelas militantes.

Após a discussão anterior do capítulo dois, buscaremos agora, investigar os debates trazidos pelas feministas, recorrendo ao auxílio da imprensa feminista alternativa dos anos 1970 e 1980. Mais especificamente, o recorte temporal utilizado vai dos anos 1975 até 1985, período esse que foi declarado pela ONU como a *Década da Mulher*. O momento foi de florescimento do feminismo brasileiro organizado, além do surgimento e proliferação de uma imprensa alternativa voltada para os problemas femininos.

Esse meio de comunicação foi muito importante, pois a partir dele vários grupos feministas propagavam seus ideais acerca das diversas temáticas que envolvem a condição feminina. Destaca-se que os veículos eram confeccionados por grupos feministas e tinham como intuito propagar seus ideais fazendo com que estes circulassem em ambientes além da militância, ampliando a visibilidade do discurso, além da possibilidade de debate, através das cartas das leitoras que eram enviadas para alguns periódicos. Outra questão relevante é que as ideias feministas, antes dos jornais, só eram veiculadas através dos livros, o que não era acessível a todas as camadas da população, além de alguns considerarem sua linguagem mais complexa. Portanto, a chegada dos jornais feministas se torna enriquecedora para a compreensão dos diálogos e debates das vertentes que existiram/existem no feminismo brasileiro.

A estrutura do capítulo parte do conhecimento histórico da imprensa feminista e dos jornais que serão estudados - *Brasil Mulher* (1975-80), *Nós Mulheres* (1976-78) e *Mulherio* (1981-88) – e, posteriormente, as análises dos discursos neles encontrados acerca do vestir e da aparência feminina. Pretende-se, perceber de que forma o movimento feminista enxerga

tais questões e qual a relevância que elas possuem em seus debates. É importante considerarmos que o trabalho da imprensa alternativa feminina é subverter as concepções acerca de um veículo destinado a falar com as mulheres.

A imprensa feminina, segundo Dulcília Buitoni (1981), carrega uma forte carga ideológica por trás de conteúdos aparentemente frívolos, mais até do que a imprensa dedicada ao público em geral. Através de temas como aparência, cuidados com a casa, com os filhos e com o marido, receitas culinárias e contos de amor, a imprensa feminina reitera padrões e estereótipos que influenciam na formação da identidade da mulher. Com isso, tal meio “propõe modelos culturais como sendo lógicos e naturais”, modelos esses que são, em suma maioria, fora da realidade, buscando sempre distanciar a mulher desta, confinando-a a um “mundo feminino” na qual ela deve permanecer. Portanto, é necessário compreender como os jornais alternativos foram necessários para um processo de subversão de valores e informações propagadas às suas leitoras, majoritariamente feministas.

Baseado nos estudos de Elizabeth Cardoso (2004), podemos dividir a imprensa feminista em duas gerações. A primeira, a partir de 1974, era centrada na questão de classe e marcada pelos debates das oposições entre feminismo liberal e marxista ortodoxo, questões femininas e questões gerais, denúncias à ditadura e aos problemas públicos, além das reivindicações acerca da igualdade entre homens e mulheres. Por outro lado, a segunda geração, que a autora define como a partir de 1981, é delineada pela questão do gênero, propagando temas direcionados exclusivamente às mulheres, como sexualidade, violência, corpo, luta pelo reconhecimento da diferença e atuam em parceria com ONGs e associações voltadas para a questão do gênero (CARDOSO, 2014).

A autora pontua que tal divisão em duas gerações é fruto de dois acontecimentos históricos para o feminismo brasileiro: o II e o III Congresso da Mulher Paulista que foram realizados na cidade de São Paulo nos anos 1980 e 1981. Esses dois fatores não foram os únicos motivos que levaram à divisão, mas em sua pesquisa, foram os momentos cruciais para as mudanças de postura.

No II Congresso da Mulher Paulista, com público de 4 mil mulheres no teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a situação se complicou entre as feministas e os partidos de esquerda. Para esses últimos, devido a tamanha movimentação, o evento era um terreno fértil para convencerem as mulheres ali presentes de que o movimento feminista era separatista e não seria a saída para uma sociedade igualitária entre homens e mulheres. Como

o ano já era 1980, as feministas já estavam mais alinhadas com as discussões pautadas no gênero, deixando as questões de classe cada vez mais distantes, dando ao evento um tom mais apartidário, voltado para as especificidades femininas. Mesmo se prevenindo das possibilidades de transformação do evento em palanque político, a situação se complicou.

Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento (CARDOSO, 2004, p. 40).

No ano seguinte, os acontecimentos se repetiram afunilando ainda mais a ruptura. Esta se deu entre os grupos que organizavam o congresso. Militantes do MR-8<sup>27</sup>, conta Amélia Teles<sup>28</sup> (2017), disseram nos jornais que não seria permitida a entrada de lésbicas no evento. Era parte de uma estratégia de aprovação para ganharem a simpatia popular e retirarem o conteúdo reivindicativo dos direitos exclusivos às mulheres. O resultado da situação foi a criação de dois congressos distintos, criados pelo PC do B, a fim de dividir o público do III Congresso da Mulher Paulista, legitimando a divisão criada pelo MR-8 e afastando suas militantes feministas filiadas.

O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. Sem considerar a autonomia do movimento, esses partidos contribuíram para que ocorresse a cisão. Mas havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo (TELES, 2017, p. 130).

A saída dos partidos de esquerda dos movimentos femininos deixou o caminho livre para as especialidades do gênero, tendo alguns temas como destaque: “violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros. Tal fenômeno explica o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração” (CARDOSO, 2004, p. 40). A autora destaca ainda que, na segunda geração<sup>29</sup>, proliferaram inúmeras publicações feministas, devido também à associação dos movimentos com ONGs, universidades e Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher.

<sup>27</sup> Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Organização política que operava dentro do MDB, e depois do PMDB.

<sup>28</sup> Maria Amélia de Almeida Teles foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e atuou efetivamente na segunda fase do Brasil Mulher. Foi presa e torturada no período do regime ditatorial. Atualmente é assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e diretora da União de Mulheres de São Paulo (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2018).

<sup>29</sup> Cardoso considera que a segunda geração vai até o ano de 1999.

Dentro dessa linha tênue de divisão, encontram-se os periódicos que aqui serão analisados. Para a primeira geração, selecionamos o *Brasil Mulher* (1975-80) e o *Nós Mulheres* (1976-78). Já para o momento seguinte, optamos pelo *Mulherio* (1981-88). As escolhas se pautaram no período em que esses veículos estiveram na ativa, não havendo lacunas de tempo tão espaçadas na transição de uma geração para outra. Isso auxilia na compreensão da mudança dos discursos e seus reflexos para a temática que aqui buscamos.

Mas antes de passarmos às análises do conteúdo dos periódicos, é importante contextualizar a situação histórica, política e cultural que o Brasil estava inserido e como as mudanças que ocorreram interferiram nos discursos apresentados pelos jornais. Além disso, ao compreender o contexto procura-se esclarecer ainda mais as rupturas que ocorreram na imprensa feminista e as mudanças de foco. Inicialmente, a partir da conjuntura política em que tais periódicos foram criados, é possível conceber a ênfase dada pelas militantes em algumas pautas. Os dois primeiros jornais iniciaram no governo do general Ernesto Geisel, que deu início à transição para um processo democrático que, segundo ele, deveria ocorrer de forma “lenta, gradual e segura”.

Apesar de decretarem o abrandamento da ditadura no país, o período de governo de Geisel ainda estava longe de um processo democrático, tendo a censura e a perseguição às militantes de esquerda como decorrência. Somente em 1978, com o fim de seu governo, que Geisel revogará o AI-5 e preparará o país para uma abertura política, assinando em 1979 a Lei de Anistia e permitindo a criação de novos partidos políticos. Houve ainda, em novembro de 1979, a abertura para eleições diretas para governador dos estados.<sup>30</sup> Dentro de tal cenário, foi dada a largada para a articulação de partidos de oposição, fazendo com que esses, que antes tinham que agir na surdina, passassem a ter abordagens mais presentes e efetivas. O reflexo disso pôde ser sentido na própria imprensa feminista, como mencionado acima, que, a partir da regulamentação dos partidos, tiveram suas militantes partidárias cada vez mais buscando utilizar o veículo como forma de propagação de ideais políticos, como é o caso do *Brasil Mulher*. Além disso, os periódicos feministas não eram barrados pela censura, então, quando essa acaba, não há tanta necessidade de utilizar tal meio para burlar as limitações impostas.

---

<sup>30</sup> Em 1972, foram restauradas as eleições diretas para senadores e prefeitos, menos para as capitais do país. Porém, o governo militar aplicava algumas artimanhas que deslegitimavam o caráter democrático de tais eleições diretas, principalmente no caso de senadores. A fim de conter o crescimento da oposição no senado que aconteceu a partir das eleições de 1974, em 1977, Ernesto Geisel anunciou o Pacote de Abril que consistia em algumas mudanças que beneficiavam o governo. Dentre elas estavam: o aumento do colégio eleitoral de estados menores, onde a ARENA predominava; estabeleceram a campanha surda-muda, fazendo com que o candidato só pudesse apresentar uma foto 3x4 e um resumo do currículo; e, decretaram que 1/3 dos senadores seriam definidos pelo Presidente da República e através de eleições indiretas.

Apesar dos indícios de abertura democrática, o país ainda vivia sob a tutela dos militares. Dessa forma, movimentos pedindo o fim do regime militar no Brasil se multiplicaram e ganharam ainda mais força em 1983 com a campanha a favor das “Diretas Já!”, que lutavam pelo retorno das eleições diretas para presidente no país. Mesmo com a mobilização de grande parte do país, as eleições para a presidência só vieram ocorrer no ano de 1989. Mesmo com a saída dos militares do poder em 1985, o Brasil viu seu primeiro presidente pós-ditadura ser eleito através do voto indireto. Isso refletirá diretamente no *Mulherio*, que mesmo tendo um afastamento das discussões políticas se comparado aos dois anteriores, frequentemente abordava temáticas referentes a situação política do país.

No contexto social, as relações entre os sexos passaram por uma grande mudança com a aprovação do divórcio no Brasil, em 1977. Anterior a lei, os casais brasileiros poderiam interromper seus deveres conjugais através do pedido de “desquite”, o que permitia ao casal deixar de viver no mesmo lugar e até mesmo separar seus bens, porém sem rompimento do vínculo matrimonial. A partir de 1977 a lei passou a permitir um novo casamento aos divorciados, fazendo com que o “desquite” se tornasse o que hoje é chamado de “separação”, um estágio para a obtenção do divórcio. Só com a constituição de 1988 as pessoas puderam se casar e se divorciar o quanto desejassem.

A violência contra a mulher, dando destaque à violência doméstica, também veio a ser tema recorrente nos debates feministas e na sociedade, ganhando a atenção da mídia a partir do assassinato da socialite Ângela Diniz, que mobilizou os movimentos feministas a protestarem pela condenação de seu assassino. No caso de Raul Fernando Street, conhecido popularmente como Doca Street, sua condenação se sucedeu devido ao assassinato de sua companheira, Ângela Diniz, em 1976. Veio a julgamento em 1979 quando foi dado a ele somente dois anos de prisão em liberdade, por ser considerada uma ação em legítima defesa da honra, recurso jurídico utilizado quando se alega que o cônjuge cometeu o crime devido a traição de sua parceira. Fora isso, a defesa usou de artimanhas para proteger Street, alegando que o comportamento da vítima era inadequado para uma mulher “direita”.

O caso repercutiu de tal maneira que fez com que muitas feministas brasileiras se organizassem a fim de protestar pela condenação do criminoso e trazer a violência contra a mulher como uma das grandes causas do movimento. Mesmo tendo o apoio inicial de uma grande parcela da sociedade, saindo como o “herói” que ”lavou” sua honra, Doca Street não teve sorte no segundo julgamento. Dessa vez, com as manifestações feministas com o slogan

“quem ama não mata” fizeram barulho a ponto de mudarem os rumos do assassino, que, em 1981, foi condenado com 15 anos de pena de reclusão (ACERVO FOLHA, 2016).

No mesmo ano, o cantor Lindomar Castilho foi acusado de assassinar sua ex-mulher devido a uma desconfiança de que esta estava tendo um caso com seu primo. Foi acusado de homicídio qualificado por motivo fútil, porém recorreu e conseguiu retirar o “motivo fútil”, pois o relator compreendeu que ciúme não é considerado uma causa superficial. Em 1984, três anos após o crime, o cantor foi a julgamento. O caso teve tanta repercussão que mobilizou protestos de feministas brasileiras na porta do fórum novamente, exigindo que o cantor fosse punido pelo crime cometido. Havia também um grupo que se denominava como “os machistas” que estavam ali para ofender e atacar as mulheres que protestavam. Castilho foi considerado culpado, tendo que responder pelo crime de homicídio qualificado pela impossibilidade de defesa da vítima, com pena de 12 anos de prisão (SERPONE, 2011).

Nos dois casos, as mobilizações das feministas foram cruciais para as condenações dos assassinos e também para a revisão de algumas leis tradicionalmente machistas que ainda consideravam a mulher como propriedade do homem, dando a esse o direito até de decidir sobre sua vida. Apesar das resoluções dos casos acontecerem após o fim do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, ambos buscaram abordar a violência doméstica. Já *Mulherio*, devido também a seu período de nascimento, trará a pauta com bastante destaque, narrando, inclusive, alguns acontecimentos nos protestos. As condenações, sem dúvidas, foram uma das grandes conquistas dos movimentos feministas brasileiros.

Quanto aos meios de comunicação, esses passaram a propagar algumas ideias provenientes dos movimentos feministas em muitos países, incluindo o Brasil. A nova posição das mulheres no mercado de trabalho se tornou assunto na grande mídia, sendo celebrada através de filmes, programas de televisão, de rádio, etc, que acabaram trazendo à tona discussões que já ocorriam no âmbito feminista, mas que agora invadiam as casas de grande parte das mulheres.

Películas como *Presente de Grego* (1987), dirigido por Charles Shyer, e *Uma Secretária de Futuro* (1988), por Mike Nichols, começaram a retratar a figura feminina em um âmbito de trabalho, trazendo novos modelos de identificação para as expectadoras que fugissem à regra da dona de casa ou da mocinha dependente. Antes desses, outro filme que estremeceu a hegemônica figura feminina maternal e feliz com o casamento foi *Kramer*

*versus Kramer* (1979), dirigido por Robert Benton, que trouxe novas discussões acerca do papel social feminino.

No Brasil, vários discursos feministas também foram abordados na mídia. Temas como a sexualidade feminina passaram a ser discutidos nas manhãs da TV Globo. Em 1980, comandado por Marília Gabriela, entra no ar o *TV Mulher*, que em pleno regime ainda ditatorial trazia uma sexóloga, Marta Suplicy, que ousava falar nas manhãs das donas de casa de todo o país sobre prazer feminino através de um vocabulário claro e explícito.

Além desse, a emissora tinha levado ao ar em 1979 a série *Malu Mulher*. Protagonizada por Regina Duarte, a obra narrava o cotidiano de Malu, uma mulher recém-divorciada que procurava ganhar a vida sem o apoio masculino, subvertendo as “mocinhas” apresentadas pela emissora até então e interpretadas pela mesma atriz. Seu caráter era tão transgressor que fez com que a série chegasse a ter até um episódio barrado pela censura. Teve duração de quase dois anos, chegando ao fim em 1980.

Ainda na mesma emissora, também em 1979, foi ao ar o especial *Mulher 80*, que reuniu grandes cantoras e compositoras da MPB do período. Buscando homenagear a mulher, o programa reunia números musicais e depoimentos das artistas acerca dos papéis femininos que competiam às mulheres na sociedade brasileira. Nomes como Elis Regina, Rita Lee, Gal Costa, Zezé Motta, Joanna, Maria Bethânia, Marina Lima, Simone e Fafá de Belém participaram do especial, que teve ainda a participação da atriz Regina Duarte, que no momento protagonizava o seriado *Malu Mulher*.

Todos esses programas acabaram por popularizar discursos muitas vezes encontrados na própria imprensa feminista. Além disso, demonstram como as questões acerca do gênero, das especificidades das mulheres, vieram à tona a partir dos anos 1980, tanto na mídia brasileira tradicional quanto na alternativa.

Isso posto, fica mais claro perceber o contexto histórico em que cada jornal circulou e como isso se refletirá em suas temáticas. Iniciaremos narrando a trajetória dos veículos analisados, seguido de uma breve análise de suas ideologias propagadas a fim de conseguir esmiuçar sua postura perante a aparência feminina. Logo após esse momento, passaremos às análises acerca da temática.

#### 4.1. PRIMEIRA GERAÇÃO: *BRASIL MULHER* (1975-80) E *NÓS MULHERES* (1976-78)

Tendo os acontecimentos acima como pano de fundo de suas matérias, os dois jornais aqui analisados refletirão, principalmente, as discussões políticas do período. Fundado em 1975, na cidade de Londrina no Paraná, o *Brasil Mulher*, nosso primeiro veículo analisado, é o primeiro jornal feminista produzido no Brasil. Tendo como editora inicial Joana Lopes<sup>31</sup>, juntamente com mais sete mulheres, que logo se tornaram vinte e cinco, já em sua terceira edição contou com a criação de um órgão responsável pela publicação, denominado Sociedade Brasil Mulher<sup>32</sup>.

Segundo Amelinha Teles e Rosalina Leite<sup>33</sup> (2013), ambas participantes efetivas da produção do BM em sua segunda fase, suas primeiras edições foram patrocinadas por um financiamento conseguido por Terezinha Zerbini, através do Movimento Feminino pela Anistia, do qual era fundadora. Porém, logo ele passou a ser financiado com a contribuição de suas militantes e suas vendas autônomas em algumas poucas bancas.

A periodicidade do veículo tentou se manter de forma bimestral, mas devido as dificuldades financeiras e as divergências entre a equipe, isso acabou não se concretizando. Ao todo, o jornal teve 17 números e três edições extras, que foram de outubro de 1975 a março de 1980. As edições do veículo oscilavam entre 5 mil a 10 mil exemplares (LEITE; TELES, 2013). Ilustrado com fotografias e contendo páginas em preto e branco, o jornal possuía circulação nacional e podia ser comprado em algumas bancas, por assinatura, em livrarias e pelas mãos das realizadoras (CARDOSO, 2004).

Inicialmente, o BM tinha como intenção propagar a luta pela anistia que já vinha sendo feita por Therezinha Zerbini<sup>34</sup> através do Movimento Feminino pela Anistia. Segundo

---

<sup>31</sup> Joana Lopes nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, mas logo na adolescência se mudou para São Paulo. Atuou como professora e arte educadora, onde acreditava ser uma forma de luta contra a opressão militar. Se mudou para Londrina, Paraná, quando percebeu que as coisas por ali estavam mais calmas, pois considerava que a cidade tinha se tornado um centro para os que estavam fugindo das perseguições militares. Começou a atuar como jornalista na Folha de Londrina, começando ali a se tornar figura mal vista pelo regime o que, provavelmente, a faz retornar para São Paulo logo no primeiro número do *Brasil Mulher*. (DEBERTÓLIS, 2002)

<sup>32</sup> Esse órgão era composto pelas mulheres que trabalhavam no jornal. Não fica muito claro quem são todas essas mulheres, pois algumas apareciam com nomes trocados devido a perseguição que sofriam no período ditatorial. Outro fator importante é que tais nomes eram mutáveis.

<sup>33</sup> Também atuou ativamente na segunda fase do *Brasil Mulher*. Atualmente é Profa. Dra. na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<sup>34</sup> Therezinha Zerbini era envolvida na política desde o governo de Getúlio Vargas e passou a atuar na resistência contra a ditadura. Foi presa por ter auxiliado Frei Tito a encontrar um sítio para realizar o Congresso da União

Tamião (2009), as divergências existentes na produção do jornal iniciaram logo cedo, pois para Zerbini, o veículo deveria se pautar na luta pela anistia, que poderia se ampliar para a situação política do período. Porém, Lopes buscou introduzir um debate feminista, o que fez com que sua colega se afastasse da produção do jornal, causando assim a primeira tensão entre as participantes<sup>35</sup>.

A segunda ruptura ocorreu com a saída da fundadora, Joana Lopes. De acordo com Cardoso (2004), a cisão se deu por problemas de natureza política. O crescimento de uma ala esquerdista na Sociedade Brasil Mulher fez com que, em votação, essas mulheres filiadas a partidos ou movimentos de esquerda assumissem o comando do jornal e aproximassem o BM das questões de classe, dos temas que interessavam a todos, homens e mulheres, fazendo com que a saída de Lopes acontecesse. “As militantes que fizeram parte deste segundo momento do *Brasil Mulher*, presentes nos editoriais, são: Madá Barros, Rosalina Santa Cruz, Rosa Guillon, Amelinha de Almeida Telles, Ângela Borba e Iara Prado.” (TAMIÃO, 2009, p.32).

As pautas abordadas na publicação refletem a mudança de foco do jornal dentro dessas rupturas. Inicialmente, o jornal se voltava para as temáticas referentes à luta pela anistia, a situação política do país e as opressões gerais que as mulheres das camadas populares sofriam. Essas, inclusive, serão o público alvo da publicação até o seu fim. Mesmo com a saída de Zerbini, o BM não abandona suas publicações referentes à luta pela anistia e contra o regime ditatorial do governo militar.

Porém, com a saída de Lopes, a partir do número 8 podemos destacar que as questões de classe se evidenciaram, fazendo com que as temáticas em torno do trabalho e da opressão da mulher trabalhadora predominassem em suas edições (CARDOSO, 2004). Anterior à ruptura, mais especificamente até o número 6, o jornal mantinha algumas colunas fixas como: Editorial; Anistia; Os Fatos Estão Aí; Educação; Trabalho; Rosa dos Ventos; Arte e Comunicação; Brasil Correio, tendo outras temáticas frequentes como saúde da mulher, emancipação feminina, economia. Com a cisão, a partir do número oito já não se tem as

---

Nacional dos Estudantes e, com isso, foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Em 1975 funda e lidera o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) que em 1978 foi ampliado com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Therezinha continuou no cenário político atuando na refundação política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao lado de Leonel Brizola e, depois, na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2018).

<sup>35</sup> Segundo relatos, Therezinha Zerbini concedia pouquíssima importância a luta feminista (MORAES, 1990). Através das leituras percebemos que Zerbini já tinha se afastado do jornal, de maneira geral, antes do número sete. Porém, mantinha suas publicações que propagavam a causa da anistia, o que a fazia com que seu nome permanecesse no corpo editorial até o número citado.

colunas fixas e as pautas são dispostas livremente destacando as questões trabalhistas e de classe.

O posicionamento do jornal acerca das questões de gênero não são tão claras. No primeiro editorial, o da edição de número 0, o texto inicia declarando: “Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres”<sup>36</sup>. Baseando-se em um feminismo da igualdade entre homens e mulheres, as militantes consideravam que, para isso, o homem deveria se interessar também pelas causas femininas, a fim de lutarem em conjunto contra toda a opressão sofrida dentro do sistema.

Consideravam também que a luta feminina não poderia se distanciar das causas gerais, pois só a partir da ruptura com um sistema capitalista a mulher conseguiria se emancipar da tutela patriarcal. No número 7 conseguimos visualizar o que já foi mencionado sobre a aproximação entre as ideias do jornal com a esquerda brasileira do período.

A luta pela emancipação da mulher não está em nenhum momento desvinculada da luta pelas soluções dos problemas mais gerais da sociedade. (...) O desenvolvimento da sua consciência e participação significará o aumento das forças que trabalham para a construção de uma sociedade na qual os trabalhadores e demais setores oprimidos tenham seus interesses atendidos e não haja lugar para qualquer tipo de opressão.<sup>37</sup>

Em outro momento, na edição de número 9, também é possível perceber tal aproximação.

O feminismo é uma ideologia burguesa porque muda o verdadeiro inimigo das mulheres — o Capitalismo — num inimigo imaginário — o homem, provocando portanto, mais danos que benefícios às mulheres. Em suma é uma besteira que devemos condenar’. Essa é a análise feita pelo jornal soviético ‘a Classe Operária e o Mundo Contemporâneo’ a respeito do Movimento Feminista Ocidental. É a primeira vez que a imprensa soviética se pronuncia sobre o Feminismo, até aqui ignorado por completo.<sup>38</sup>

O trecho acaba se tornando um pouco nebuloso sobre o pensamento das editoras acerca do feminismo. Ao mesmo em tempo que o jornal se declara como um jornal feminista – postura essa que foi assumida gradativamente – não vemos no trecho acima nenhuma crítica à postura soviética, da mesma forma que também não é perceptível um apoio. Porém, se a ideia era ser um veículo que propagasse os ideais feministas, não tecerem uma resposta ao comentário do governo soviético ressoa como uma concordância a tal afirmação.

<sup>36</sup> “Editorial” in *Brasil Mulher*, nº 0. Londrina, outubro de 1975.

<sup>37</sup> “Editorial” in *Brasil Mulher*, nº 7. São Paulo, junho de 1977.

<sup>38</sup> “Rosa dos ventos” in *Brasil Mulher*, nº 9. São Paulo, outubro de 1977.

Elizabeth Cardoso define bem como o jornal exemplificou os problemas dentro do feminismo brasileiro: “O Brasil Mulher (...) traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980” (CARDOSO, 2004, p.43). E foi justamente essa disputa entre feminismo e militância de esquerda que levou o *Brasil Mulher* à decadência, divulgando seu último número em 8 de março de 1980. As militantes de esquerda, a partir desse período, podiam se reorganizar nos partidos e usar de outros veículos que anteriormente eram censurados. A partir disso, acreditamos que o interesse no jornal acabou se perdendo, pois não era mais uma das poucas fontes de informação em que a esquerda poderia atuar.

O nosso outro objeto de estudo também debate as problemáticas femininas por um viés esquerdista, porém, se posicionando desde a sua primeira publicação como um jornal feminista. O *Nós Mulheres* nasceu com ideais semelhantes aos do BM, o que fez com que se pensasse até em unificação dos dois jornais. Maria Lygia Quartim de Moraes<sup>39</sup>, militante e uma das fundadoras do jornal, em sua obra “A experiência Feminista dos Anos Setenta” explica os motivos que fizeram os dois jornais seguirem percursos separados.

Na realidade, após a comemoração do 8 de março, o grupo *Nós Mulheres*, em plena preparação do seu primeiro número, reuniu-se para discutir se não valeria a pena propor uma unificação com o *Brasil Mulher*. Pois do momento que Joana Lopes assumia o feminismo como bandeira, o jornal ampliava-se para além dos limites impostos pela luta a favor da anistia (...). (MORAES, 1990, p. 27-28).

Porém, apesar dos objetivos parecidos, os grupos responsáveis pela publicação eram compostos de forma distinta. Ela destaca que Joana Lopes as explicou que o BM era composto por um grupo de 4 ou 5 amigas mais maduras, que enfrentaram períodos muito duros e já tinham o costume de trabalhar juntas, além de serem jornalistas profissionais com uma intenção bem definida. Já as militantes do NM compunham um grupo mais anárquico, que viria a se denominar mais tarde como Associação de Mulheres, composto por 18 mulheres que se consolidaram como conselho editorial, sendo esse número mutável durante sua existência<sup>40</sup>. Segundo Moraes, não tinham uma diretoria ou hierarquia, ficando todas as produtoras responsáveis pelas publicações. “As matérias não eram assinadas e o mesmo texto

---

<sup>39</sup> Atualmente, Maria Lygia Quartim de Moraes é professora titular da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas - desde 2004. Na mesma instituição, atua como pesquisadora no Pagu - Núcleo de Estudo de Gênero da UNICAMP e no Grupo "Família, Gênero e Sociedade" do CNPq. Em 1978, enquanto ainda escrevia para o *Nós Mulheres*, Moraes ingressou no Doutorado em Ciências Políticas da USP – Universidade de São Paulo.

<sup>40</sup> 14 caminharam juntas até o número 6 e a partir do 7 é possível falar de 10 mulheres estáveis que compõem o corpo editorial. A sua maioria eram acadêmicas.

poderia ser feito n vezes” (MORAES, 1990, p.25). Porém, o jornal possuía sempre uma jornalista responsável por cada edição.

O primeiro número é assinado por Mariza Corrêa como a jornalista responsável pela publicação. Em seu texto “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, Corrêa revela:

Fui a jornalista responsável pela publicação, pois era a única das mulheres que possuía registro como jornalista profissional mas, de fato, fazíamos um trabalho coletivo. As matérias não eram assinadas e sua publicação era sempre precedida de uma discussão geral, em que todas davam palpites sobre a sua forma final (CORREA, 2001, p. 17).

O grupo também possuía um corpo editorial mais jovem que as mulheres do BM. A idade média das participantes era 26 anos, chegando a mais nova a ter 17 anos (MORAES, 1990).

O jornal, editado na cidade de São Paulo, estreou em junho de 1976 e teve um período de duração menor, encerrando suas atividades em junho de 1978. Ao todo foram 8 edições em preto e branco, com fotografias e ilustrações, com periodicidade variável, sendo grande parte do tempo bimestral. Não possuíam nenhum financiamento de alguma instituição, contando com o trabalho voluntário da equipe e, apesar dos custos serem só com papel e impressão, ainda assim eram altos, necessitando de doações de pessoas físicas como Ruth Escobar, Elis Regina e outros anônimos (MORAES, 1990).

Sua circulação era nacional, podendo ser adquirido através de assinaturas ou pelas mãos das colaboradoras. “Durante um longo tempo, inclusive, éramos obrigadas a vender uma cota mínima que, não raras vezes, acabava sendo paga por uma de nós” (MORAES, 1990, p. 25).

Sobre sua abordagem, o NM, desde o seu primeiro editorial, se declarava como um jornal feminista. O tom do jornal é realmente mais voltado para as questões de gênero, ainda que amparadas também por bandeiras políticas esquerdistas<sup>41</sup>.

NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto, não

---

<sup>41</sup> Segundo Tamião (2009), as militantes eram provenientes de partidos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares) e o Vanguarda Popular Revolucionária (VRP)<sup>89</sup>.

separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.<sup>42</sup>

Dessa forma, seu discurso se aproxima deveras do *Brasil Mulher*. Moraes destaca que devido aos jornais feministas não estarem sob censura prévia, era possível, portanto, utilizar os veículos como forma de denúncia de problemas sociais e políticos, buscando propagar material de outros jornais da esquerda que estavam na mira da censura, como era o caso do *Movimento*<sup>43</sup>.

Os ideais do BM e do NM eram tão próximos que, apesar de não terem se fundido, cooperaram em diversos aspectos. Escreveram editoriais juntos, assim como assinaram cartas e edições extras do BM. Ambos indicavam que suas leitoras buscassem ampliar as leituras adquirindo o jornal parceiro, como forma de divulgação dos veículos.

O público-alvo do jornal também era a mulher trabalhadora. Inclusive, este foi um dos pontos de destaque que Maria Lygia Moraes relata em sua obra. Para ela, uma das grandes problemáticas do feminismo brasileiro era que as militantes não se assumiam como um sujeito oprimido também, preferindo focar em ser porta-voz das trabalhadoras em geral. Dessa forma, acabavam realizando um jornal que não as representava, sendo as próprias criadoras, sujeitos à parte de uma publicação cujo título era “Nós Mulheres”.

Com dificuldade cada vez maior em fixar objetivamente sua leitora, *Nós Mulheres* (e o *Brasil Mulher* com muito mais intensidade) transformou-se em um jornal no limbo. Em outras palavras, nenhuma bandeira específica era levantada, pois as reivindicações que fazíamos ou apareciam na forma de denúncia (falta creche: pois nunca se discutiu ‘que tipo de creche’) ou diziam respeito a condições gerais da vida (terra a quem trabalha; combate à alta do custo de vida, etc.) ou, então, eram completamente doutrinárias (‘socialização do trabalho doméstico’). Nenhuma luta específica (...) era proposta, mas, em compensação, introduzimos a questão da ‘autonomia do movimento de mulheres’ exatamente como estava sendo feito na França e na Itália (MORAES, 1990, p. 30).

Além disso, Dulcília Buitoni (1981) destaca que esse jornalismo não era praticado pelo povo em si, fruto de uma comunidade ou de um movimento operário, mas caracterizado por ser de cima para baixo, afinal, as mulheres que o realizavam não tinham a vivência abordada nas páginas dos periódicos. Era uma espécie de reconhecimento de uma realidade,

<sup>42</sup> "Editorial" in *Nós Mulheres*, nº 01. São Paulo, junho de 1977.

<sup>43</sup> Assim como *O Pasquim* e *Opinião*, foi um dos principais jornais da imprensa alternativa no período ditatorial. Tendo como diretor editorial o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, o jornal era editado na cidade de São Paulo e durou até 1981. Com seu material frequentemente confiscado pela censura, *Movimento* se apoiava nos movimentos populares e tinha um caráter de denúncia.

mas que, por mais que tenham resquícios de paternalismo, ou até mesmo doutrinação como pontua Moraes, não se resumem a uma atitude assistencialista.

Observando o direcionamento que o jornal estava tomando, restringindo a leitora somente às temáticas econômicas e materiais, o NM resolveu se aproximar das questões de gênero e a se incluírem, finalmente, como mulheres oprimidas socialmente. Ao contrário do BM que se aproximou das questões de classe, o NM, a partir do seu número 5, permitiu-se abrir para novas discussões e falar para mais mulheres.

Neste sentido, preconizava a mudança da linha editorial, tendo em vista a leitora ‘potencialmente’ feminista: ‘Ademais, encontraremos apoios a esta linha editorial entre outras camadas e classes: nós mesmas somos exemplo disso (há alguma operária?). Assim, trata-se de poder atender às aspirações de leitura de um setor muito importante na luta feminista, tal como as estudantes, intelectuais, assalariadas das camadas médias e da pequena burguesia, etc’ (MORAES, 1990, p. 33).

Porém, o jornal só teve mais 3 números após a ideia de ampliar seu público, indo até o número 8. Não fica muito clara a motivação que encaminhou o fim do veículo.

Esclarecendo uma breve trajetória e seus ideais políticos, passemos agora para analisar de que forma o vestuário e a aparência feminina apareceram na imprensa feminista brasileira da primeira geração. Para conhecer esses discursos, foi necessário esmiuçar os jornais em busca do assunto, analisando também, de forma geral, suas capas.

#### 4.1.1. *Brasil Mulher*

Quando iniciamos a leitura do *Brasil Mulher*, primeiramente, buscamos nos títulos das reportagens ou colunas se havia algo destinado à temática que buscávamos. Dos 16 números, juntamente com os 3 extras, não foi encontrada nenhuma matéria que destacasse o vestuário ou a aparência feminina. Sendo assim, partimos em busca de comentários pontuais em reportagens ou nas cartas das leitoras, a fim de conhecermos o pensamento dessas mulheres acerca dos temas escolhidos para o trabalho.

Na edição de número 1, podemos encontrar, na página 5, na coluna “Os Fatos estão aí”, um pequeno comentário tecido pelo jornal sobre a empresa de cosméticos AVON. Em

“Avon: mais cremes, menos salário”, a redação do BM denuncia que “Enquanto a AVON – maior casa de cosméticos do mundo – promove a valorização da mulher para lhe vender mais batons e cremes (...)”<sup>44</sup> as funcionárias da empresa em Roma estavam sem receber seus salários.

A denúncia levantada pelo jornal é interessante ao passo que desmistifica uma prática utilizada pela indústria da beleza dos anos 1960 em diante, como já destacada no capítulo anterior através do trabalho de Denise Sant’Anna (1995, 2014). A autora destaca que a partir desse período, a indústria incorporou um discurso feminista acerca do prazer feminino para vender produtos com a promessa de um hedonismo, um maior cuidado de si. O ato de se embelezar tomou uma nova proporção, deixando de lado uma luta somente contra a “feiura”, passando para algo necessário para a intimidade da mulher para consigo mesma. Renegar esses cuidados prometidos por esses cosméticos seria como privar-se de algo que é bom para você.

Dessa forma, a crítica do jornal busca alertar as mulheres que por trás desse slogan de valorização de si, logo, valorização das mulheres, afinal eram o público alvo dos produtos, a empresa acabava não seguindo nenhum preceito feminista. Encorajava mulheres a se “valorizarem”, como se isso fosse uma forma de ganharem poder e autonomia, mas não as pagava com salários iguais aos dos homens que também trabalhavam na fábrica, enfraquecendo suas condições financeiras e dificultando sua autonomia, indo contra uma das principais pautas do feminismo do período.

No número 2, também na sessão “Os Fatos estão aí”, as jornalistas destacam, na pequena reportagem “O que a mulher faz na publicidade ou a publicidade faz da mulher”, como a publicidade se apropria da imagem feminina reforçando padrões vigentes que não correspondem à crescente presença feminina em diversos novos setores como o do trabalho, além de sua participação nas tarefas domésticas e na educação dos filhos. Através de um estudo de Rubens da Costa, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, que buscou analisar 620 anúncios publicitários, concluiu-se que:

(...) 10% tratavam a mulher como objeto sexual; em 30% dos casos, a mulher participou da mensagem como elemento decorativo do produto, enquanto 20% destacaram a mulher como a dona de casa e mãe; finalmente apenas 10% dos anúncios mostraram a mulher desempenhando uma função profissional.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> “AVON: mais cremes, menos salários” in *Brasil Mulher*, nº 1. São Paulo, dezembro de 1975.

<sup>45</sup> “Os Fatos estão aí” in *Brasil Mulher*, nº 2. São Paulo, 1976.

Percebe-se, portanto, que, para a publicidade retratar com fidelidade a mulher, deveria destacá-las em seus novos espaços sociais, como a entrada em massa das mulheres no mercado ou de seus trabalhos efetivos que fazem parte da sua dupla jornada de trabalho. Não mencionam que a publicidade, como importante veículo de propagação de padrões de beleza, poderia ser utilizada para a ruptura com esses papéis vigentes, trazendo à tona mulheres reais que fogem ao estereótipo amplamente propagado. Posicionamento esse que elas mesmas fazem no jornal, ao exaltarem em suas capas algumas destas mulheres que não encontramos na mídia, mas a todo o momento em nosso cotidiano.

Na página 15 do mesmo número há uma entrevista de página inteira com a dramaturga Leilah Assumpção. Conhecida nacionalmente por suas peças, Leilah também foi manequim por um período para o famoso costureiro brasileiro, Denner. Sobre essa fase de sua vida, Leilah conta muito brevemente na entrevista. As jornalistas do BM destacam na chamada: “Leilah Assumpção também já foi manequim profissional. E sobre essas duas vivências ela conta, revivendo, revendo. Dos tempos de passarela, Leilah fala pouco. Mas como intelectual – e mulher – ela tem muito a dizer”.<sup>46</sup>

O trecho é interessante ao percebemos um menosprezo pela fase manequim da dramaturga. Destacam que Leilah fala pouco sobre sua vivência da passarela, o que acaba ficando obscuro se foi uma escolha da própria ou das entrevistadoras que acharam essa parte menos importante. Além disso, deixam claro que, como manequim, Leilah cumpria uma função menor, como se fosse um período de transição para a glória que esta teria ao se consagrar como mulher intelectual, tendo agora muito mais bagagem para depor sobre sua vivência feminina.

Na sessão “Os Fatos estão aí” do número 5, encontramos um comentário sobre as divergências de opinião acerca do movimento feminista. As jornalistas expõem dois depoimentos que criticam o feminismo e, mais uma vez, não respondem a esses comentários, deixando vago se elas concordam ou não com tais palavras. Um dos comentários, da manequim Cidinha Silva, menciona que:

os homens estão procurando uns aos outros, porque não encontram na mulher aquela feminilidade de antigamente. Ela está querendo acabar com a posição do homem. Não sei o que as **feministas** querem, mas sei que o homem não

---

<sup>46</sup> “Censura na arte=mentira” in *Brasil Mulher*, nº 2. São Paulo, 1976.

vive sem a mulher e nem ela sem o homem. A verdade é que a mulher quando gosta, sente-se bem sendo um pouco submissa.<sup>47</sup>

É intrigante que um jornal que preza pela igualdade feminina destaque essa fala sem uma crítica ou uma evidenciação de que não corroboram com tal fala. A palavra “feministas” se encontra em destaque, o que faz com que pensemos que as editoras considerem que essa seja uma crítica somente às “feministas”, grupo que algumas das jornalistas, como já dito acima, não se incluíam. Dessa forma, não se sentiram criticadas. Porém, acreditamos que, devido ao próprio editorial inicial do jornal utilizar a frase “a época do beicinho está definitivamente acabada”, as jornalistas do BM acreditavam que o modelo de feminilidade vigente era algo que deveria ser rompido, seja por movimentos de mulheres ou movimentos feministas, se assim preferem separar.

Após o depoimento, entra a colocação de Helena Silveira, jornalista e escritora, explicando o porquê não entraria em um movimento feminista. “Entraria assim, num que fosse de **libertação dos povos**. Falar de feminismo numa terra onde o homem de uma determinada classe pra baixo não tem consciência de sua humanidade e pouco se distingue do pó onde pisa, não me deixa exaltada”<sup>48</sup>. Tendo aqui “libertação dos povos” em destaque, pontuamos que a impressão que fica é a de justamente evidenciar que este jornal pretendia que a luta de classes realmente fosse priorizada, sendo o feminismo um problema ainda a ser desvendado.

Ainda no número 5, nas páginas 8 e 9, o jornal traz uma reportagem sobre a situação das lavradoras sem terra. No centro da página dupla, a foto de uma das trabalhadoras rurais com os seguintes dizeres abaixo, em destaque:

---

<sup>47</sup> “Os Fatos estão aí” in *Brasil Mulher*, nº 5. São Paulo, 1976.

<sup>48</sup> “Os Fatos estão aí” in *Brasil Mulher*, nº 5. São Paulo, 1976.

Figura 10 "O traje de luta" in Brasil Mulher, nº 05. São Paulo, 1976.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP

O destaque do vestuário da lavradora indica a simplicidade com que esta estava vestida, devido ao uso de tecidos baratos como a chita, e sem nenhum acessório ou artifício de beleza, estampando bem a imagem feminina que era propagada nas capas dos jornais e no seu interior. Também evidencia seus elementos culturalmente tidos como femininos, como saias e cabelos longos, afirmando que esta mesma mulher que, com aparência semelhante à de milhares de brasileiras, reivindica seus direitos, apesar dos sindicatos e movimentos do período ainda serem predominantemente masculinos, dando a estas o mínimo de voz ativa.

No número 9, na página 10, nos deparamos com uma reportagem inteira sobre a representação da mulher nos jornais. As jornalistas denunciam o fato das mulheres servirem como enfeite para os veículos, não tendo seus feitos consagrados pela imprensa, a não ser quando infringem a lei. Dentre as análises que fizeram de alguns jornais que circulavam no período, chegaram a seguinte conclusão:

Para alguns jornais, para que uma mulher possa aparecer na primeira página, basta ter corpo bonito, enquanto, para outros, basta ter cometido ou ter sido vítima de algum crime, ou ainda, ser mulher de algum homem importante. Quase sem exceção, a mulher é utilizada também para embelezar os jornais.<sup>49</sup>

O que denominam como “mulher-notícia” é algo bem menos presente se comparado ao homem-notícia, sendo as imagens de mulheres colocadas, muitas vezes, somente para enfeitar as páginas. “Das 72 fotos publicadas onde apareciam mulheres, 16 não faziam qualquer referência a elas na legenda.”

Segundo a reportagem, o jornal carioca *O Dia* explorava ainda mais imagens de mulheres violentadas, trazendo-as para suas notícias só em situações violentas como quando agredidas pelos maridos, assaltadas, assassinadas, não retratando seus momentos de glória. Além de ser o veículo que mais propagou a imagem de uma “mulher-objeto”, “foram publicadas, nesse período [17 edições do ano de 1977], nada menos de 29 fotos de atrizes seminuas ou em posições eróticas”. As imagens de mulheres em posições eróticas ou com poucas roupas eram criticadas pelas militantes, pois consideravam o fato como sendo a objetificação da mulher em função do olhar masculino.

Em uma edição extra lançada em abril de 1977, o jornal resumiu em uma de suas reportagens as diversas articulações dos movimentos feministas ao redor do país devido ao dia internacional da mulher ocorrido no mês anterior. Ao citarem as mobilizações da mulher pernambucana, destacam que um jornal local, ao realizar uma série de reportagens sobre a mulher, convidou um grupo recém-fundado chamado “Sociedade Mulher do Nordeste”, para publicar uma matéria de página inteira. Além da matéria ter partes cortadas e alteradas, o jornal substituiu as fotos das mulheres trabalhadoras pela da atriz feminista norte-americana Jane Fonda, que não tinha conexão direta com a matéria.

A substituição ocorre, muito provavelmente, pelo fato da imagem de Jane Fonda ser o da mulher feminista que *performa* uma feminilidade vigente. Além disso, a atriz era também considerada um símbolo sexual, o que tornava sua imagem mais palatável para a massa, se afastando totalmente do estereótipo da feminista considerada “macha” e “feia”. Segundo Mayra Castro (1996), Jane Fonda já era utilizada em revistas destinadas ao público feminino como a *Mais*, como afirmação de que era possível ser feminista e bonita ao mesmo tempo. Estas revistas femininas da grande imprensa abraçaram as pautas feministas a partir dos anos 1970, como a sexualidade da mulher, mas no fundo, serviam mais para incorporar as

---

<sup>49</sup> “A mulher nos jornais” in *Brasil Mulher*, nº 9. São Paulo, outubro de 1977.

reivindicações em uma sociedade de consumo (BUITONI, 1981). Dessa forma, era interessante para tais veículos associarem o feminismo à imagem de Jane Fonda, pois a consideravam bonita e, claro, rentável.

A crítica das militantes do BM é bastante compreensível se analisarmos através dessa ótica de polidez da imagem da mulher feminista e também sobre trocarem as imagens das ativistas que escreveram a matéria. Porém, também é destacável que Jane Fonda estava longe de ser a imagem que as mulheres do BM acreditavam que deveria ser propagada quando o assunto era mulher que luta por igualdade, tanto que nenhuma de suas capas ou fotografias no conteúdo do jornal retratavam mulheres que sequer se assemelhavam a atriz ou a mulheres cuja beleza poderia ser considerada padrão.

Fazia parte de seus ideais alavancarem a ideia da mulher brasileira real, mas que fosse representante de camadas populares, já que as mesmas nunca eram retratadas na imprensa, nem quando escreviam suas próprias matérias. Segundo Dulcília Buitoni (1981), a imprensa alternativa, ao retratar mulheres de camadas baixas que não apareciam em revistas femininas ou mesmo jornais, representavam um avanço nos caminhos percorridos pela imprensa destinada às mulheres.

Ainda nessa edição, em uma matéria sobre os debates travados no Encontro do Dia Internacional da Mulher, na página 7, encontramos o seguinte fragmento:

Bem organizada, séria, com pessoas de diferentes classes sociais, e até vários homens, que não demonstraram em nenhum momento estarem preocupados com a quantidade de cosméticos utilizada pelas presentes. Aliás, o preço desses produtos já é uma razão suficiente para explicar porque grande parte da audiência não os utilizava.<sup>50</sup>

Nesse trecho, é perceptível a questão de classe evidenciada. As militantes destacam que os altos preços dos cosméticos já são razão suficiente para que metade da audiência não os utilizasse, como se esse fosse o primeiro motivo que levariam as mulheres a abdicarem de tais produtos. Sendo assim, evidenciam mais uma vez as condições de escassez em que vivem as mulheres operárias e trabalhadoras.

Ressaltam também, o fato de vários homens estarem presentes, sem que se importassem com esses atributos de imagem da mulher burguesa. Afinal, como um jornal que deixou claro que homens e mulheres deveriam lutar juntos pela emancipação feminina, não é de se espantar a importância dada ao pensamento masculino.

---

<sup>50</sup> “Brasil Correio” in *Brasil Mulher*, nº extra. São Paulo, abril de 1977.

Em outro momento, na página 12 de sua 16ª edição, as militantes do BM questionam a postura da cantora Vanusa em uma entrevista que ela concedeu ao jornal Folha de São Paulo.

Você disse, na Folha de S. Paulo, que não é feminista, que é feminina. Você ainda acredita no velho papo de que ser feminista é 'queimar sutiã, é se masculinizar, é esquecer o amor?' Tá bom, há quem acredite. E ser feminina, o que é? É se colocar sob a proteção dos homens, é se acomodar? Isso precisa ficar mais claro para seu público feminino. (...) <sup>51</sup>

Ao criticarem a cantora, as redatoras questionam o que é, portanto, ser feminina. Nesse momento, se recusam a se associarem a uma imagem masculinizada, mas também confrontam o que se considera feminilidade, retirando-a do contexto da aparência e associando-a diretamente com a opressão. Associam a feminilidade à subordinação, como se isso já fosse algo intrínseco, que deve ser combatido. Argumentam que ser feminista é mais do que o velho estereótipo da mulher “masculina”, mas acabam por não esclarecerem o que, pra elas, seria então a mulher feminista, deixando claro somente que a mulher feminina é o ser subordinado.

Escassas, essas passagens encontradas possibilitaram entender pouco do pensamento das mulheres idealizadoras do jornal acerca do vestir e da aparência da mulher devido ao silêncio sobre tais questões e o foco em outras que eram consideradas pautas importantes e não frívolas. As capas são outra fonte de dados importante e que podem esclarecer melhor qual era a imagem da mulher que merecia destaque para as militantes do veículo.

Ao observar as capas das edições do jornal, percebemos claramente a quem o veículo era endereçado. Das 14 capas feitas com fotografias, podemos perceber a predominância de mulheres em atividades do cotidiano das classes populares, realizando tarefas como ir à feira ou cuidar dos filhos. Estes, inclusive, também eram figuras presentes nas capas, sendo até uma delas ilustrada pela silhueta de duas crianças.

---

<sup>51</sup> “Vanusa e as mudanças” in *Brasil Mulher*, nº16. São Paulo, setembro de 1979.

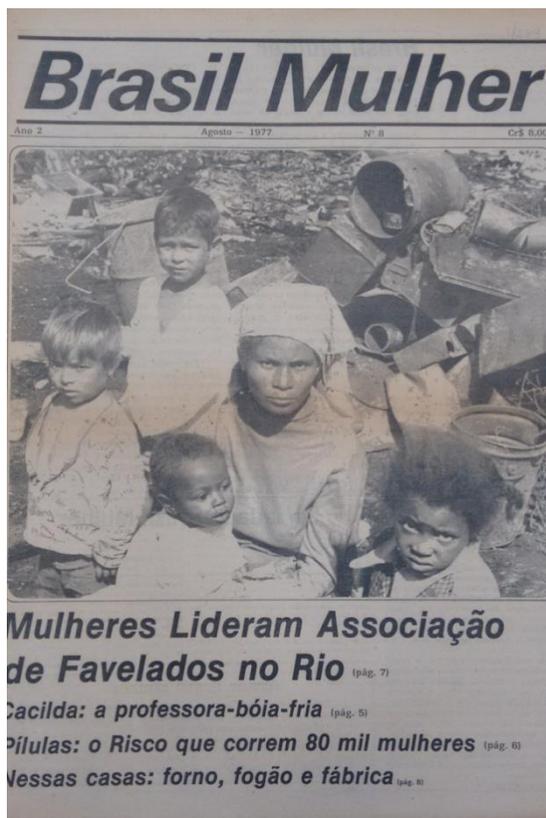
Figura 11 Capa Brasil Mulher, nº 0. Londrina, out. 1975



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Nessa imagem, apesar da brincadeira entre mãe e filho presente na fotografia aliviar o tom de denúncia recorrente no jornal em sua primeira fase, ainda é possível perceber que os cenários são sempre locais mais precários, reforçando a deficiência de recursos em que vivia grande parte da população brasileira. Essa abordagem era bastante presente, tendo algumas capas, como pano de fundo, além dos locais precários, mulheres e crianças com expressões mais sérias e famílias em situação de miséria.

Figura 12 Capa Brasil Mulher, nº 8. São Paulo, ago. 1977



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

As capas do BM se caracterizam por denunciar uma política de desigualdade, algo que não é muito possível, e nem é de interesse, de outros veículos da imprensa no geral. Assim como outros órgãos da esquerda brasileira, as militantes buscam falar em nome das retratadas, como já pontuamos com Buitoni anteriormente. Seu foco é a mulher de baixa renda a fim de reconhecerem uma realidade, mas que está deveras distante das próprias retratadas que não participavam do processo de criação do jornal e, possivelmente, não estavam entre seus leitores.

Em seus últimos números, a mulher trabalhadora rouba a cena e é possível observar mulheres em sindicatos, protestos e em fábricas. O que pode vir a ser um reflexo da mudança de direção no jornal.

Figura 13 Capa Brasil Mulher, nº 16. São Paulo, set. 1979.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP

Outro fator que também é destacável é a aparência e as vestimentas femininas. Todas as mulheres representadas nas capas vestiam roupas do seu cotidiano, além da ausência de maquiagens e outros artifícios de beleza. As capas eram compostas por mulheres que fugiam ao padrão de beleza propagada nas revistas destinadas à mulher: retratavam mulheres velhas, gordas, negras. Todas podiam ser capas do jornal que buscava, assim, exaltar as mulheres que estavam à margem da imprensa “feminina”, fugindo à regra e trazendo uma noção de representatividade deveras fiel para a operária ou a dona de casa de baixa renda.

Figura 14 Capa Brasil Mulher, nº 01. São Paulo, dezembro de 1975



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

#### 4.1.2. *Nós Mulheres*

Assim como no anterior, adotamos para o *Nós Mulheres* a mesma abordagem a fim de encontrar tais discursos. Também, da mesma forma, não encontramos nenhuma reportagem ou matéria que retratasse especificamente a temática da aparência ou do vestuário, apenas uma página com imagens publicitárias e um breve texto que será analisada mais adiante.

No número 1, na página 20, em uma reportagem denominada “Essa nêga falou!”, o jornal traz a transcrição do depoimento de Estela, integrante do grupo IPCN<sup>52</sup>, sobre a opressão sofrida pela mulher negra. Em um determinado momento, Estela, 23 anos, pontua que:

Além disso, o protótipo de beleza para ele [homem negro], não é a mulher negra, a brasileira, a mulata. O ideal é a mulher europeia, a sueca. Por mais feia que ela seja, uma loira de olhos azuis... Ao mesmo tempo, a mulher negra aspira, de modo geral, a um modelo de feminilidade que é imposto por aí.<sup>53</sup>

Nesse trecho podemos pontuar algo que, por mais que fuja um pouco da temática neste tópico abordado, é de extrema importância para entender uma vertente feminista. Aqui, percebemos que, ao abrir espaço para tal matéria, fica evidente a intenção do jornal de incluir o debate de raça em suas pautas, indo além do recorte de classe que já era destaque.

Posto isso, é compreensível a crítica por parte das mulheres negras sobre se encaixar em um modelo de feminilidade hegemônico: o da mulher branca. O padrão de beleza já é algo amplamente discutido nos movimentos feministas devido às amarras que ele causa nas mulheres em geral. A mulher negra se distancia ainda mais de um padrão hegemônico considerando sua origem. Se encaixar em um modelo de feminilidade que a imprensa impõe significaria renegar todas as suas características físicas, sendo necessário, para isso, se “embranquecerem” ao máximo.

Se a mulher branca tem um padrão de beleza a seguir nas revistas, para a mulher negra isso era inexistente no período. A imprensa feminina não as retratava, não eram capas de revistas e nem atrizes consideradas *sex symbol*. Suas referências eram, com raríssimas exceções, a da mulher branca, anulando qualquer representatividade.

No número 5, mais uma vez temos uma matéria sobre as opressões sofridas pelos negros. Dessa vez, em uma entrevista com cinco mulheres negras de distintas categorias: duas domésticas, uma estudante, uma jornalista e uma professora, o jornal buscou discutir as problemáticas que o negro encontra no país.

Em uma das perguntas feitas a essas mulheres, o NM questiona o que elas pensam do movimento Black que surgiu no Brasil. Dentre as falas de cada uma, destacamos: “(...) Mas eles estão sendo explorados por uma máfia de vendedores de discos, roupas, e virando um

<sup>52</sup> Instituto de Pesquisas de Culturas Negras, situado no Rio de Janeiro. Ainda em atuação, foi fundado em 1975 e tem como objetivo pesquisar, combater a discriminação racial e lutar por direitos mais igualitários.

<sup>53</sup> “Essa nêga falou!” in *Nós Mulheres*, nº 01. São Paulo, junho de 1976.

novo mercado de consumo.” “(...) se vestem como a classe média e a burguesia negra americana e nos intervalos das músicas, falam em inglês, quando a maioria não sabe falar inglês.” Outra participante, após ouvir essa última fala, indaga: “Mas isso acontece tanto com preto, como com branco.” E a participante, que, inclusive, pertence ao conselho editorial do NM responde: “É mais um problema de subdesenvolvimento, de falta de valores culturais. No final estão se comportando como qualquer pessoa dessa classe média (...)” Outra termina dizendo: “As coisas essenciais eles não pensam, por que estão aqui? O que é ser negro? Cabelo e roupa não quer dizer nada.”<sup>54</sup>

Percebemos aqui um descompasso do pensamento apresentado no jornal para com a própria sociedade brasileira. A efervescência de movimentos a favor da revalorização da cultura negra se iniciou nos Estados Unidos, mas logo teve suas pautas apropriadas e adaptadas pelos brasileiros. Tanto na música, com um maior destaque para artistas negros, quanto na estética, onde se passou a adotar os famosos cabelos *Black Power* e revalorizar a beleza negra, o movimento cultural e político teve um grande impacto para a juventude negra do país.

Para as entrevistadas, as roupas não são parte importantes da identidade negra, não recuperam ou acrescentam, culturalmente falando. Lendo as falas fica claro o pensamento de que a moda é somente um produto capitalista, esvaziada de conteúdo e de poder de contestação. Ao final evidenciam que a aparência não faz parte de nada que seja “essencial”, pois havia outros aspectos mais importantes que os negros deveriam se preocupar, como a libertação das amarras do capital.

O artigo “Com dinheiro na mão sem dinheiro na bolsa”, no número 3, trata da questão das mulheres que trabalham em bancos. Ao serem questionadas sobre as exigências perante a “boa aparência” nesses espaços, uma das falas menciona que os chefes exigem que elas apareçam bem penteadas, arrumadas, de unhas feitas e que isso é um problema, pois gera uma série de gastos que não conseguem ser supridos pelos baixos salários. “Porque não é possível gastar dinheiro com roupa bonita com o salário que a gente ganha”<sup>55</sup>. Sugerem até que estas deveriam ganhar mais para manter essa composição exigida pelos chefes. Tal composição, na verdade, é a caracterização da mulher burguesa que é uma aparência exigida para todas as mulheres, independente das condições financeiras destas para arcarem com isso.

<sup>54</sup> “89 anos depois” in *Nós Mulheres*, nº 05. São Paulo, junho/julho de 1977.

<sup>55</sup> “Com dinheiro na mão sem dinheiro na bolsa” in *Nós Mulheres*, nº 03. São Paulo, novembro/dezembro de 1976.

Percebemos, portanto, nesse trecho, a questão financeira sendo, mais uma vez, um problema para a aparência feminina. O trabalho feminino ainda era visto como uma função exercida para as mulheres comprarem suas “frivolidades” e não como fonte de renda para manter uma família ou ter sua própria autonomia. Dessa forma, o banco acaba por exigir uma boa aparência como algo intrínseco à mulher, mas não pretende arcar com isso, acreditando que seu salário tem destino diferente do dos homens que ali trabalham.

Assim como o BM destaca, o NM também faz esse apontamento, como se o processo de embelezamento fosse mais um gasto imposto pelo capital. Além disso, utilizam da temática para reforçar o quão baixo eram os salários femininos, sendo um peso para o orçamento final. Não apontam outras problemáticas como que tipo de penteados deveriam ser feitos, o que pode ser um sacrifício para alguns tipos de cabelo, o tempo perdido nessa arrumação, a utilização de saltos causar danos à saúde, enfim, não demonstram maior interesse na temática, preferindo focar somente nos aspectos econômicos.

No mesmo número, o jornal também traz uma entrevista com Leilah Assumpção. Dessa vez, sua profissão de manequim profissional é ainda menos investigada, sendo somente citada como um momento de sua vida. O interesse pelas possíveis opressões causadas pela profissão é nulo.

No número 6, que trará quatro momentos a serem analisados, encontramos uma crítica à publicidade que ocupa uma página inteira. É a única publicação em que podemos encontrar a temática aqui estudada com mais destaque. Cercado por imagens publicitárias e outras de mulheres “reais” feitas pelo jornal, o pequeno texto chama a atenção para a mídia como a grande responsável por alienar as mulheres, fazendo-as esquecer da existência de inúmeros corpos e belezas femininas, e principalmente, de que por trás das mulheres ditas reais se encontram ainda as mazelas da opressão sofrida.

Figura 15 "Tá na cara" in Nós Mulheres, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP

O texto é acompanhado por algumas imagens de propagandas que objetificam a mulher, colocando-as em poses reveladoras apenas com o intuito de vender o produto, sem que este tivesse qualquer vínculo ou função destinada a elas. Além disso, as jornalistas confrontam tais imagens inserindo duas fotografias de mulheres sem retoques, naturais, que fogem completamente da norma das campanhas publicitárias. É a forma que elas utilizam para chamar a atenção para a opressão que essas sofrem, mencionadas nos dizeres finais do

parágrafo “E por trás dessas imagens há força, inteligência, trabalho, miséria. E opressão”<sup>56</sup>. Ao evidenciarem essas fotografias, relembram a leitora de que a mulher oprimida segue sendo a mulher de classes mais baixas, não fazendo nenhuma menção às mulheres que foram objetificadas nas imagens publicitárias como sendo vítimas de um sistema opressor, mas ao contrário, são tratadas como fazendo parte dele.

Inclusive, as imagens destacadas no jornal seguem esse esquema. As mulheres que apareceram nas capas e no conteúdo do NM em todo o seu período de circulação, definem o posicionamento do veículo, destacando mulheres do cotidiano, trabalhadoras, humildes, de idades mais avançadas que as jovens das propagandas, e de outra origem que não seja a branca, como é corrente na mídia brasileira.

Na página 7, em um texto denominado “isso é coisa de menina”, o jornal expõe a diferença com que meninos e meninas são tratados socialmente. Em um determinado momento, utilizam como exemplo a história em quadrinhos “Luluzinha”. Nela, explicam, a personagem principal, Luluzinha, não consegue chamar a atenção do seu interesse amoroso, Raposo, por ser considerada feia. Enquanto o grande interesse dos meninos da história é Glorinha, uma garota “linda, penteada, educada, quieta e bem vestida”<sup>57</sup>.

As militantes utilizam o exemplo da aparência aqui para denunciar como a mídia em geral reforça a feminilidade hegemônica. A ideia da mulher passiva, educada, bem arrumada e dócil é propagada há anos como o modelo a ser seguido caso se deseje arrumar um marido, o que, afinal, é o destino perfeito no modelo patriarcal. A personagem Luluzinha enfrenta os meninos, Glorinha não, Glorinha está ali para o deleite. A recompensa que cada uma tem por seu comportamento é que uma não é bem vista, enquanto a outra é amada. Assim, de forma sutil para o público infantil, a menina entende o modelo a se seguir.

Ainda no mesmo número, na página 13, no texto “Sexo: pecado para as mulheres”, as redatoras salientam que a preocupação com a aparência física é algo sadio para homens e mulheres, porém, aprendemos culturalmente que os homens não precisam se preocupar com essas questões e que “(...) as mulheres deveriam passar a maior parte do seu tempo preocupadas com suas roupas, cabelo, etc... E para quê?”<sup>58</sup>. Elas mesmas respondem: para encontrar um marido e ter filhos, destino esse que é considerado o apogeu feminino. Mais

<sup>56</sup> “Tá na cara” in *Nós Mulheres*, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.

<sup>57</sup> “Isso é coisa de menina” in *Nós Mulheres*, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.

<sup>58</sup> “Sexo: pecado para as mulheres” in *Nós Mulheres*, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.

uma vez, enxergam as roupas e a aparência como algo negativo, que só gera preocupações supérfluas a fim de agradar aos homens, não vislumbrando nenhuma perspectiva positiva de utilização desta para hedonismo ou mesmo como uma forma de expressão ou subversão.

Na página seguinte, encontramos um fragmento interessante em uma carta escrita pela atriz e cantora Norma Bengell explicando seu novo LP para as leitoras do NM. Em determinado trecho, ela ressalta: “Para mim, cantar foi um reencontro com o começo, sendo que, desta vez, o refazendo feminino foi, sem truques, **sexy**. Exemplo, a foto da capa sou eu mesma, sem truques e cosméticos”<sup>59</sup>. O jornal destaca em negrito a palavra **sexy**, o que pode sugerir a conexão do sexy com a mulher sem o uso de cosméticos ou retoques fotográficos, enfatizando a sua beleza “autêntica”. Outro fator que chama a atenção é o assunto ter surgido em uma carta da cantora. Não era nenhuma matéria ou reportagem do jornal, mas sim uma temática incluída por Norma.

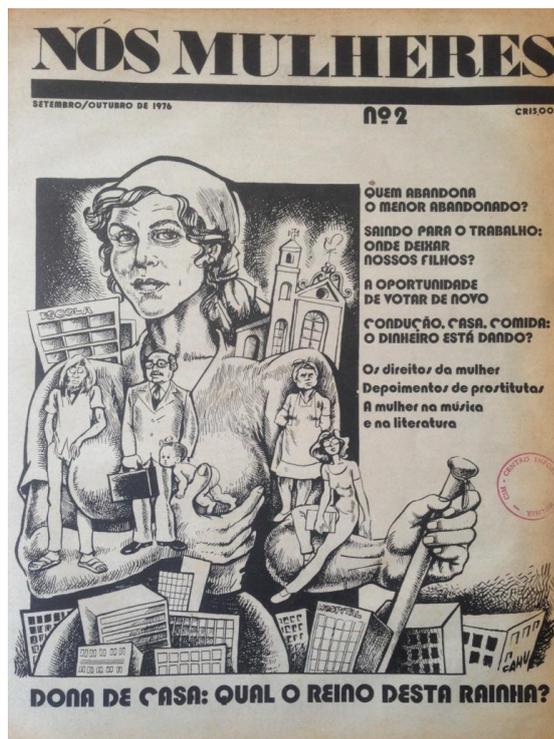
Sobre as capas do *Nós Mulheres*, as sete edições com fotografias ou ilustrações<sup>60</sup>, se assemelham às capas do *Brasil Mulher*. A diferença é o fato da maioria das edições do NM serem ilustradas, contendo fotografias em somente três capas. As ilustrações destacam mais as figuras femininas, não tendo crianças com tamanha frequência como no anterior.

---

<sup>59</sup> “Quem canta seus males espanta” in *Nós Mulheres*, n° 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.

<sup>60</sup> A oitava edição não possuiu uma capa com fotos ou ilustração, mas sim com o resumo das principais reportagens.

Figura 16 Capa Nós Mulheres, nº 02. São Paulo, setembro/outubro de 1976



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP

O tom de denúncia também é presente no jornal, sendo as capas com fotografias representando mulheres negras e pobres.

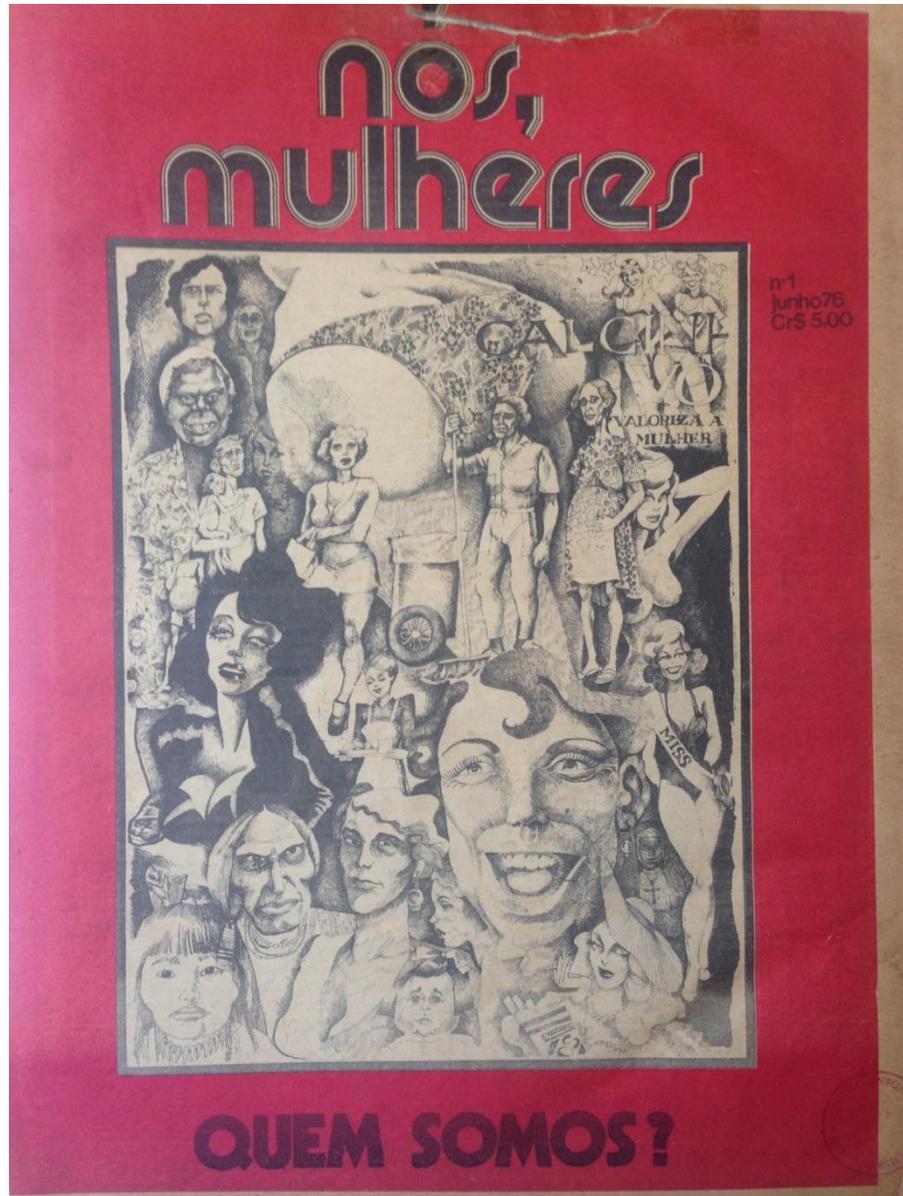
Figura 17 Capa Nós Mulheres, nº 06. São Paulo, agosto/setembro de 1977.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Porém, escolhemos para destacar aqui a primeira capa do jornal. No número 1, o NM traz uma ilustração com diversos tipos de mulheres, desde a operária a miss.

Figura 18 Capa Nós Mulheres, nº 01. São Paulo, junho de 1977



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Devido a sua proposta de falar para todas as mulheres, percebemos, pela capa, a ideia principal. Porém, ao analisarmos as páginas do veículo, fica evidente que a mulher-assunto não engloba todas da capa, fixando na mulher de baixa renda e trabalhadora como seu principal objeto. Apesar de aparecerem na primeira capa, a miss ou a garota nua da propaganda não foram lembradas como símbolos da opressão patriarcal.

Tanto em *Nós Mulheres* quanto no *Brasil Mulher* parece que há uma procura por legitimidade junto ao público. Buscavam trazer à tona as questões referentes à pobreza da população que eram unânimes em um país que sofria com a alta inflação e a desigualdade social. Dessa forma, conseguiam romper com a ideia de que tais publicações eram frutos de mulheres burguesas fora da realidade.

#### 4.2. SEGUNDA GERAÇÃO: *MULHERIO* (1981-88)

De acordo com Cardoso (2004), a segunda geração da imprensa feminista no Brasil é marcada pelo afastamento dos partidos de esquerda das publicações da imprensa feminista. A partir de 1981, ocorreu uma proliferação de entidades associadas à ONGs, universidades e órgãos do Estado, fruto da liberdade de organização concedida a partidos e associações através da abertura democrática que tem como marco a aprovação da Lei da Anistia. Esses novos modelos de organizações buscaram fundar publicações a fim de debater e propagar seus pensamentos. Todos os novos atores desse período se pautaram nas problemáticas do gênero, e, a partir disso, questões mais específicas como “violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros” (CARDOSO, 2004, p. 40).

É importante frisar que, nesse período, o regime militar perde sua força e o Brasil já caminhava para um processo democrático, o que faz também com que as questões políticas abrissem espaço para novas discussões que já estavam apontando há um tempo considerável no país. Mais bem articulados e consolidados como força política emergente, o feminismo brasileiro criará novas publicações em torno das questões de gênero. “No início, a proposta era compor um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e estudiosos do tema. Forneceriam dados de forma sistemática e abrangente sobre os problemas que envolviam a mulher brasileira” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2018)<sup>61</sup>. Entra em cena, portanto, um novo jornal feminista em 1981 que se manterá ativo até 1988, o *Mulherio*. O contexto em que ele circulou é situado por Viviane Freitas (2014):

[com] tendência à especialização do movimento feminista; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação dos

---

<sup>61</sup> Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html> > Acesso em: 01 fev. 2018.

conselhos da condição feminina e de delegacia próprias com foco na violência contra mulheres; reconhecimento governamental de que a saúde da mulher requeria atenção especializada; e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal (Constituição de 1988) (FREITAS, 2014, pg. 159-60).

Fruto da união de um grupo de pesquisadoras com o apoio da Fundação Ford<sup>62</sup> e da Fundação Carlos Chagas<sup>63</sup>, o jornal nascido em São Paulo tinha sua periodicidade, na maioria das vezes, bimestral, oscilando em alguns momentos. Era possível ser adquirido por meio de assinaturas e, segundo Teles (2017), também era comercializado em livrarias e distribuído por grupos e entidades feministas. Teve uma boa repercussão, chegando, em seu terceiro número, a possuir cerca de mil assinantes.

O grupo que compunha o conselho editorial era composto de “pesquisadoras, professoras e jornalistas engajadas com a problemática feminista” (TELES, 2017, p. 101). Corrêa explica a ligação das pesquisadoras com as fundações de apoio:

(...) a Fundação Carlos Chagas, tinha uma grande concentração de profissionais preocupadas com a situação da mulher, reunidas no Departamento de Pesquisas Educacionais sob a direção da psicóloga Carmen Barroso, já autora de alguns textos sobre o assunto, e lá se constituiu, com o apoio da Fundação Ford, um importante núcleo aglutinador de pesquisadoras e feministas. O primeiro concurso, que oferecia bolsas para pesquisar a situação da mulher no país, foi realizado em âmbito nacional em 1978 e continua a existir até hoje, agora com o apoio da Fundação MacArthur, e dirigido desde há alguns anos para o tema da saúde reprodutiva. Três anos depois de lançado o Concurso, a Fundação investiu também na criação de mais um jornal feminista, o jornal *Mulherio*. (CORRÊA, 2001, p. 18).

Ela prossegue informando que o veículo tinha um caráter mais profissional que seus anteriores, trazendo suas matérias assinadas e uma equipe técnica delineada. Muitos nomes do conselho editorial do veículo vieram do antecessor *Nós Mulheres*, incluindo a própria Mariza Corrêa. Porém, muitas mulheres que integraram o NM, após o fim do expediente, passaram a integrar novos partidos políticos fruto da “abertura” democrática de 1979. Outras ocupavam cargos governamentais em órgãos destinados à mulher ou em associações, em movimentos sociais organizados, além ainda, da grande parcela que foi para a Universidade.

<sup>62</sup> “A FF atua no Brasil desde 1962, e nos primeiros anos de sua atuação desempenhou um importante papel na carreira acadêmica de pesquisadores ameaçados pelo regime militar, pois forneceu bolsas individuais, principalmente aos acadêmicos(...). Também financiou universidades e centros de pesquisa nas áreas de saúde, educação e ciências sociais” (ROCHA, 2017, p.95).

<sup>63</sup> Segundo o próprio site da instituição privada, a Fundação Carlos Chagas atua sem fins lucrativos e é reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal. Empenhada na avaliação de competências cognitivas e profissionais e também na pesquisa na área de educação. A partir de 1971, com a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais, a instituição passa a se dedicar às investigações interdisciplinares orientadas para a relação da educação com os problemas e perspectivas sociais do país.

Sua trajetória é marcada por três fases específicas que delinearão os rumos do jornal. Tendo o apoio da Fundação Ford em todo seu período de existência, a primeira delas durou até 1984, quando a segunda fase se inicia, com a desvinculação da Fundação Carlos Chagas (aparentemente) por questões burocráticas<sup>64</sup>. Isso gerou uma diminuição na produção do jornal. Já em 1988, a publicação muda de título para *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, perdendo o enfoque feminista e abrindo-se para novas abordagens.

Com um viés essencialmente feminista, o veículo se afastava do discurso marxista tão presente nos outros jornais aqui analisados. Segundo Yasmin Kas (2016), *Mulherio* abrirá um novo leque de possibilidades, trazendo à tona um “novo feminismo”, tendo o corpo feminino como o principal elemento editorial do veículo. “O corpo feminino passa a ser protagonista nas análises políticas e culturais dos espaços, representações e nos estudos dos silenciamentos femininos numa sociedade construída a partir de estruturas de dominação patriarcais” (KAS, 2016, p. 23).

Em seu primeiro número o jornal deixa claro seu posicionamento. Avisa que o intuito do veículo é romper com as associações de feminino ou feminismo como algo pejorativo e se assumirem como um grande mulherio, recuperando a “(...) dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas (...)”<sup>65</sup>, e com um tom menos sisudo ou mal-humorado, ainda que sério. É possível perceber através da leitura do editorial, a ideia de revitalizar a categoria feminina, rompendo com conotações negativas associadas a determinadas palavras como “mulherio” mesmo, reconstruindo e valorizando a categoria que é costumeiramente associada a coisas socialmente vistas como negativas.

Ao buscar uma revitalização do feminino, *Mulherio* tende para os ideais do feminismo da diferença, já mencionado neste trabalho ao retomar as ideias de Luce Irigaray e Rosiska Oliveira. Em suas pautas a mulher era um sujeito de características específicas, buscando romper com a feminilidade vigente a fim de afirmar o feminino através de uma renovação do imaginário acerca da categoria.

Dentre os objetivos do jornal pontuados em seu primeiro número, as jornalistas destacam que o intuito inicial do jornal era um boletim de notícias que fizesse um intercâmbio

---

<sup>64</sup> O jornal fazia parte de um dos projetos da Fundação Carlos Chagas em São Paulo, com tempo limitado para sua execução. O apoio financeiro cessou em outubro de 1983, interrompendo sua circulação por sete meses. Segundo Freitas (2014), o afastamento da fundação inaugurou um novo momento no jornal, onde a publicação enfatizou que não se colocaria mais como porta-voz de nenhuma tendência política ou do movimento feminista, buscando ampliar seus temas sem dogmatismos.

<sup>65</sup> “Por que Mulherio?” in *Mulherio*, nº 0. São Paulo, março/abril de 1981.

de ideias entre as pesquisadoras e as instituições que se dedicavam ao gênero. Depois, decidiram ampliar para os diversos movimentos femininos que floresceram no período a fim de trocarem experiências. Foram percebendo que a imprensa carecia de “um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira”<sup>66</sup>, necessitando ir além das páginas de beleza e culinária.

De acordo com Freitas (2014), *Mulherio* teve atuação importante em questões políticas como a violência contra a mulher, trazendo à tona as discussões e as manifestações feministas em torno de casos famosos de assassinatos de mulheres como foi o de Doca Street e Lindomar Castilho, que já foram mencionados anteriormente.

É interessante destacar que a mobilização dos movimentos que reivindicavam punição judicial para os maridos e companheiros que agrediam e assassinavam as mulheres – que ganhou destaque em várias edições do *Mulherio* – foi muito importante para essa mudança de entendimento social. A defesa da honra, termo usado pelos advogados de vários homens nesses casos, a partir das lutas feministas, foi perdendo sua força, como mostra a matéria *Enfim dança a defesa da honra*, publicada no número 18, setembro-outubro/1984, páginas 6-7 (FREITAS, 2014, p.160).

Em sua terceira fase, em 1988, *Mulherio* muda seu nome para *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, além de ter passado a ser editado por dois homens, o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz. A partir daí, perde seu caráter político, se tornando um veículo cultural, onde o feminismo perde seu espaço. Reflexo esse das mudanças nas ações do feminismo, que passaram, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a adentrar espaços mais políticos e estatais, perdendo seu caráter de massa (FREITAS, 2014).

#### 4.2.1. Analisando *Mulherio*

Da mesma forma que fizemos nos veículos anteriores, folheamos o *Mulherio* em busca de matérias que abordassem as temáticas pesquisadas. Dessa vez, encontramos, com muito mais facilidade, discussões que tratavam de moda, beleza e feminilidade, sendo possível analisarmos matérias e reportagens inteiras ao invés de fragmentos no corpo dos textos.

---

<sup>66</sup> “Os objetivos do jornal” in *Mulherio*, nº 0. São Paulo, março/abril de 1981.

Começaremos as análises a partir da carta de uma leitora intitulada: “Lutar, mas também amar e ser feliz”. Na sessão, Verônica Guedes, militante da Frente Feminista 4 de janeiro, situada em Fortaleza-CE, questiona a identidade feminina que, segundo ela, é colocada em cheque pelas feministas em prol de um movimento “assexuado”.

Eu, como tantas outras mulheres, cheguei ao movimento feminista oriunda dos movimentos políticos mais gerais. Cheguei, como tantas outras, com todas as dificuldades em reconhecer e assumir ‘o pessoal’ como político, tateando uma vivência de descobertas incríveis. Era como se no meu armário o tempo todo tivesse a minha disposição uma linda roupa colorida com poderes de me fazer amar a vida, a natureza e ao próximo, sem perder a minha identidade de mulher e eu preferisse optar por uma velha roupa cinzenta com urna enorme cruz pregada nas costas, em nome de uma vida, um amor e um futuro não muito próximos e com uma identidade assexuada. Na prática, no entanto, as coisas não se apresentam com a simplicidade de uma metáfora. As próprias companheiras que num passado recente nos tratavam com todo respeito que ‘um político deve ter por outro político’, nos ridicularizam como se estivéssemos nos vestindo de ‘bobas da corte’. E por quê? Temos colocado insistentemente a necessidade de no movimento feminista se lutar pelas questões femininas, tendo o cuidado de não trazer para os grupos feministas as disputas de tendência. Mas esbarramos no preconceito, na desconfiança e no descaso com que considerável parte da esquerda brasileira trata ‘as questões pessoais’ e que nós chamamos de específicas.<sup>67</sup>

Dessa forma, a militante denuncia as dificuldades que as feministas que buscavam tratar as questões específicas da mulher possuíam nas discussões com os movimentos de esquerda, tendo, muitas vezes, suas pautas menosprezadas. Através da metáfora utilizada por Verônica, podemos perceber a importância da aparência feminina dentro da problemática. Ao lermos sua carta compreendemos que as mulheres que não rompiam completamente com a feminilidade vigente eram mal vistas pelas militantes filiadas a partidos de esquerda.

Acusa que por não se vestirem de forma “acinzentada” (referência ao vestuário masculino), são julgadas como “bobos da corte” fantasiados. O que dá a entender que as mulheres filiadas aos partidos de esquerda, buscavam se assexuar ao máximo, incluindo sua aparência, em busca de aceitação dentro dos movimentos de esquerda. Como já vimos nas análises dos periódicos anteriores, os elementos que compunham a feminilidade vigente eram pontuados como gastos supérfluos e frutos de uma indústria capitalista opressora.

No final da carta, ela traduz bem o pensamento do feminismo da diferença, que considera que as mulheres devem construir sua própria identidade feminina, e não devem se anular, resultando numa aparência bastante semelhante à masculina.

---

<sup>67</sup> “Lutar, mas também amar e ser feliz” in *Mulherio*, nº 3. São Paulo, setembro/outubro de 1981.

Não pensamos em trocar fuzis por flores, nem abrimos mão de lutar por uma sociedade humana e justa. Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, ser felizes e alegres com a mesma intensidade com que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade de mulher-sexo feminino e não de uma triste militância assexuada.<sup>68</sup>

No número 4, através do artigo de Maria Rita Kehl, há também uma crítica a masculinização que as mulheres estavam sofrendo, buscando se igualar aos homens<sup>69</sup>. Para a autora, a partir da busca pela liberdade sexual feminina da forma como estava sendo feita, as mulheres perdiam cada dia mais parte de sua essência particularmente feminina e de sua subjetividade. O problema aqui é que essa subjetividade feminina pontuada por Kehl, essa essência, acaba por não ser explicada, deixando uma lacuna em seu significado. Sendo assim, acaba sendo nebuloso analisar tal discurso.

No número 5, nos deparamos com uma edição dedicada à beleza feminina. Através de mais de seis páginas que abordavam o assunto, as jornalistas procuraram apontar os problemas da indústria da moda e da beleza, as dificuldades das mulheres em se encaixarem em padrões inalcançáveis e como sua militância definia a beleza feminina.

A página 11 abre a abordagem sobre o tema já em tom de denúncia.

---

<sup>68</sup> “Lutar, mas também amar e ser feliz” in *Mulherio*, nº 3. São Paulo, setembro/outubro de 1981.

<sup>69</sup> “Imitação da liberdade” in *Mulherio*, nº 4. São Paulo, novembro/dezembro de 1981.

Figura 19 "A beleza produzida" in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Utilizando imagens fortes de mulheres se submetendo a cirurgias ou tratamentos estéticos, *Mulherio* abre o debate acerca da beleza da mulher brasileira. Com os dizeres “Beleza é fundamental sim. Mas é essa a beleza que queremos?” o periódico evidencia seu posicionamento que será explicitado nas páginas seguintes.

A primeira matéria que aborda o assunto é “Espelho, espelho meu”. Nela, Leda Beck<sup>70</sup> entrevista algumas mulheres, e mesmo alguns homens, em busca de compreender o que eles

<sup>70</sup> Leda Beck foi citada em alguns números do jornal *Brasil Mulher* como parte integrante da equipe.

consideram que seja uma mulher bela. Logo no início, destacam que o padrão feminino bastante comentado é o da mulher loira de olhos claros, que era encontrado muito mais nas revistas e nas festas da alta sociedade do que no cotidiano. Um exemplo citado é o da atriz Bruna Lombardi, que, nesse momento, fazia sucesso na televisão brasileira.

Porém, uma jovem com os mesmos olhos claros da atriz, menciona o fato de que a beleza feminina, para ela, vai além do físico, sendo composta também por roupas e cosméticos. A partir desse comentário, o jornal destaca a importância que o dinheiro tem na construção da beleza feminina: “Pois os ricos podem recorrer a todos os artifícios da indústria da beleza: os modelos, assim, condicionam as pessoas, e muito especialmente as mulheres, aos interesses econômicos do sistema”.<sup>71</sup> Sendo assim, também evidencia que a indústria da beleza lucra de verdade com padrões pré-estabelecidos que oprimem mulheres, além de fazerem um recorte de classe, enfatizando que para as pessoas de grande poder aquisitivo, o acesso a tais produtos é muito mais fácil, fazendo girar o sistema: onde a mulher rica se torna o modelo de beleza para as mulheres das camadas mais baixas.

Ela prossegue ressaltando que as novelas brasileiras contribuem bastante para a propagação dos modelos femininos vigentes na nossa sociedade. Desde símbolos de beleza, como Sônia Braga que “como ela mesma admite, nada a torna especial quando não está produzida para novelas ou filmes”, ou modelos de comportamento, através de personagens como a Luíza, da novela “Brilhante”, interpretada pela atriz Vera Fisher:

‘Luíza’ é a mulher perfeita para a sociedade de consumo: além de bonita, também é uma mulher emancipada, que se veste simplesmente – mas sempre na moda e com muito charme – se maquia com suavidade. Despedida do emprego, abandonada pelo homem de sua vida, nunca perde o bom humor: conserva todas as qualidades da clássica esposa-e-mãe, é compreensiva, carinhosa, alegre e terna. Nunca está suada, despenteada, com a maquiagem borrada, nem no fim de um exaustivo dia de trabalho e grandes emoções.<sup>72</sup>

Sendo assim, Beck afirma que os modelos criados e frequentemente transformados, são inatingíveis para a mulher comum, pois não são apenas alterações superficiais, mas também de essência como a cor dos olhos e as estruturas corporais. Fora os modelos “perfeitos”, como no caso da personagem acima citada, que destoam da realidade do cotidiano feminino.

<sup>71</sup> “Espelho, espelho meu” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

<sup>72</sup> “Espelho, espelho meu” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982..

Outra questão levantada é a importância da beleza interior, muito mencionada como algo intrínseco capaz de garantir às pessoas um status de beleza. Porém, Beck percebe que o discurso em torno desta é bastante incongruente, fazendo com que sempre mencionassem aspectos físicos também. Dessa forma, ela destaca que há sempre um impasse entre as mulheres: “como coordenar autoestima e exigência social?”.

A partir disso, ela pontua um dos grandes problemas para essa questão, o fato do rosto e o corpo feminino sempre estarem em busca não de ser, mas de parecer. “Parecem o que não são para corresponder a modelos de beleza que são sinônimos de valorização social – admiração, prestígio, sucesso, amor. A ordem é fazer-de-conta-que.”<sup>73</sup> E dessa forma, a mulher acaba por cair no abismo da frustração, por se considerarem distantes de tais modelos inatingíveis.

O problema é tão grave que atinge não só as mulheres de maneira geral, mas até mesmo as feministas que, mesmo tendo ciência das armadilhas, não conseguem se libertar totalmente dos padrões. Ela cita o exemplo da intelectual feminista Anésia que diz “A gente discute e tal, mas a gente também não quer ser um buxo né? Nós todas, mulheres, estamos muito presas ao padrão”<sup>74</sup>.

É aí que Beck conclui perguntando se não há, então, uma saída para isso. Se o sistema é mesmo tão forte assim. E prossegue dizendo que acredita que o cenário não é completamente negativo. Utilizando o exemplo do movimento *hippie*, que teve seus elementos apropriados pela moda ocidental, ela destaca que, mesmo assim, alguns aspectos positivos permaneceram. “O sistema ganha dinheiro com isso? Sem dúvida. Mas nós ganhamos a possibilidade de não seguir esquemas rígidos – como eram o cabelo desfiado e o laquê dez anos atrás -, e de combinar estilos variados sem a censura do grupo social”<sup>75</sup>. E termina com a seguinte conclusão:

(...) A chave deve estar por aí, exercer o poder de seleção sobre os modelos e não se deixar usar por eles, não ser apenas um manequim desengonçado na passarela social. Porque a Twigg é a Twigg, mas eu sou eu e você é você. E nenhuma de nós poderá ter o rosto da outra.<sup>76</sup>

Tal reflexão de Leda Beck é interessante, principalmente ao compararmos com o que diz Elizabeth Wilson, que foi abordada no capítulo anterior. A autora destaca a

<sup>73</sup> “Espelho, espelho meu” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

<sup>74</sup> “Espelho, espelho meu” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

<sup>75</sup> “Espelho, espelho meu” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

<sup>76</sup> “Espelho, espelho meu” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

impossibilidade de fuga do sistema da moda, mas reforça a importância que se tem em buscar se esquivar disso, para criar novas possibilidades de vestir e se comportar, embaralhando as fronteiras de poder entre homens e mulheres. A reportagem de Beck traz justamente essas possibilidades. Reconhecendo que o sistema existe e que sua força é deveras enorme, a jornalista busca formas de fuga aos modelos vigentes, demonstrando para as mulheres que se temos modelos a seguir, que busquemos usá-los a nosso favor, ao invés de absorvê-los como manequins inanimados, reconhecendo nossos corpos únicos.

Continuando nessa perspectiva, Maria Rita Kehl, na reportagem seguinte intitulada “Beleza é fundamental, sim”, propõe também uma subversão dos conceitos de beleza. Ao final de sua análise, salienta:

No entanto, depois de tudo isso continuo concordando com uma parte da frase opressiva do poeta: ‘beleza é fundamental’. O que propomos não é o elogio da feiura, a ideologia do ‘quanto mais maltratada melhor’ – e sim a subversão de nossos conceitos estéticos.

A maior beleza é a do corpo livre, desinibido em seu jeito próprio de ser, gracioso porque todo ser vivo é gracioso quando não vive oprimido e com medo. É a livre expressão de nossos humores, desejos e odores; é o fim da culpa e do medo que sentimos pela nossa sensualidade natural; é a conquista do direito e da coragem a uma vida afetiva mais satisfatória; é a liberdade, a ternura e a autoconfiança que nos tornarão belas. É essa a beleza fundamental.<sup>77</sup>

Para Kehl, a subversão de padrões estéticos deve ir além do rompimento com a moda e os modelos femininos em voga. Deve ser também uma ruptura comportamental, de valores patriarcais que são intrínsecos em nossa sociedade e que impedem nossos corpos de seguirem libertos.

Dividindo página com um trecho do texto de Kehl encontra-se a reportagem “Quem ganha quando a moda pega” de Célia Chaim. No texto, ela procura denunciar como funciona o sistema da moda e demonstrar como toda a indústria da beleza feminina ganha quando tal moda “pega”, desde as revistas femininas até o produtor têxtil.

A receita é simples: cria-se um padrão de beleza e acionam-se os mecanismos de persuasão; os padrões mudam, a moda muda, oferecem-se novos produtos e o ciclo não para.

A prática mostra que não faltam mercadorias. Nem tendências e padrões que nos levam a cortar e encrespar os cabelos como mostra a atriz da novela das

---

<sup>77</sup> “Beleza é fundamental, sim” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

oito ou a andar fantasiados de esportistas como sugeriu a moda descontraída da revista feminina. Todos ganham quando a moda pega.<sup>78</sup>

Dessa forma, o texto busca informar à leitora o funcionamento do sistema da moda a fim de que ela perceba a dimensão da máquina e assim, possa, ao menos, compreender o lugar em que se encontra na engrenagem. Não chega a ser uma reportagem com o intuito de catequizar mulheres contra tal sistema. Coloca-se mais como uma forma de alerta, de demonstrar que tal indústria serve ao lucro em si, sem se importar, na maioria das vezes, com o bem-estar e as características físicas de cada mulher.

A modelo Márcia Valentim contou, numa de suas entrevistas, que era forçada a disfarçar suas sardas com grossas camadas de maquiagem para atingir o padrão de beleza de um modelo fotográfico. Esse padrão mudou e hoje são as sardas de Márcia que garantem a imagem de sensualidade. Quem decidiu? O mesmo sistema que, neste verão, determina calças pelo joelho, cores alarmantes, cabelos arrepiados. Para todas as mulheres, indistintamente.<sup>79</sup>

Através de tais reportagens, o número 5 do jornal *Mulherio* enfatiza essa temática, até então ignorada pelos veículos anteriormente estudados, demonstrando o quanto o assunto é importante, sendo presente no cotidiano da mulher brasileira. Aborda ainda uma crítica que jamais estaria presente na imprensa feminina, que servia, e serve, como contribuição efetiva contra as amarras do corpo feminino.

No número 7, *Mulherio* traz mais um texto de Maria Rita Kehl, dessa vez buscando criticar uma figura que havia despontado na mídia e se tornado mais um modelo de beleza para a mulher brasileira. Em “À Xuxa, com amor”, Kehl critica uma entrevista que Xuxa concedeu à Folha de São Paulo dizendo que não possuía problemas com homens, mas sim, com as mulheres.

A psicóloga parte, então, para uma análise da figura de Xuxa:

Comparada pela grande imprensa à Marilyn Monroe brasileira, Xuxa reedita aos 19 anos e em plena década de 80 uma imagem de mulher que já estava entrando para os museus: a da sensual/infantil, que se adapta aos desejos de todos os homens sem desapontar nenhum – e desperta inveja nas outras mulheres. A própria repórter da Folha compra essa imagem: Xuxa fala coisas ‘tão burrinhas’, mas com um jeitinho ‘tão encantador’.<sup>80</sup>

Para ela, a figura de Xuxa remonta um padrão de, pelo menos, 30 anos anteriores onde a mulher deveria ser além de bela, dócil, amável, inexpressiva e compreensiva. E,

<sup>78</sup> “Quem ganha quando a moda pega” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

<sup>79</sup> “Quem ganha quando a moda pega” in *Mulherio*, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982.

<sup>80</sup> “À Xuxa, com amor” in *Mulherio*, nº7. São Paulo, julho/agosto de 1982.

complementa, talvez tenha se prestado a tal papel devido a sua pouca idade e seu padrão de beleza europeu. O que realmente torna o terreno favorável para a manequim se tornar uma figura que *performa* uma feminilidade exacerbada.

Assim como um travesti, a mulher considerada feminina ostenta com exageros no corpo, no rosto, nas atitudes, todos os signos da feminilidade – mas se expressa como alguém que não pertence ao mundo da mulher. Identifica-se a partir do desejo do homem. O que significa ser essa feminilidade justamente seu oposto, negação radical de identidade feminina. Que se define aliás pela diferença em relação ao homem. Que se choca, por vezes, com o desejo do homem – que lhe é complementar mas também oposto. Essa seria a real identidade feminina.<sup>81</sup>

Ao fazer tal comparação, Kehl destaca que a figura de Xuxa exagera a feminilidade ao ponto de ser uma imagem semelhante a que o homem deseja de uma mulher, e nesse sentido, tal imagem idealizada se opõe à real feminilidade. Dessa forma, Xuxa negaria sua identidade feminina, identidade essa que, para Kehl, é definida pela diferença perante o homem, além de não corresponder aos seus desejos, se chocando, sendo um oposto da identidade masculina.

Ela prossegue: “Mas quando uma das partes – no caso a mulher – se anula para ser valorizada pela outra, nega o conflito, se traveste daquilo que o outro espera a seu respeito, então não há crescimento, não há nem mesmo relação”<sup>82</sup>. Sendo assim, ela considera que as relações a partir dessa forma, não são passíveis de acontecer, sendo a mulher apenas um produto do que deseja o homem, se anulando como complementar.

Os homens que curtem a Xuxa, pensando que estão curtindo o suprassumo da mulher, se enganam: estão consumindo apenas um espelho de si mesmos. Travestido, disfarçado no que seria A MULHER. A existência realmente feminina de moças como Xuxa está absolutamente negada dentro desse padrão da mulher sensual. Marilyn Monroe deve ter sentido isso na pele. E não agüentou.<sup>83</sup>

Esse artigo serve como base para tentarmos compreender a ideia acerca da feminilidade que o jornal propunha. Para Kehl, a feminilidade consiste em oposição/complementação para com o masculino, que em nada tem a ver com ideais de beleza e passividade, estando longe de ser uma emulação da masculinidade, mas também de uma feminilidade tradicional. Mesmo com tal colocação, ainda não é possível visualizar no que consiste o feminino.

<sup>81</sup> As discussões acerca de mulheres trans e travestis adentrarem os movimentos feministas ainda não eram debatidas nesse período. Talvez isso explique a dura colocação por parte da autora.

<sup>82</sup> “À Xuxa, com amor” in *Mulherio*, nº7. São Paulo, julho/agosto de 1982.

<sup>83</sup> “À Xuxa, com amor” in *Mulherio*, nº7. São Paulo, julho/agosto de 1982.

Outro destaque que deve ser mencionado é a dura crítica à postura da manequim. Xuxa, como pontuado no próprio texto, era uma jovem de 19 anos no momento que tinha acabado de entrar para a indústria cultural. Não considerar que tal imagem que ela propaga pode ser fruto de toda a aparelhagem que a “criou” chega a ser injusto. Além ainda de cair no mito da “verdadeira” mulher e da “falsa” mulher, nesse caso Xuxa, tendo seu “título” de mulher confiscado.

No número 8, Adélia Borges traz no texto intitulado “Em busca de espelhos reais” um resumo de um seminário que ocorreu na Cidade do México, a fim de discutir alternativas de romper com imagens estereotipadas de mulheres nos meios de comunicação latino-americanos. Uma iniciativa da Unesco e do Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais, o seminário denominado “A comunicação alternativa da Mulher na América Latina” teve a presença do *Mulherio* para compartilhar sua experiência sobre o tema.

Um estudo recente da organização [UNESCO] sobre o tema, realizado pela pesquisadora inglesa Margareth Gallagher, demonstra que a imagem que os meios de comunicação apresentam sobre a mulher variam pouco de país para país: reforçam a orientação caseira da mulher, cujo espaço de vida é, por excelência, as quatro paredes do lar; utilizam-na como objeto sexual, sobretudo na propaganda, insistindo na importância da beleza e da juventude; apresentam uma dicotomia entre a virgem e a prostituta, entre a ‘boa’ e a ‘má’; e valorizam as características femininas tradicionais, como passividade, dependência e indecisão (...) <sup>84</sup>.

Ela prossegue informando que outro estudo, realizado pelas chilenas Adriana Santa Cruz e Viviane Erazo, reafirmam Gallagher e aproximam ainda mais essa abordagem para a realidade da mulher latino americana: “Analisando revistas femininas de grande circulação em mais de 20 países latino-americanos, elas constataram a existência de um modelo único de mulher, que não tem um só traço físico e cultural que se origine em uma das tantas culturas do continente” <sup>85</sup>. As representações femininas nas mídias se distanciavam da realidade das mulheres latino-americanas também em questões socioeconômicas e físicas, além de colocarem-nas como seres que não se interessavam por problemas sociais.

Em contrapartida a tais estudos, as mulheres que ali estavam buscavam alternativas que subvertessem tal sistema, procurando destacar mulheres reais ao invés de imagens estereotipadas. Dessa forma, mencionam a criação de diversos periódicos em vários países da América Latina que, na mesma linha de *Mulherio*, destinavam-se ao maior número de

<sup>84</sup> “Em busca de espelhos reais” in *Mulherio*, nº8. São Paulo, maio/junho de 1982.

<sup>85</sup> “Em busca de espelhos reais” in *Mulherio*, nº8. São Paulo, maio/junho de 1982.

mulheres, alcançando camadas médias e mais baixas da população. Borges menciona também a intenção de buscar formas de inserção de mensagens não estereotipadas também em mídias tradicionais, através de tele ou radionovelas alternativas ou até mesmo que estas componham páginas de grandes veículos, como foram casos encontrados no México e na Venezuela, respectivamente.

Porém, destaca as dificuldades que permeiam tais projetos: “(...) a principal é a escassez de recursos financeiros. Os empresários recusam-se a fazer publicidade em meios de comunicação que contestam o consumismo e têm em geral uma posição política de esquerda”<sup>86</sup>, além das barreiras de circulação, dependentes também de capital, e da falta de interesse de grandes instituições em reconhecer na imprensa alternativa um potencial. Tudo isso faz com que a competição com as grandes editoras seja impossível, pois devido ao grande número de publicidades que se encontram em seus veículos, elas podem reduzir seus preços.

Dessa forma, Borges relata que, ao fim do seminário, buscaram estabelecer algumas medidas a fim de romperem as dificuldades, não deixando claro quais seriam. Porém, é interessante perceber o interesse do jornal em trabalhar com as questões de beleza e comportamento feminino, demonstrando, mais uma vez, sua sensibilidade com o assunto. Já citamos, através de Dulcília Buitoni (1981), a importância da imprensa alternativa que atuava para, no mínimo, subverter a imagem feminina propagada pelo sistema. Aqui percebemos as limitações encontradas pelas militantes, mas também a busca por ações mais concretas nesse campo.

Ainda preocupadas com as imagens de beleza propagadas pela mídia, no mesmo número, na página 21, as feministas relatam sobre o abaixo-assinado criado por grupos feministas peruanos com o intuito de cancelarem o concurso de Miss Universo que estava para acontecer no país. Em “Chega de Miss”, as militantes peruanas destacam:

‘Esses concursos estão totalmente desacreditados nos países desenvolvidos, e agora se quer utilizar países do Terceiro Mundo para sediá-los’. Elas consideram a proposta um ‘atropelo a dignidade da mulher peruana’ e ‘um desperdício de dinheiro e luxo antagônico com a austeridade exigida pelas autoridades’.<sup>87</sup>

Terminam pedindo que outras mulheres da América Latina também enviem protestos ao governo do Peru<sup>88</sup>. Ao reproduzirem tal mensagem no jornal, as feministas se posicionam

<sup>86</sup> “Em busca de espelhos reais” in *Mulherio*, nº8. São Paulo, maio/junho de 1982.

<sup>87</sup> “Chega de Miss” in *Mulherio*, nº8. São Paulo, maio/junho de 1982.

<sup>88</sup> Mesmo com o protesto, o concurso ocorreu em julho de 1982, na cidade de Lima, no Peru.

também contra o concurso, afinal, não criticam ou comentam o pedido das peruanas. Isso se confirma se pensarmos no padrão de mulher propagado pelos concursos de misses, considerado pelo jornal, como já mencionamos acima, como retrógrado e opressivo.

Na edição de número 16, uma reportagem sobre as mulheres nas olimpíadas chama a atenção. Fazendo um breve panorama da história feminina nos jogos olímpicos, a matéria entrevista algumas atletas brasileiras procurando apresentar suas histórias e dificuldades. Destacamos aqui um recorte para análise:

Hortência vem aparecendo muito ultimamente, dando mil entrevistas a imprensa. E com um discurso muito parecido com o das feministas: provar que, apesar de não ter seguido o modelo feminino apesar de bem sucedida numa área masculina, é mulher.

‘Nunca fui muito de usar vestidinho com babadinho, mas sempre me preocupei com a Hortência mulher. Fora da quadra sempre procurei mostrar o que tenho de mulher. Quando eu era pequena, ninguém pensava que eu era mulher. Todo mundo dizia que eu era homem. Mas isso nunca me humilhou porque eu gostava de mim do jeito que eu era, adorava jogar bola, não ligava. De repente, pintou esse lance de jogar basquete e todo mundo dizendo que jogadora de basquete era sapatão. Eu nunca liguei, porque não sou.’

Dia desses, pra mostrar que mulher atleta não deixa de ser mulher - de gostar, por exemplo, de ficar bonita, preocupar-se com a aparência etc. - Hortência deixou-se filmar pela TV Globo, junto com Suzete, também da Seleção, indo a um cabeleireiro em São Paulo. A reportagem, feita pela única repórter de esportes da Globo em SP, Kitty Baleeiro, ficou bonita demais: ao som de uma música de Joyce, ‘Feminina’, Hortência e Suzete davam um tempo da puxada concentração para arrumar o cabelo, se maquiar, essas coisas. Pois não é que, depois que a reportagem passou, o apresentador do programa, Osmar Santos, saiu com uma de doer? Ele disse algo do tipo: ‘Essas meninas jogam uma bola que não é fácil, mas elas são feinhas, feinhas...’ O ‘feinha’ doeu fundo nas duas, que no dia seguinte responderam: ‘Garotinho, você pisou na bola...’

O preconceito, o olhar que não reconhece a mulher inteira, só como uma parte (como querendo dizer: ‘você joga bem, mas também não me venha querer ser bonita, ser mulher’), como se vê, não é exclusividade dos muitos homens que, nos campos e nos estádios, atrapalham jogos chamando as jogadoras de sapatões. E pode estar presente até no Osmar Santos que, além de ótimo apresentador de tevê, é o nosso ‘locutor das diretas’!<sup>89</sup>

Alguns pontos são deveras interessantes nesse trecho. O primeiro deles é a ênfase dada pelo jornal ao fato de Hortência ter a necessidade de provar ser “mulher” para a sociedade brasileira. Evidenciam que apesar da atleta não seguir um modelo feminino e ser bem sucedida em um campo majoritariamente masculino, Hortência ainda era mulher. Mas o que constitui, portanto, o ser mulher de Hortência? A própria esportista menciona isso na frase:

<sup>89</sup> “De Atenas a Los Angeles” in *Mulherio*, nº16. São Paulo, maio/junho de 1984.

“Nunca fui muito de usar vestidinho com babadinho, mas sempre me preocupei com a Hortência mulher. Fora da quadra sempre procurei mostrar o que tenho de mulher (...)”<sup>90</sup>.

Porém, apesar de negar a preocupação com elementos que são associados diretamente ao mundo feminino, como babados, ela não deixa claro de que forma demonstra isso. Podemos perceber mais adiante, quando as jornalistas mencionam a reportagem da TV Globo, que, apesar da recusa de vestidos com babados, Hortência grava uma reportagem em que ela e sua amiga de quadra reproduzem elementos típicos de uma ideia de feminilidade hegemônica que é propagada para as mulheres: arrumar o cabelo, se maquiar, se “cuidar”, como as revistas do período costumavam dizer. Portanto, conseguimos compreender que, tanto para ela quanto para as jornalistas do *Mulherio*, os cuidados com a aparência ainda são componentes do “ser mulher”.

Sobre a opinião do jornal acerca da reportagem feita para as atletas, fica claro que o único incômodo ficou no comentário do apresentador. Para a autora, há, assim como para a emissora, uma necessidade de demonstrar que mesmo em âmbito masculino, a mulher não deve perder a feminilidade em que essa foi socializada. Não basta Hortência e Suzete serem grandes atletas, elas também devem provar que continuam mulheres.

Por outro lado, a jornalista aponta outro aspecto interessante: o comentário do apresentador soa preconceituoso. Quando ele desdenha das atletas, *Mulherio* critica dizendo: “(...) como querendo dizer: ‘você joga bem. mas também não me venha querer ser bonita, ser mulher’”<sup>91</sup>, como se para praticar esportes a mulher tivesse que abdicar completamente de sua feminilidade, se aproximando ao máximo do homem, que era considerado, em uma visão machista, mais apto. Porém, percebemos também aqui, a associação de beleza ao “ser mulher”, como se fossem duas coisas complementares.

Por fim, vemos também a denúncia que Borges faz ao observar que Osmar Santos também é locutor do movimento “Diretas Já!”<sup>92</sup>. Dessa forma, denuncia algo que há muito vinha sendo comentado pelas militantes feministas do período: o machismo estava presente mesmo nos movimentos mais revolucionários.

---

<sup>90</sup> “De Atenas a Los Angeles” in *Mulherio*, nº16. São Paulo, maio/junho de 1984.

<sup>91</sup> “De Atenas a Los Angeles” in *Mulherio*, nº16. São Paulo, maio/junho de 1984.

<sup>92</sup> Osmar Santos era locutor e animador dos comícios que aconteceram por todo país em prol das Diretas Já! Tais eventos contavam com a presença de artistas, políticos e intelectuais pedindo a realização de eleições diretas no Brasil no ano de 1984.

Em outro momento da reportagem, percebemos outros comentários dignos de análise para essa temática. O primeiro deles é feito por Conceição Geremias, jogadora da seleção brasileira de futebol. Ela aponta que muitas meninas que jogavam com ela foram parando ao longo dos anos com medo de ficarem musculosas:

‘Mas esse negócio de criar músculos, de ficar masculinizada, é o tipo de coisa que a gente não tem que se preocupar. Sempre achei que isso não tinha nada a ver, é uma coisa natural. Quando pensei em namorar, pensei em namorar um atleta, porque ele já sabe que atleta não é assim tudo bonitinho, tudo certinho.’<sup>93</sup>

É interessante o pensamento da atleta destacando que, para ela, o corpo feminino musculoso faz parte de um processo natural do atleta e que não deve ser um incômodo para os praticantes de esportes. A sua solução para a questão, então, seria buscar um homem com um porte também atlético, já que esse também saberia das “consequências” do esporte. Outro fato relevante é percebermos em sua frase final o reconhecimento de que esse corpo atlético estava fora dos padrões vigentes de feminino, e também de masculino. Por mais que ela não se importasse, ela destaca que tais corpos não são “bonitinhos” ou “certinhos”, devido aos padrões de “delicadeza” e “elegância” feminina, associados ao corpo magro. É interessante perceber a mudança de padrões de beleza a partir dessa matéria. Se nesse momento o corpo atlético não era considerado desejável, como pautam as mulheres nesses comentários, atualmente, tal corpo se tornou altamente valorizado, tanto para homens como para mulheres.

O outro comentário parte de Hortência que dispara: “eu acho bonito mulher que tem músculo, uma mulher que tem perna dura. As coisas mudaram...”<sup>94</sup>. A atleta também demonstra que não se importa com esse fator, além de evidenciar que, para ela, essa é uma forma bonita. Também afirma que os padrões estão mudando, com mulheres mais atléticas ganhando mais espaço na mídia, espaço esse ocupado por ela mesma, trazendo novos tipos de corpos estampados nas revistas femininas.

As discussões acerca do ser mulher continuam presentes no jornal e aparecem também no número 17. No texto “Feminista é mulher?”, Eliane Robert Moraes aprofunda a discussão acerca da separação entre feminismo e feminilidade. A partir dessa perspectiva, ela dispara: “Trata-se de uma exclusão, de uma definição pela negativa. Ou melhor, é a partir dessa

<sup>93</sup> “De Atenas a Los Angeles” in *Mulherio*, nº16. São Paulo, maio/junho de 1984.

<sup>94</sup> “De Atenas a Los Angeles” in *Mulherio*, nº16. São Paulo, maio/junho de 1984.

negativa que é construída uma imagem das feministas como não-mulheres, colocando-as numa espécie de limbo de identidade sexual”<sup>95</sup>.

Para ela, a imprensa, como o próprio jornal *O Pasquim*, tem influência nesse processo no Brasil. De fato, a imprensa, desde a Primeira Onda, sempre buscou definir a militante feminista dentro do estereótipo da não-mulher. Feia, mal-amada, frustrada e até mesmo “macha”. O mito é tão bem criado que abarca não só as características físicas, apelando até para os comportamentos e emoções. Por mais “femininamente” vestidas que algumas sufragistas estivessem, a fim de não caírem na crítica da imprensa por esse viés, outros atributos eram acionados para falarem que a feminista não era mulher. Moraes destaca que:

(...) o que esse pessoal estava querendo dizer era pura e simplesmente: ‘Feminista não é mulher’. Pior ainda: não é porque não pode. Transformaram um **não querer** em **não poder**. Daí pra frente foi tudo uma questão de difusão dessas ideias. E não faltaram voluntários para fazê-lo.<sup>96</sup>

Ela segue o texto alegando que justamente devido a esse estereótipo bem definido que muitas mulheres se recusavam (e se recusam) a se considerarem feministas, mesmo que suas ações as associem ao movimento. Porém, lança um questionamento pontual que há muito o *Mulherio* fazia: o próprio feminismo não teria culpa de reforçar essas ideias? “Não haveria algo no interior mesmo da proposta feminista que recusaria a feminilidade? Ou isso se daria apenas na prática política do movimento?”<sup>97</sup>.

Moraes continua, alegando que o feminismo possui sua parcela de culpa devido ao fato de criarem uma ideia acerca da “verdadeira mulher”. Para ela, esse estereótipo ocorre nas próprias análises das militantes que consideram que a mulher de verdade é a que luta constantemente contra a mística feminina. “É uma entidade abstrata e onipotente, espécie de mãe fálica freudiana, lembrando-nos a todo instante os nossos deslizos de ‘mulherzinha’”<sup>98</sup>. Sendo assim, a partir daí, surge seu antagonista: a “falsa mulher”, que para Moraes é ainda mais grave. “Atestador da feminilidade, do mesmo jeito que aqueles a quem contesta, o feminismo estaria aí dizendo quem é e quem não é. O mesmo processo de exclusão. Lugar do Saber, lugar do Poder”<sup>99</sup>.

<sup>95</sup> “Feminista é mulher?” in *Mulherio*, nº17. São Paulo, julho/agosto de 1984.

<sup>96</sup> “Feminista é mulher?” in *Mulherio*, nº17. São Paulo, julho/agosto de 1984.

<sup>97</sup> “Feminista é mulher?” in *Mulherio*, nº17. São Paulo, julho/agosto de 1984.

<sup>98</sup> “Feminista é mulher?” in *Mulherio*, nº17. São Paulo, julho/agosto de 1984.

<sup>99</sup> “Feminista é mulher?” in *Mulherio*, nº17. São Paulo, julho/agosto de 1984.

A crítica feita pela autora é interessante, pois nas análises dos três jornais conseguimos perceber tal atitude. Os dois primeiros se focam em apontar a verdadeira mulher como a que não tem tempo e nem dinheiro para frivolidades. Já *Mulherio* também não escapa, pontuando mulheres que *performam* uma feminilidade vigente como uma falsa mulher, a pegar como exemplo o texto de Maria Rita Kehl endereçado à Xuxa. Dessa forma, acabam por buscar, também, definir a verdadeira e a falsa, caindo no mesmo jogo da imprensa ao invés de se atentar para as diversas formas de opressão.

Eliane Moraes termina destacando que outra questão dentro do feminismo é a dificuldade deste em lidar com a feminilidade, campo ainda desconhecido para as militantes.

Pois o que me parece complicado é justamente a tentativa de se discernir a feminilidade da mística feminina. Será possível? Assumir o novo sem ditar regras é propor o inominável. Como todos os mistérios, a feminilidade aponta para várias direções, dos estereótipos à poesia. E, nesse jogo, estamos de olhos vendados<sup>100</sup>.

O que a autora fala também pode ser comprovado nas páginas de *Mulherio* aqui analisadas. Muito se fala de revalorizar a feminilidade, de romper com a feminilidade vigente, mas acaba não ficando muito claro o que a compõe. Algumas pistas foram lançadas, mas, de fato, ainda é um terreno a ser esmiuçado.

Ao mesmo tempo em que vemos textos que buscam a subversão da categoria, temos exemplos como, no número 18, quando o jornal faz uma homenagem a Helena Silveira, cronista da Folha de São Paulo e primeira crítica de televisão brasileira. Após sua morte, o jornal prestou suas condolências publicando um trecho da sua primeira crônica, em 16 de maio de 1946, para a Folha. Em um momento, Silveira dispara:

Só podem achar que feminismo exclui feminilidade, quer dizer encanto e graça, apanágios do sexo feminino, encanto e graça que se ausentando deixaram a mulher na situação de um ser assexuado, sem lugar certo no mundo, os que ainda enxergam a Eva moderna com as roupagens horríveis que as sufragistas acharam conveniente adotar para seguir seus direitos (..).

(...) As sufragistas ostentavam um aspecto de refugos do Amor e da Sorte, vivamente impressionante. Mas com as vitórias conseguidas, nivelando-se com o homem, superando-o, muitas vezes, nos países mais civilizados, a mulher viu que podia continuar a ser mulher integralmente e ocupar assim o lugar que por direito lhe cabia no mundo. Deixou os ridículos arremedos masculinos a mercê dos quais perdia em graça feminina e não ganhava autoridade masculina<sup>101</sup>.

<sup>100</sup> “Feminista é mulher?” in *Mulherio*, nº17. São Paulo, julho/agosto de 1984.

<sup>101</sup> “Feminismo, feminilidade e infância” in *Mulherio*, nº18. São Paulo, setembro/outubro de 1984.

No trecho, podemos perceber novos elementos que podem vir a compor a feminilidade. Aqui, se apresentam como a graça e o encanto. Sem eles, Silveira diz, a mulher se torna assexuada. Isso confunde a leitora que até leu nas páginas do jornal alguns artigos buscando romper com a feminilidade vigente. Mas não seriam esses seus componentes? Ao menos, na mídia que dissemina a imagem da mulher feminina, esses são elementos cruciais na construção dos modelos, como a personagem “Luíza” de “Brilhante” que foi mencionada no número 5 do periódico.

Por mais que estas não sejam palavras das militantes, não há um comentário acerca da questão, o que acaba nos levando a assimilar como ideias concordantes. Porém, também não devemos descartar o fato de que, devido a homenagem à Silveira, elas possam ter escolhido somente reproduzir suas palavras, como forma de agradecimento pela contribuição de seu trabalho na grande imprensa.

Na página 14 do mesmo número, *Mulherio* traz uma reportagem resumindo o Encontro de Mulheres Negras de São Paulo, iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras, que teve um total de 500 participantes. Em um momento do texto, Sueli Carneiro menciona os problemas em torno da estética encontrados pelas mulheres negras.

O debate sobre a mulher negra e a questão estética aprofundou a discussão com relação à mulher branca, uma vez que são os padrões brancos de estética que são impostos sobre nós negras, configurando uma ditadura sobre o corpo negro, alienando-o de suas características específicas. E o encontro aprovou recomendações no sentido de fortalecer a consciência racial: veiculação da beleza negra, crítica aos concursos de Miss Afro e intensa discussão em escolas, entidades que promovem concursos de beleza, etc...<sup>102</sup>

Aqui, vemos o jornal abordando também questões raciais e colocando a estética da mulher negra como uma discussão importante. A consciência sobre a opressão estética sofrida pelas negras é notável. Entretanto, elas colocam em pauta algo muito interessante: os concursos de beleza. Percebemos o incômodo com o Miss Afro que é especificamente para negras, o que pode vir a acontecer devido a ideia de que a beleza negra não é comparável à hegemônica, sendo necessário que, para que seja reconhecida, seja analisada separadamente. Porém, também podem estar criticando concursos de beleza de forma geral, que quando ocorrem, como o Miss Universo, por exemplo, ignoram a beleza negra, celebrando a mulher branca. Apenas em 1977 a primeira Miss Universo negra foi eleita, fato que só se repetiu em 1999, 22 anos depois.

---

<sup>102</sup> “Me ensinaram a ser mais branca do que negra...” in *Mulherio*, nº18. São Paulo, setembro/outubro de 1984.

Ainda no mesmo número, na página 22, encontramos uma crítica acerca do livro infantil “Procurando Firme”, da autora Ruth Rocha. Nela, Edmir Perrotti, narra a história infantil de uma princesa que se torna “um príncipe de saias”, rompendo com seu destino de construir uma bela família e partindo em busca de uma vivência que o autor do texto classifica como masculina. Sua crítica destaca então, que o livro acaba por apontar que o modelo a ser seguido deve ser o masculino e que isso não é consonante com as ideias do feminismo atual, que busca se afastar da ideia de que o âmbito masculino é o local ideal. Para ele, deve-se ir além da assimilação de padrões privilegiados, criando novos modelos, mais diversos. Dessa forma, o autor sugere um rompimento com as categorias binárias severamente construídas, apontando como uma solução a abertura para novas possibilidades de ser mulher e, também, claro, ser homem, que não restrinjam os dois sexos.

Raramente apareciam matérias escritas por homens. A outra que aqui escolhemos por englobar a temática estudada foi escrita por Aloízio Mercadante e falava sobre a identidade masculina, o machismo e como a masculinidade vigente pode ser sufocante para os homens. “Ser macho é cinza” é um texto bastante pontual, porém, como o foco deste trabalho é a feminilidade, não o esmiuçaremos como os demais.

A abordagem de Mercadante é bem-vinda para as discussões de feminilidade aqui trabalhadas devido ao fato de que a masculinidade é sua complementar binária hegemonicamente. Ao se mexer em uma, consequências são sentidas na outra, como Marson (1996) alerta. Se as mulheres de *Mulherio* buscam subverter a categoria feminina, abrir espaço para os homens pensar nos problemas da masculinidade é essencial.

Outro assunto abordado no jornal é a questão do envelhecimento feminino e suas consequências. No número 19, o texto de Cyntia Sarti, “Mitos: envelhecer que é o problema”, aborda a forma com que grandes divas do cinema, como Brigitte Bardot, Sophia Loren e Claudia Cardinale lidaram com o envelhecimento e o peso de terem sido consideradas mulheres belas. Em um determinado momento do texto, Claudia Cardinale afirma: “há mais possibilidades de se encontrar bons papéis dramáticos e não apenas as comédias que exploram a beleza das atrizes”<sup>103</sup>. Percebemos, portanto, que, para algumas, envelhecer é considerado algo positivo profissionalmente, e não um grave problema. Como se após o fim da sua juventude, ela pudesse, finalmente, conseguir papéis que explorassem os talentos da atriz, não só sua beleza. Sarti segue seu texto falando sobre como o amadurecimento dessas mulheres

---

<sup>103</sup> “Mitos: envelhecer que é o problema ” in *Mulherio*, nº19. São Paulo, novembro/dezembro de 1984.

superam o peso da imagem criada em torno da beleza, como no caso de Loren, Cardinale e algumas outras. “(...) Enfrentam esse penoso processo de envelhecimento fazendo com que seu sucesso reverta em seu próprio benefício, sem engoli-las”.<sup>104</sup>

Não é o caso de Bardot, que sentiu o peso da indústria cinematográfica aos 39 anos, deixando para trás sua carreira e voltando-se para uma vida sossegada e em defesa das causas animais. Porém, no quesito beleza e envelhecimento, Sarti aponta as semelhanças entre as três atrizes citadas acima:

Ao contrário de Greta Garbo, esta geração de mitos não esconde o rosto. Muitas não querem saber de fazer plástica, nem se submetem a sacrifícios exorbitantes para se manterem jovens. Envelhecer é um processo mais sereno para algumas, apesar de vivermos hoje o fenômeno das Jane Fondas, que transformam a vida numa eterna ‘performance’. Fazem dieta, ginástica, musculação, esticam-se e contorcem-se o quanto podem para evitar as marcas dos anos e da vida. Seguem as regras de um jogo que só não destrói quem consegue sair dessa. Isto, não só para os mitos, mas para quem os transforma em espelhos e vê a si própria através dessa imagem transfigurada<sup>105</sup>.

Dessa forma, a autora alerta as leitoras para a aceitação do envelhecimento, algo natural do ser humano, mas que não é visto como permitido às mulheres, principalmente aos mitos de beleza. Demonstra, através dos exemplos, que o processo pode ser natural e positivo. É um caminho contrário ao que as revistas femininas de grande circulação fazem, pois essas passaram a exaltar a “juvenilização” a partir dos anos 1960, colocando-a como um dos pilares da mulher bela. Sarti aproveita para criticar a postura de mulheres como Jane Fonda, que seguem à risca o protocolo para se manterem jovens, buscando alertar as leitoras como a recusa da aceitação do envelhecimento pode ser prejudicial física e emocionalmente.

Após essas análises de reportagens, passemos agora para os comentários acerca das capas de *Mulherio*. Ao contrário dos dois primeiros veículos, as capas aqui possuem temas bem diversos, tendo ora ilustrações ora fotografias. Devido à grande quantidade de temáticas, que englobam protestos, obras de arte, mulheres em postos de trabalho e também se divertindo, escolhemos três capas que se aproximam mais do assunto aqui tratado para a análise.

A primeira delas é a referente ao número 5, edição que aborda a beleza feminina.

---

<sup>104</sup> “Mitos: envelhecer que é o problema ” in *Mulherio*, nº19. São Paulo, novembro/dezembro de 1984.

<sup>105</sup> “Mitos: envelhecer que é o problema ” in *Mulherio*, nº19. São Paulo, novembro/dezembro de 1984.

Figura 20 Capa Mulherio, nº5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Composta por mulheres que foram entrevistadas e pela atriz Bruna Lombardi, as imagens selecionadas para ilustrarem a capa sobre a temática celebram a beleza de diversos tipos de mulheres brasileiras. Diferentes características físicas, idades e classes sociais são dignas de estamparem a capa. Acreditamos ser uma forma de subversão dos padrões, pois na imprensa feminina tradicional, mulheres sendo fotografadas sem nenhuma maquiagem, cabelo arrumado, em seus trajes cotidianos, dificilmente ilustrariam seus conteúdos, quiçá suas capas, local de maior destaque dos veículos. Além de serem colocadas ao lado de figuras

como Bruna Lombardi, um dos grandes modelos de beleza do período, o que as coloca no mesmo patamar, sem hierarquias e padrões, apenas buscando valorizar e homenagear a diversidade da beleza brasileira.

A segunda selecionada foi a referente ao número 8. A ilustração estampada traz uma série de mulheres sendo “derramadas” pelos seios de uma mulher, como se fossem leite materno.

Figura 21 Capa Mulherio, nº8. São Paulo, maio/junho de 1982



Com os dizeres “Atenção! Mulheres trabalhando”, a capa ilustra diversas mulheres exercendo atividades laborais. O que nos atentamos é o fato de termos mulheres posando de biquíni, arrumando o sapato de salto, em poses eróticas, nuas, colocadas ao lado de outras mulheres. Dessa vez, buscando romper com hierarquias e padrões, o jornal tenta representar várias mulheres, desde as trabalhadoras rurais às modelos.

Ao serem colocadas aqui, nesse plural de mulheres, todas as profissões exercidas se nivelam, todas as mulheres estão sujeitas às opressões patriarcais, sendo operária ou sendo modelo fotográfico. As formas com que tais questões acontecem se configuram de acordo com o ambiente de trabalho. Há também uma amplitude de corpos, cores e vivências que são colocados como ramificações do sujeito mulher, nascidos da mesma “fonte”, sendo uma categoria socialmente oprimida.

A última selecionada foi a número 21 que trouxe fotografias de mulheres feministas protestando no Brasil, ao que parece, durante a Década da Mulher, fundada pela ONU como o período de 1975 á 1985.

Figura 22 Capa Mulherio, nº21. São Paulo, abril/maio/junho de 1985.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

As imagens que registram as mulheres nos protestos também servem para analisarmos as relações das militantes brasileiras com o vestuário. No segundo capítulo, acionamos Elizabeth Wilson para desvendar se há, de fato, uma moda feminista. A autora conclui que as feministas de Segunda Onda internacional se vestiam, em sua grande maioria, de acordo com as peças de roupa que estavam presentes na maioria dos guarda-roupas femininos do período. Nesse sentido, podemos perceber que no caso das brasileiras, a teoria também se aplica.

Nas figuras, as peças de roupa que as mulheres estão vestindo não rompem com nenhuma moda vigente. É importante ressaltar que nos anos 1980 a indústria da moda já buscava suas referências das ruas, além de haver maior proliferação de estilos devido ao

crescimento do individualismo. É possível enxergar isso na imagem que evidencia o fato de não haver uma moda ou um uniforme feminista.

Feita as análises dos veículos, é preciso frisar aqui que este estudo não buscou um comparativo entre os jornais estudados. O principal objetivo foi traçar um panorama dos ideais feministas acerca do vestuário e da aparência nos veículos e compreender a dimensão destes para a construção da identidade feminina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos traçar um panorama sobre os ideais das feministas brasileiras acerca do vestuário. A metodologia escolhida para tal processo foi de grande valia para conhecermos diferentes discursos propagados na imprensa alternativa e que refletiam os pensamentos dos movimentos feministas que se estabeleceram no país.

Como já afirmamos, não era de interesse realizar um estudo comparativo. Logo, percebemos que, apesar da proximidade temporal em que os veículos estavam inseridos, foram diversos os fatores que fizeram com que grandes mudanças ocorressem dentro da própria imprensa alternativa feminista em períodos curtos de tempo. Desde o contexto político conturbado até o avanço das questões de gênero no país, fazendo com que algumas pautas feministas que há tempos eram propagadas nos movimentos internacionais ganhassem destaque através da grande mídia.

Dessa forma, consideramos que a primeira fase da imprensa feminista brasileira reproduzia um discurso proveniente dos movimentos de esquerda marxistas, buscando retratar as questões de classe e denunciar as precárias condições de vida da população brasileira. A partir desses pilares, as questões que abordam o vestir e a aparência feminina não possuíam nenhum destaque nos dois jornais, sendo vistas como secundárias ou mais genericamente ainda, como atributo das mulheres de classe burguesa, que não eram o alvo das discussões do jornal.

Tanto o *Brasil Mulher* quanto o *Nós Mulheres* abordavam pouco as questões da aparência, sendo raros os momentos em que conseguimos encontrar suas ideias acerca do tema. Apesar de tal silêncio, a princípio, não trazer conclusões muito contundentes, consideramos que ele ressoa o fato das militantes considerarem essas discussões como temas sem importância, reconhecendo as questões econômicas como a principal opressão sofrida pelas mulheres, colocando como a questão de classe como foco de lutas e se fechando para outros problemas que atingiam o gênero. Quando mencionados tais discursos eram abordados em uma crítica ao sistema capitalista, acreditando que o ato de vestir-se e embelezar-se era algo burguês que só servia para delinear mais uma fronteira entre as classes.

O silêncio perante as temáticas ainda pode ser compreendido como uma forma de aproximação com as pautas dos outros jornais vinculados a movimentos sociais que

circulavam no momento e que eram destinados e consumidos para/por homens. Compreende-se que eram escritos para esses a partir da ideia de que existe uma imprensa, denominada feminina, onde os assuntos recorrentes eram casa, beleza, moda, cozinha e como ser uma perfeita esposa. Logo, a imprensa masculina tratava de todo o resto, informava sobre economia, política, e outros assuntos considerados mais relevantes. A razão de uma imprensa feminista estava em levar esses temas para as mulheres também.

Sendo assim, acreditamos que tanto *Brasil Mulher* quanto *Nós Mulheres* (o primeiro com mais intensidade), tinham o interesse em criar veículos de comunicação feminina, mas que também se aproximassem dos homens que os considerariam como jornais “sérios”. O interesse pela aprovação masculina ocorre pelo fato de, em alguns momentos, principalmente no início, pontuarem que os veículos não eram “o jornal da mulher” e “não separavam a luta da mulher da luta de todos”.

Atrelado a isto está o fato de outros jornais frutos da imprensa alternativa de esquerda terem sido mais fiscalizados e censurados, sendo os periódicos femininos uma frutífera forma de propagar os ideais políticos da esquerda brasileira. Dessa forma, se tornaram porta-voz dos partidos políticos, que tinham em maioria homens no comando, contribuindo para o nosso entendimento do por quê da necessidade de aprovação masculina mais recorrente do que em *Mulherio*.

Ambos não buscaram trazer novas perspectivas para a feminilidade. Ao contrário, preferiram seguir pelo caminho de silenciar tais questões como se não fossem parte da identidade feminina, reforçando assim um universo patriarcal corrente, que reduz o feminino a um mundo de frivolidades e “besteiras”.

Por outro lado, é compreensível que, devido ao contexto de ditadura, inflação e pobreza, as questões políticas e econômicas fossem mais presentes nas páginas dos jornais. Inseridos em um contexto de ditadura e tendo a possibilidade de denunciar através de suas reportagens, a primeira geração da imprensa feminista refletia as questões que assolavam o país. Diante de tal cenário, criar formas de resistência e tê-las como ideal principal acaba predominando. O contexto político-social em que o *Mulherio* se instala é diferente. Além da abertura democrática e do fim da censura, as questões relativas ao gênero feminino já estavam se firmando, fazendo com que as especificidades femininas pudessem ser trabalhadas com mais ênfase.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, no caso do *Brasil Mulher* que ainda estava na ativa no ano de 1980, momento em que houve uma ruptura dentro da imprensa feminista como define Cardoso (2004), as pautas de gênero já tinham destaque e a abertura já se concretizava. O jornal encerra suas atividades justamente quando a censura já não era tão atuante na imprensa e quando os partidos de esquerda já conseguiam se organizar novamente, como se a imprensa feminista já não fosse um terreno tão fértil, que não renderia tantos frutos visto que as questões acerca do gênero vinham ganhando mais espaço até mesmo fora dos movimentos feministas. Isso nos induz a pensar também o quanto os partidos de esquerda utilizavam de tal veículo para disseminar suas ideias.

O *Nós Mulheres* se encerra em 1978, anterior aos eventos que marcaram a divisão da imprensa alternativa feminista. Suas pautas finais já se encaminhavam para uma maior aproximação do gênero e, segundo Moraes (1990), as próprias militantes passaram a se reconhecer como mulheres que também são oprimidas, indo além das questões de classe. Dessa forma, não é a toa que algumas integrassem na equipe do *Mulherio* a fim de trabalhar as especificidades femininas, como foi o caso de Mariza Corrêa. Porém, outra parte seguiu o caminho da política, se aproximando de uma situação semelhante a que analisamos acima.

Considerando as questões relativas ao vestuário e a aparência feminina, é importante destacar alguns pontos. Se seguirmos as ideias de Wilson (1989) e Ergas (1991), podemos dizer que o feminismo brasileiro seguiu, na temática aqui abordada, bem próximo do que as autoras percebem internacionalmente. Ao analisarmos os jornais da primeira geração da imprensa, é possível aproximar tais militantes de um feminismo da igualdade, que não busca reconhecer a categoria feminina de acordo com suas particularidades. Assim como também se enquadram mais dentro da categoria de um vestuário utilitário definida por Wilson (1989) devido ao fato de, ao posicionarem o vestuário como frivolidades criadas pelo capitalismo para gerar lucro, acabam por valorizar uma feminilidade que se expressava pela aparência “natural”, que se aproxima de um vestir masculino valorizado como racional desde o século XIX.

Por outro lado, o veículo pertencente à segunda geração claramente tem como vertente um feminismo da diferença, buscando reconhecer as especificidades femininas para assim alcançar um patamar mais igualitário. De acordo com a teoria de Wilson, poderíamos também associá-las à ideia de um vestuário de livre escolha, pois sempre que se referem à temática enfatizam as possibilidades femininas que não necessariamente deveriam ser uma emulação

do masculino. Dessa forma, de acordo com as imagens reproduzidas no veículo, percebemos a aproximação das militantes ali retratadas a um vestuário que já era moda no Brasil no período, o que reforça a ideia de Wilson de que tais escolhas não eram tão livres, mas sim baseadas na moda vigente.

Apesar de alguns pontos onde tais discursos encontrados se confundem e colidem com os próprios ideais, como no caso da revalorização da feminilidade que não fica tão evidente na leitura de *Mulherio*, a imprensa alternativa feminista brasileira foi deveras necessária para o feminismo do país. Apresentavam uma perspectiva nova sobre a imagem da mulher, dando ênfase a uma crítica da indústria da moda e da beleza em geral, que jamais seria possível através das revistas femininas. Além disso, se distanciavam ao máximo da grande mídia destinada à mulher trazendo-lhes novos modelos e possibilidades de pensar a beleza feminina.

Dito isso, reiteramos que as questões acerca da feminilidade são muito importantes para a compreensão da identidade feminina. Os movimentos feministas de Segunda Onda perceberam a importância política de abordar a vida privada da mulher, desde o ato de vestir e se embelezar até os relacionamentos com seus cônjuges. Dessa forma, as discussões que ali nasceram sobre o que define o ser mulher ecoaram e são sentidas até hoje nos movimentos contemporâneos. O debate acerca da feminilidade se aprofunda, ganhando cada vez mais espaço nas agendas feministas contemporâneas e buscando novas formas de construção de uma identidade feminina menos opressiva.

Esperamos que o vestuário, como parte importante na construção de uma *performance* feminina hegemônica, se torne cada vez mais um objeto de interesse por parte das militantes, seja como forma de opressão ou de contestação. Mas que percebamos no vestir novas possibilidades para romper com a ordem compulsória.

## REFERÊNCIAS

### Jornais

Brasil Mulher. (Pesquisado em Arquivo Edgar Leuenroth – AEL)

Nós Mulheres. (Pesquisado em Arquivo Edgar Leuenroth – AEL)

Mulherio. (Pesquisado em Arquivo Edgar Leuenroth – AEL)

ABC DE LUTA: MEMÓRIA DOS METALÚRGICOS DO ABC. **I Congresso das Mulheres Metalúrgicas de S. B. do Campo e Diadema**. Disponível em: <[http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=214](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=214)> Acesso em: 17 de abr. 2017.

ARRAES, Jarid. **Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/> Acesso em: 24 set. 2017.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. **Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura**, v. 15, n. 3, p. 117-130, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/1360/1361>> Acesso em: 17 set. 2017.

BEAUVOIR, Simone. (1949). **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3ª Edição. Vol. 2. Tradução por Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLACKMAN, Cally. **100 Anos de Moda: a história da indumentária e do estilo no século XX, dos grandes nomes da alta-costura ao prêt-a-porter**. São Paulo: Publifolha, 2011.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALANCA, DANIELA. **História Social da Moda**. 2. ed. Tradução: Renato Ambrósio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 12., 2004, p. 37-55. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/10222>> Acesso em: 26 nov. 2017.

CASTRO, Mayra Corrêa. Feminismo prêt-à-porter-significação da aparência na imprensa feminina e feminista do Brasil. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 1996, p. 111-152. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2615>> Acesso em: 14 ago. 2017.

CHAGAS, Genira. **A saga do Clube de Mães da Zona Sul**. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/257/ciencias-humanas.php>> Acesso em: 14 de abr. 2017.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade nas roupas**. São Paulo: Senac, 2006.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos pagu**, n. 16, 2001, p. 13-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2017.

DE MORAES, Maria Lygia Quartim. **A experiência feminista dos anos setenta**. São Paulo: UNESP, 1990.

DE OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da Diferença o Feminino Emergente**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991. E-book.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**. v. 14, n. 1, 2006, p. 287-93. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015)> Acesso em: 13 dez. 2017.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1991. p. 583-611.

FERRARI, Fernanda Bonizol. **Piriguetes e princesas: moda, sexualidade e performances de gênero na sociedade contemporânea**. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) – Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas**. Tradução: Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.

FOLHA, DE S. PAULO. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/12/2/>>. Acesso em: 02 jan. 2018..

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal “Mulherio” e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**, v. 2, n. 4, 2014, p. 149-166. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/viewFile/11436/9379>> Acesso em: 03 fev. 2018.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>> Acesso em: 01 fev. 2018.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLAND, Samantha. **Alternative femininities: Body, age and identity**. Oxford: Berg Publishers, 2004.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, 2002, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf>> Acesso em: 04 set. 2017.

KAS, Yasmin Sayegh Al. **Imprensa feminista, jornal Mulherio (1981-1988) e a defesa do direito ao aborto no Brasil**. 2016. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

LA HAYE, Amy; MENDES, Valerie. **A moda do século XX**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1991. p. 505-543.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUCA, Tania Regina de. Imprensa feminina: Mulher em revista. In. PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

MARSON, M. I. Da feminista "macha" aos homens sensíveis: O feminismo no Brasil e as (des)construções das Identidades sexuais. **Cadernos AEL: Mulher, História e Feminismo**. Campinas, vol. 2, n. 3/4, 1996. Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/issue/view/13](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/issue/view/13)> Acesso em: 07 ago. 2016.

MELITO, Leandro. **Conheça a história do movimento pela Anistia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/conheca-a-historia-do-movimento-pela-anistia>> Acesso em: 14 de abr. 2017.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>> Acesso em: 14 mar. 2018.

MORENO, Rachel. "De feminismo, de feministas, de mulheres." CARVALHO, Nanci Valadares de. **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 44-51.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de "Segunda Onda": Corpo, prazer e trabalho. In. PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, 2006, p. 249-272. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011)> Acesso em: 25 mar. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Cultura e Política: Participação feminina no debate público brasileiro. In. PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 2012, p. 11-43. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612/2022>> Acesso em: 24 mar. 2017.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **Moda e revolução nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. Contribuições da Fundação Ford à formação e consolidação de campos científicos no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 2, 2017, p. 93-117. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/110886/118528>> Acesso em: 23 fev. 2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. (Org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 143-178.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, p. 81-114, 1995.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, 2013, p. 38-47. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182>> Acesso em 16 mar. 2017.

SERPONE, Fernando. **Caso Lindomar Castilho**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso-lindomar-castilho/n1596992278497.html>> Acesso em: 05 jan. 2018.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela. (Org.) **Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 33-54.

SOUZA, Gilda de Melo e. **O espírito das roupas: a moda do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Tradução: Jó Klanovicz e Susana Bornéo Funk. **Estudos feministas**, v. 13, n. 1, 2005, p. 11-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>> Acesso em: 17 set. 2016.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In. PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições**. Tradução: Olivia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEILLON, Dominique. **Moda e guerra: um retrato da França ocupada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?**. Tradução: Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WILSON, Elizabeth. **Enfeitada de sonhos: moda e modernidade**. Tradução: Maria João Freire. Lisboa: Edições 70, 1989.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.